

MARCIO RODRIGO VALE CAETANO

**OS GESTOS DO SILÊNCIO PARA  
ESCONDER AS DIFERENÇAS**

Niterói  
2005

**OS GESTOS DO SILÊNCIO PARA  
ESCONDER AS DIFERENÇAS**

MARCIO RODRIGO VALE CAETANO

# **OS GESTOS DO SILÊNCIO PARA ESCONDER AS DIFERENÇAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Campo de confluência: Cotidiano Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mary Rangel

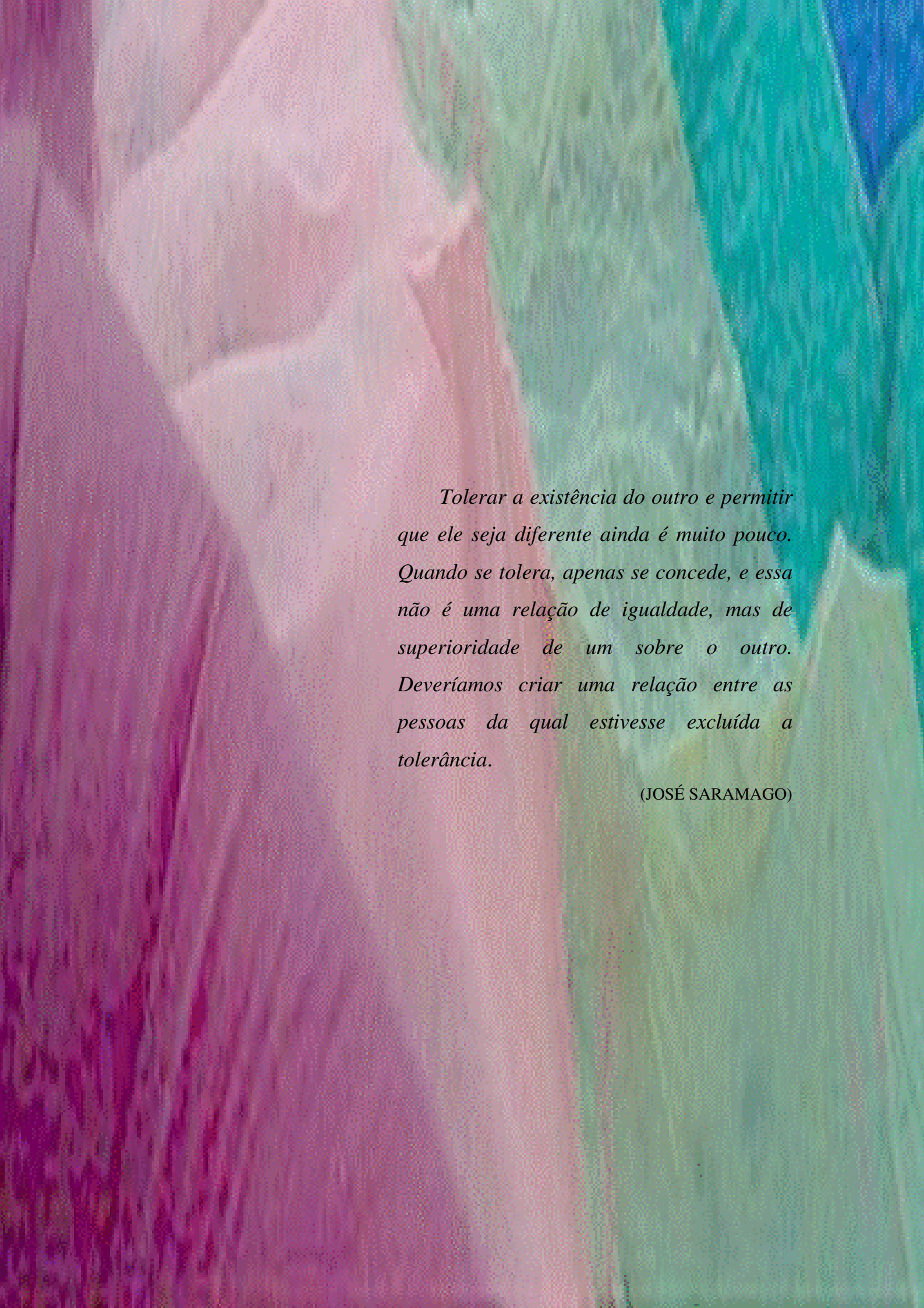
Niterói  
2005

C128g Caetano, Marcio Rodrigo Vale.  
Os gestos do silêncio para esconder as diferenças /  
Marcio Rodrigo Vale Caetano.– 2005.  
159 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mary Rangel.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade  
Federal Fluminense, Niterói, 2005.  
Bibliografia: f. 152-159.

1. Educação - Teses. 2. Homossexualismo e  
educação.  
3. Homofobia. I. Rangel, Mary. II. Universidade  
Federal  
Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Educação.  
III. Título.

CDD: 363.49



*Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivesse excluída a tolerância.*

(JOSÉ SARAMAGO)

## AGRADECIMENTOS

Expresso o meu agradecimento a todas as pessoas que me auxiliaram na realização desta pesquisa, em especial aos amigos e amigas do Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual. Entretanto, quero exprimir o meu agradecimento especial a algumas pessoas que estiveram comigo neste percurso:

Aos meus irmãos adquiridos Cláudio Nascimento, Marcos Miranda e Guilherme Silva.

À professora Dra. Mary Rangel, mais que orientadora, pessoa admirada, exemplo de vida, de dignidade e coerência. Agradeço pelo incentivo, confiança, respeito e aprendizado que as suas orientações me possibilitaram.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Adelma Torres, André Sena, Bianca Alfano, Heliana Hemetério, Jussara Bernardes e Marcio Alonso, meus primeiros leitores.

A Antônio Carlos Victorino Nepomuceno, meu grande, inesquecível e eterno companheiro.

A Milton Santos, meu amigo, amor e companheiro.

A James Green, Guilherme Silva, Denise Barata e Marquinho de Oswaldo Cruz, pelo incentivo inicial no caminho do mestrado.

Finalmente, minha mãe e irmã que suportaram sempre amorosamente momentos difíceis; como, o da elaboração da minha dissertação. Nestes últimos anos consegui realizar um sonho, chegar ao programa de pós-graduação e defender uma dissertação. Sei que estamos falando do início de um longo percurso que iremos caminhar na carreira acadêmica, no entanto, tenho conhecimento que esse percurso somente foi iniciado porque minha mãe sempre esteve do meu lado. Seu exemplo de vida e força está internalizado em mim. Por tudo isso e pelo amor, respeito, admiração e aprendizado, só a Maria de Fátima, minha mãe, dedico este trabalho.

## RESUMO

Direcionamos nossa dissertação de modo a apontar alguns caminhos que ampliaram a visibilidade de homossexuais e os confrontamos com os dados colhidos na pesquisa de campo que indicaram a invisibilidade dos sujeitos homossexuais nos espaços escolares. Mesmo reconhecendo as redes de relações e espaços que esses indivíduos atuam cotidianamente (família, religião, trabalho entre vários outros), dado a ocultação da problemática nos espaços escolares, não existindo, nos órgãos oficiais levantamentos acerca das agressões sofridas em âmbito físico e psíquico, nem as formas como são tratadas cotidianamente a temática e sujeito homossexual na escola, nos valem dos relatos dos/das frequentadores/as e ativistas da Organização Não Governamental Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual para alcançar o nosso principal objetivo que é estabelecer o diálogo entre o núcleo das imagens das expectativas construídas para a escola e os gestos do silêncio para esconder as diferenças presentes no cotidiano escolar para invisibilizar os/as homossexuais. A dificuldade de alcançar a extensão das questões culturais que envolvem esse tema, incluindo dados estatísticas de violência física, em diversas formas e situações, já foi sinalizado pelos autores que discorrem sobre a temática. A invisibilidade é apontada como a maior fronteira entre a hipótese e o conhecimento. Isso decorre do silenciamento, provocado, sobretudo pelo medo, que resulta em um controle rigoroso dos gestos e da voz, para não serem reconhecidos. No entanto, buscando um diálogo entre Andrade (2002), Bhabha (2003), Britzman (1996), Certeau (1996; 1998), Elias (1994), Goffman (1974; 1985), Louro (2001) e Rangel (1994) entre vários outros autores e autoras nos colocamos a visualizar, analisar e compreender as redes de sociabilidades e, sobretudo, as formas encontradas por alunos/as e professores/as que na vigilância, são capazes de exercer suas sexualidades.

Palavras-chave: identidade de gênero; invisibilidade; inclusão.

## RESUMEN

Hicimos nuestra disertación de modo que apunte algunos caminos que ampliaran la visibilidad de homosexuales y los confrontamos con los datos recogidos en la encuesta que indicaran la invisibilidad de los homosexuales en los espacios escolares. Aunque reconociendo las redes de relaciones y espacios que esos individuos actúan cotidianamente (familia, religión, trabajo entre varios otros) debido a la ocultación de la problemática en los espacios escolares, no habiendo, en los órganos oficiales levantamientos sobre las agresiones sufridas en ámbito físico y psíquico, ni las formas como son tratadas cotidianamente la temática y el individuo homosexual, nos valemos de los relatos de los/las frequentadores/as y activistas de la organización no gubernamental Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual para alcanzar nuestro principal recto que es establecer el dialogo entre el núcleo de las imágenes de las expectativas construidas para la escuela y los gestos del silencio para esconder las diferencias presentes el cotidiano escolar para dejar invisibles los/las homosexuales. La dificultad de alcanzar la extensión de las cuestiones culturales que involucran ese tema, incluyendo datos estadísticas de violencia física en varias situaciones ya fuera señalizada por autores que discurren sobre la temática. La invisibilidad es apuntada como la más grande frontera entre la hipótesis y el conocimiento. Eso pasa debido al silenciamiento, provocado, sobre todo por el miedo que resulta en un control riguroso de los gestos y de la voz, para no ser reconocidos. Pero buscando u dialogo entre Andrade (2002), Bhabha (2003), Britzman(1996), Certeau (1996;1998) Elias (1994), Goffman (1974; 1985), Louro (2001) e Rangel (1994) entre varios otros autores nos colocamos a visualizar, analizar y comprender las redes de socializaciones y, sobretudo las formas encontradas por alumnos/as y profesores/as que en la vigilancia son capaces de ejercer sus sexualidades.

Palabras-clave: identidad de genero; invisibilidad; inclusión.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS.....	15
METODOLOGIA.....	17
REFERENCIAL TEÓRICO.....	27

## CAPÍTULO 1

### NEGOCIANDO COM A HISTÓRIA...

A INTELLECTUALIDADE E O CONTROLE SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE.....	50
--	----

NEM SOMENTE DE HERÓIS E REIS SE CONTA UMA HISTÓRIA.....	56
---	----

DO CAOS RE-EMERGE A FORÇA: AIDS E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	58
--	----

ASSUMIR-SE ADQUIRINDO TAREFAS.....	63
------------------------------------	----

## CAPÍTULO 2

### SEUS RELATOS E NOSSAS EXPERIÊNCIAS

O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE CONSCIENTIZAÇÃO HOMOSSEXUAL.....	66
---	----

FORTALECENDO O INDIVÍDUO E DIVERSIFICANDO AS IMAGENS: O USO EDUCATIVO DOS MEIOS MUDIÁTICOS.....	74
---	----

AS TELENOVELAS E A VISIBILIDADE HOMOSSEXUAL.....	78
--	----

## CAPÍTULO 3

ENTRE A VISIBILIDADE TEMÁTICA E A OCULTAÇÃO: A SITUAÇÃO DO/A HOMOSSEXUAL NA ESCOLA OS SENTIDOS QUE IDENTIFICAM E DELIMITAM OS ESPAÇOS....	101
---	-----

PARADOXO DO ATIVISMO: A VISIBILIDADE PÚBLICA E A OCULTAÇÃO NA ESCOLA.....	111
---	-----

A ESCOLA DO PRESENTE E A VIDA NO FUTURO: ONDE ESTÃO OS HOMOSSEXUAIS?.....	113
A VIOLÊNCIA LEGITIMADA: A OCULTAÇÃO E/OU A CULPA NO INDIVÍDUO HOMOSSEXUAL.....	124
RELAÇÕES DE GÊNERO E VITIMIZAÇÃO DO INDIVÍDUO HOMOSSEXUAL.....	130
AS TÁTICAS DOS PRATICANTES: O USO DA INTERNET ENTRE A VISIBILIDADE VIRTUAL E A INVISIBILIDADE REAL.....	137
NÃO SÓ DE INTERNET VIVEM AS TÁTICAS DOS PRATICANTES: OS USUÁRIOS DA ESCOLA RE-SIGNIFICANDO SUAS EXPERIÊNCIAS.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS.....	152

# INTRODUÇÃO

O fim da era getulista e da 2ª Guerra Mundial inaugurou no Brasil um período de dezenove anos de governos democráticos, somente interrompidos em 31 de março de 1964. Esse período foi marcado pelo o auge das programações de rádio e, sobretudo, dos programas de auditório da Rádio Nacional. As cantoras nas emissoras eram capazes de encantar e de mobilizar os fãs que se dividiam entre Marlene, Emilinha Borba, Nora Ney e Dalva de Oliveira. Independente da supremacia do rádio, a década de 50, no Brasil, via nascer a televisão; era a capacidade de exibir imagens em movimentos em um eletrodoméstico na sala de estar das famílias brasileiras.

Foi na televisão que muitos acompanharam as alterações políticas, econômicas e sociais que ocorreram nas décadas seqüenciais ao aparecimento do eletrodoméstico. Os anos 60, década que representou para a sociedade ocidental a reformulação de valores culturais, puderam ser acompanhados, a olhares atentos, em aparelhos de TV, nas salas de estar ou dormitórios. As feministas e os ativistas negros depois de alguns anos de mobilização marcaram suas identidades na agenda política brasileira. As imagens exibidas nas programações sofreram intervenções; as mulheres e os negros, ainda em minoria e em alguns momentos sendo estigmatizados, mesmo assim, conseguiram alcançar referenciais positivos para a construção de suas identidades visibilizadas pela TV.

Nas imagens e linguagens dos meios de comunicação, alguns dos segmentos sociais, inclusive os homossexuais passaram a ser visualizados. As abordagens do Estado e de segmentos da sociedade para conhecer o modo de vida homossexual, se de um lado permitiram a polarização de discussões, por outro, tornaram públicos muitos dos símbolos que os mantinham invisíveis. As imagens estigmatizadas nos meios de comunicação passaram a ser referências para a identificação e possível repressão. Décadas posteriores a implantação da televisão no Brasil, os homossexuais ainda continuam sendo “descobertos” em suas inúmeras programações. O último decênio do século XX pode se

considerado como um ápice dos direitos humanos de homossexuais pelo Estado em todas as suas esferas representativas: municipal, estadual e federal.

Foi nos anos noventa, que se intensificou no Brasil o reconhecimento dos direitos humanos de homossexuais pelo Estado. As intervenções e financiamentos do Ministério da Saúde para conter a epidemia de Aids na população homossexual possibilitaram a profissionalização de ativistas e a aquisição de equipamentos que acabaram por fortalecer as organizações. Nesse período, foram aprovadas 90 leis municipais e 04 estaduais, além de representar o marco nas mobilizações massivas com as Paradas do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros - GLBT. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transgêneros-ABGLT, apesar de aprovadas as leis no Legislativo e muitas sancionadas pelo Executivo, não existem dados sobre alguma aplicação de penalidade a pessoas jurídicas ou físicas provocadas pelos artigos previstos. Em muito dos casos, as leis sofrem da falta de um Órgão responsável por aplicá-la, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, as aprovações da legislação em todos os casos resultaram em ampla vinculação nos meios midiáticos locais.

No entanto, mesmo com a ampliação da visibilidade influenciada pelas articulações e interesses do mercado e do movimento social homossexual, muitos ainda vivenciam a negligência e o desrespeito às suas identidades e singularidades. Dentre os espaços mais significativos estão os da educação; assim sendo, a escola passa a ser mais um ambiente social de exclusão, ironia e discriminação. Esses processos, pela sua força, causam em alunos/as homossexuais, o sentimento coercitivo do medo, que os leva ao controle dos gestos e das palavras, para que não sejam identificados: negando a própria identidade, e na pior das hipóteses, a repressão dos sentimentos e desejos.

O espaço escolar, que em seu discurso zelaria pela diversidade, ignora a possibilidade de expressão da orientação sexual de seus/suas alunos/as, assim como dos/as profissionais que nele atuam, reforça a perspectiva heterossexual e limita-os a visões pré-concebidas acerca da sexualidade. O papel ainda "sacralizado" da escola a colocou também em um *status* de disciplinadora e construtora de um homem/mulher capaz de resguardar a soberania e o

crescimento da nação. Nesse sentido, a homossexualidade, em detrimento de seus estigmas, é vista como vilã.

No mês de junho de 2002, as ações realizadas pelo movimento social homossexual, com apoio de setores do Governo Federal, resultaram na inserção da temática GLBT no Plano Nacional de Direitos Humanos. No mesmo mês foi veiculada nos canais abertos de televisão a campanha de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e Aids<sup>1</sup>, voltada para o público homossexual. Vale lembrar que os protagonistas traziam outra imagem acerca da homossexualidade, no geral marcada pela ridicularização. Paralela a essa campanha foi distribuída e divulgada a produção do vídeo, *Pra que time ele joga?*<sup>2</sup>.

Tais ações, embora superem padrões anteriores, ainda são insuficientes para responder às demandas necessárias para uma educação escolar que promova e respeite a diversidade da orientação sexual, de identidades de gêneros e reduza o problema da violência física e psíquica a que os/as alunos/alunas, assim como os profissionais de educação homossexuais estão sujeitos nas escolas. Justamente sobre as questões que envolvem a temática da visibilidade e possíveis sanções repressivas, que conduzimos a dissertação chamada *Os gestos do silêncio para esconder as diferenças*.

A dissertação foi dividida em cinco partes;

- CAPÍTULO 1: De um lado nos preocupamos, a partir do discurso médico e educacional, em alinhar os estigmas correntes da homossexualidade na sociedade; bem como, as propostas de políticas públicas dos primeiros decênios do século XX voltadas para o segmento. De outro, buscamos confrontar os dados obtidos com as respostas dadas pelos/as homossexuais no fortalecimento de redes de amizades, autoconsciência da identidade, aprendizagem do afeto, mobilização e visibilidade.

---

<sup>1</sup> Aids é a sigla, em língua inglesa, para *Acquired Immune Deficiency Syndrome*, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA, em língua portuguesa. Como o Brasil adotou a sigla em inglês, e permitindo a nossa língua escrever em caixa baixa as letras subseqüentes à primeira de qualquer sigla pronunciável, passou-se a usar "Aids".

<sup>2</sup> O vídeo em questão foi distribuído pelo Programa Nacional de DST/Aids às organizações de direitos humanos que desenvolvem ações junto ao público homossexual.

- **CAPÍTULO 2:** O quadro de visibilidade estigmatizada e de exclusão homossexual motivou alguns amigos a fundarem no início da década de 1990, ainda na efervescência discursiva da Aids, a organização não-governamental Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual - GAI. Suas ações contribuíram para o fortalecimento das identidades homossexuais, servindo como espaço socioeducativo. Mas amplamente suas lideranças despertaram a atenção de aliados no mercado midiático, o que resultara na diversidade das representações sociais da homossexualidade. O quadro foi motivado pela nova excentricidade que a sexualidade assumia, sem as esperadas frustrações de papéis de gêneros. A partir das ações do GAI, iremos dissertar sobre a diversidade das imagens homossexuais no imaginário social. Acreditamos que as lideranças homossexuais contribuíram para que os aliados no meio midiático, especialmente nas telenovelas, introduzissem na sociedade a discussão temática homossexual.

- **CAPÍTULO 3:** nas últimas décadas assistimos a diversidade de representações sociais de indivíduos homossexuais e a ampliação de direitos em âmbito social, político e jurídico. Porém, algumas instituições ainda resistem a visibilidade e/ou a vivência cotidiana de indivíduos homossexuais; entre essas, encontram-se as escolas. Através dos relatos dos freqüentadores e ativistas do GAI, dissertamos sobre o desafio encarado tanto pela escola como pelos/as homossexuais para visibilizar a temática e o sujeito homossexual no interior das práticas cotidianas da sala de aula.

- **CONCLUSÃO:** finalizando a dissertação, registramos o binômio encarado pelos indivíduos homossexuais: visibilidade e cidadania *versus* organização de setores conservadores e o crescimento da violência.

## JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Observamos que no entorno do ambiente social que permitiu as ações do movimento social GLTB para visibilidade, encontra-se uma forte rede de parcerias com diversos segmentos da sociedade (imprensa, artistas, intelectuais, partidos políticos, parlamentares, programas e coordenações de combate à epidemia de DST-Aids, entre outros). Indiscutivelmente foi na década de noventa, impulsionada pela visibilidade de lideranças do movimento homossexual apoiados, sobretudo, pela profissionalização e recursos de estruturação institucional financiados pelo Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids-PN DST/Aids (Ministério da Saúde), que se ampliou o mito de poder de compra do segmento, despertando o interesse e solidificando a promissora parceria do mercado com segmentos do movimento social homossexual. Entenda-se como mercado a descrita por Kotler (1996, p. 28), *consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejo específico, dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo.*

Justamente nas atividades que envolvem os interesses do mercado, sobretudo, o midiático, e no seu interior, as telenovelas que se encontram na hipótese apontada por nós, da ampliação das imagens veiculadas sobre os indivíduos homossexuais. Neste sentido, entendendo que o processo educativo não se limita aos espaços oficiais e extra-oficiais da escola (LOURO, 2001; FREIRE, 1999), as dinâmicas do mercado encontram-se entre os objetivos dessa dissertação, à medida que agregadas a elas poderemos apontar e analisar as redes de sociabilidades, a formação de teias de mobilização social, a visibilidade do sujeito consumidor e as estratégias adotadas pelos/as freqüentadores/as e ativistas da organização não-governamental GAI para construção de um outro olhar sobre as homossexualidades, fragilizando os estigmas correntes. Entretanto, mesmo com a massificação das imagens de indivíduos homossexuais, a escola continua sendo apontada pelo movimento homossexual brasileiro como o espaço de maior resistência à visibilidade do sujeito homossexual.

[...] Diferente de épocas bem recentes em que a polícia reprimia a sociabilidade pública homossexual, na contemporaneidade... ocupamos de forma digna e visível os espaços públicos da cidade e do campo. Porém, encontramos no cotidiano vivido nas escolas públicas desse nosso imenso Brasil a nossa maior dificuldade, alguns municípios, a exemplo de São Paulo e Porto Alegre, ampliaram a visibilidade temática das homossexualidades através de capacitação de professores/as, entretanto, ainda se configura nas escolas brasileiras a invisibilidade dos sujeitos homossexuais que cotidianamente as ocupam (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS-ABGLT, 2005, p. 44).

Direcionamos nossa dissertação de modo a apontar alguns caminhos que ampliaram a visibilidade dos indivíduos homossexuais e os confrontamos com os dados colhidos na pesquisa de campo que justificariam a invisibilidade dos sujeitos homossexuais afirmada pela ABGLT nos espaços escolares. Mesmo reconhecendo a amplitude de relações e espaços que esses indivíduos homossexuais atuam cotidianamente (família, religião, trabalho entre vários outros), dado a ocultação da problemática nos espaços escolares, não existindo, nos órgãos oficiais levantamentos acerca das agressões sofridas em âmbito físico e psíquico e nem as razões que levaram ou levam à evasão escolar de homossexuais; bem como, as formas como são tratadas a temática cotidianamente na escola, nos valem dos relatos dos frequentadores e ativistas do GAI para alcançar o nosso principal objetivo que é estabelecer o diálogo entre o núcleo das imagens das expectativas construídas para a escola e os gestos do silêncio para esconder as diferenças presentes no cotidiano escolar para invisibilizar os/as homossexuais.



## **METODOLOGIA**

A construção metodológica de um trabalho, inevitavelmente, parte de uma visão preliminar das relações estabelecidas pelo discurso teórico e a prática de um dado objeto de estudo. O desenvolvimento da pesquisa e a insurgência de indagações e dúvidas são os motivos centrais para estabelecer os caminhos adotados pelo investigador para a coleta de informações necessárias a fim de responder ou suscitar perguntas. Para esta pesquisa, que trata da ampliação das imagens homossexuais, memórias e relações sociais no cotidiano escolar, tiveram grande peso os espaços de convivência e diálogo, privilegiando-se, então, os formais (reuniões, entrevistas marcadas e organizadas em roteiros e materiais informativos) e informais (conversas com freqüentadores e ativistas) do GAI.

Dado a complexidade do objeto de estudo aliado à invisibilidade cotidiana na rede escolar, seja particular ou estatal, do sujeito que compõe nossa análise: o indivíduo homossexual; adotamos os parâmetros da pesquisa de natureza qualitativa, à medida que *aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas* (MINAYO, 1994, p. 23). Porém, ancorado em Becker (1993) e Triviños (1987), recorreremos a dados de pesquisa quantitativa, quando entendemos que a última auxilia a compreensão da primeira.

No interior desta decisão, tendo em vista a escassez de tempo e a impossibilidade de desenvolvê-lo em unidades da rede estatal municipal de ensino do Rio de Janeiro, optamos por um estudo de caso. Mesmo reconhecendo suas limitações, à medida que em suas características mais concretas estão as ênfases na singularidade e na particularidade (ANDRÉ, 1985), a opção nos possibilitou perceber as redes subjetivas que envolviam os agentes comprometidos na pesquisa. Estamos convictos que a escolha foi a mais acertada. Os dados foram obtidos, prioritariamente, entre os membros do GAI que se situa na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, a escolha da organização deveu-se à sua organicidade, estrutura e grau de intervenção nos

segmentos homossexuais e nos meios de formação (midiáticos, Poder Público, intelectuais entre vários outros).

A organização nos doze anos de atuação alterou as características de seus freqüentadores e ativistas. Se na origem seus freqüentadores majoritariamente eram de homens de classe média, bem sucedidos profissionalmente, com curso superior e oriundos dos bairros da Zona Sul e Tijuca (ANDRADE, 2002). A situação nos anos observados (entre 2003 a 2005) demonstrou um quadro bem diversificado: a população masculina ainda prevalece apesar do acréscimo da freqüência de mulheres, a identidade sexual majoritária é a *gay*, participando de suas atividades algumas lésbicas e também bissexuais. Os anos de escolaridade diminuíram e conseqüentemente a renda média dos freqüentadores; os bairros de origem são os mais variados, vindo inclusive para os encontros de sextas-feiras, freqüentadores de cidades da Região Metropolitana.

Infelizmente não foi possível a coleta de dados *in loco* na rede pública municipal do Rio de Janeiro. A ação deveu-se ao indeferimento da 10ª Coordenadoria Municipal da Região após solicitação formal do pesquisador junto à direção escolar em uma unidade da rede municipal no bairro de Santa Cruz (Zona Oeste do Rio de Janeiro). A solicitação formal respeitou as seguintes etapas: a apresentação do projeto à direção, à orientação pedagógica e a dois professores da unidade; resumo do projeto e ofício de apresentação da orientação em papel timbrado da Universidade Federal Fluminense. Os documentos foram encaminhados com parecer favorável da direção, orientação pedagógica e professores à 10ª Coordenadoria Regional de Ensino; obtivemos o informe após um mês pela direção escolar que a Coordenadoria havia indeferido o pedido, argumentando inconsistência do projeto. Novamente em pedido formal foram solicitadas as dúvidas que a Coordenadoria estaria tendo com o projeto. A resposta oficial até o momento não nos foi fornecida e mediante a necessidade de coleta de dados para a confecção da dissertação acabamos por optar por buscá-los junto aos ativistas e freqüentadores do GAI que possuem relações diretas ou indiretas com a educação escolar.

Algumas etapas foram realizadas para a coleta de dados:

1. Acesso aos relatos dos/as professores/as freqüentadores e ativistas do GAI;
2. Entrevistas;
3. Observação participativa nas atividades do GAI;
4. Consultas a fontes secundárias e primárias, listadas na referência.

Os relatos das experiências próprias ou presenciais nos foram apresentados pelos/as professores/professoras freqüentadores e ativistas sem que os mesmos fossem solicitados. Acreditamos que o fato motivou-se em consideração às atividades profissionais do pesquisador, que além de ser professor, atuou de 2001 a 2004, na coordenação de vários projetos financiados pelo PN DST-Aids e gerenciados pela ONG GAI; além do grau de envolvimento afetivo e confiabilidade, a consciência de que a educação escolar encontra-se entre os setores estratégicos de intervenção e a publicização do projeto de pesquisa. A partir dos seus relatos suscitaram-se inúmeras indagações que nortearam as entrevistas com os/as estudantes e os caminhos metodológicos dessa pesquisa. Dispensamos as entrevistas com os/as professores/as por entender que nos relatos já se encontravam dados suficientes para compreender as dinâmicas existentes entre o exercício docente e a visibilidade da sexualidade homossexual.

Concluídas a coleta e seleção de alguns relatos, adotando como critério o corte temporal: os relatos mais recentes e a organicidade do relator no GAI, várias perguntas surgiram e acabaram por orientar a confecção de entrevistas. Os questionários foram aplicados a membros da diretoria que optamos por chamá-los de ativistas graças à profissionalização na organização e a freqüentadores que assim foram nomeados por não possuírem funções burocráticas pré-definidas na estrutura do GAI.

Os questionários foram diferenciados, sendo um modelo para ativista (dois responderam: presidente e vice-presidente) e dois modelos para freqüentadores, esses foram direcionados para alunos - infelizmente não entrevistamos alunas, não as encontramos entre os/as freqüentadores/as do GAI (cinco responderam), e ainda foram aplicados questionários às mães

lésbicas que possuem filhos ou filhas na escola (duas), o mesmo não se procedeu com homossexuais masculinos, não os encontramos entre os freqüentadores do GAI.

As entrevistas foram previamente elaboradas e gravadas em fita cassete, sendo anotadas em caderneta no ato da entrevistas algumas falas que a nós se destacavam, servindo como norteadores no momento da confecção da dissertação. A recorrência a audição das gravações foram realizadas quando as anotações em cadernetas não foram satisfatórias. Foram elementos de análise os símbolos verbais e não verbais dos entrevistados materializados em suas atitudes ou nas expressões durante a entrevista.

A base teórica que foi recorrente nas análises é a da representação social, apoiada em Moscovici (2003) e Goffman (1974; 1985), observando-se, especialmente, a potencialidade da representação social de influir em compreensões e condutas. A inerência entre conceito e imagem, o intercâmbio entre percepções e conceito, a sintonia entre comunicação e representação social estiveram, também, submetidos à análise de conteúdos dos dados na perspectiva bardianiana, considerando-se a sua adequação ao estudo de *estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo* (BARDIN, 1986, p. 51- 52).

Dada a subjetividade, intimidade e sentimentos envolvidos nas relações sociais que submergem o objeto de análise, acreditamos que a coleta de relatos, assim como as observações participativas nos espaços de convivência dos ativistas e freqüentadores no GAI foram favorecidas pela posição em que se encontrava o investigador. O dilema entre o investigador e objeto nos impõe uma grande complexidade entre o discurso científico objetivado e a ideologia, e esse, por sua vez, recai sobre a dissociação do objeto e o sujeito pesquisador. Neste sentido, Morin (2001, p. 271) estabelece que há *necessidade de incluir, não de excluir, o observador na observação* e conclui *se não se pode reduzir a ciência à ideologia, é, contudo, necessário notar que em todo conhecimento científico entra um componente ideológico*. Portanto, a associação entre os discursos e as interpretações do sujeito e o objeto não invalidam a objetividade da análise proferida.

Por último buscando entender a ampliação da visibilidade homossexual, recorreremos às fontes primárias produzidas pela organização e entidades parceiras, artigos de periódicos (jornais, boletins e revistas), recursos audiovisuais (documentários e entrevistas gravadas em VHS) e iconografias, conectando as informações com os dados obtidos nos relatos, entrevistas e observações participativas. Destacamos que as fontes secundárias que se acham devidamente listadas nas referências foram de extrema importância, destacando-se a dissertação de Mestrado em Comunicação de Augusto Andrade (2002).

A análise da visibilidade homossexual é para nós um grande desafio, sobretudo, porque falamos de uma categoria que, para efeito de análise, historicamente foi estudada de forma homogênea, mas que na sua práxis cotidiana mostra-se como heterogênea. Correndo o risco da normatização, chamaremos quando necessário de homossexuais, indivíduos que por ventura tenham se automeado. Entendemos que a categoria homossexual, criada na Europa do século XIX pelo discurso médico, não contempla o exercício da sexualidade, dos comportamentos e identidades de gêneros e nem tampouco das identidades sexuais nas inúmeras regiões brasileiras, sendo, portanto, entendida apenas como orientação sexual para efeito de análise jurídica e científica.

Como se trata de uma dissertação onde o eixo central encontra-se nos enfrentamentos da visibilidade e invisibilidade do sujeito ativista de uma organização de direitos humanos homossexual (GAI), veremos em alguns momentos, quando julgarmos necessárias, que as múltiplas identidades estarão reunidas em quatro categorias: homossexuais femininos para as identidades auto-atribuídas e atribuídas cuja atração afetivo-sexual encontra-se nas figuras também femininas (lésbicas, entendidas, sapatões entre outras identidades); homossexuais masculinos, respeitando a atribuição e a auto-atribuição, para aqueles cujo desejo afetivo-sexual encontra-se nas figuras masculinas (entendidos, gays, bichas, viados, entre outros); heterossexual para homens e mulheres que afirmam que seus desejos sexuais orientam-se para pessoas do sexo oposto; e transgêneros para aqueles/as de sexo biológico masculino ou

feminino que adotam as representações sociais do sexo oposto (a identidade foi difundida no Brasil pelo movimento das travestis, sendo por elas assumidas, sobretudo no início deste século para reverter as imagens negativas associadas a elas).

Assumindo os riscos das normatizações, em alguns momentos compreenderemos as categorias apresentadas, excetuando a heterossexualidade, reunida em uma única categoria: as homossexualidades (tanto para as identidades femininas quanto para as masculinas), mas a utilizaremos no plural, sinalizando a diversidade do exercício cotidiano da orientação sexual.

Deixamos claro que independente da categoria assumida no dado momento do texto, o que estamos apontando como problema de análise é o preconceito gerado no exercício da sexualidade e a constituição das redes de sociabilidades entre homens e mulheres que se relacionam afetivamente e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, destacaremos quando julgarmos necessário, as diferenças, caso existam, entre o exercício da sexualidade e de constituição de redes de sociabilidades das diversas identidades.

Por se tratar de uma dissertação sobre visibilidade e invisibilidade do indivíduo homossexual, optamos, quando permitido, pela menção do nome a nós fornecido no momento do relato, além da utilização de imagem fotográfica no capítulo 4, por entendermos que seria um contraponto ao silenciamento e a invisibilidade do sujeito homossexual na escola.

Outra eleição realizada, diz respeito ao pronome pessoal adotado em todo o corpo textual desta dissertação, optamos por nos mencionarmos na primeira pessoa do plural (nós). Segundo Laville e Dionne (1999), o nós adotado na comunicação científica sinaliza modéstia, ou seja, possui a função simbólica de lembrar que o pesquisador não está sozinho, portanto, participa de uma vasta rede científica, cuja pesquisa é uma contribuição ao saber, mas também se caracteriza como resultante de outros saberes já difundidos.

Mesmo reconhecendo a contribuição de outros autores e o rigor metodológico e, portanto, científico desta pesquisa, não pretendemos

generalizações de resultados, admitimos, apenas, o princípio da transferibilidade ancorada em Lincoln e Guba (1985).

### **QUESTIONÁRIOS APLICADOS:**

- **AOS ATIVISTAS**

1. Você esteve presente na fundação do Grupo Arco-Íris? (caso negativo, ir para pergunta 7). Como surgiu o Grupo Arco-Íris?
2. Existia algum tipo de relacionamento entre os fundadores do Grupo Arco-Íris?
3. Como foi constituída a rede de amizade que acabou originando o Grupo Arco-Íris?
4. Quando foi fundado o Grupo Arco-Íris, vocês tinham alguma experiência em movimento social?
5. Qual era o objetivo ao fundar o Grupo Arco-Íris?
6. O Grupo Arco-Íris surgiu uma década depois do primeiro caso de Aids no Brasil. Houve alguma ligação entre a epidemia e a fundação do Grupo Arco-Íris?
7. Como você que é ativista encarou a epidemia de Aids?
8. Como inicialmente o Grupo Arco-Íris tratou a epidemia de Aids?
9. Os movimentos sociais são construídos com bases em reivindicações bem claras, quais são as do Grupo Arco-Íris?
10. Alterou-se desde sua fundação?
11. Caso positivo, quais são as atuais?
12. A quem elas se direcionam?
13. Augusto Andrade em sua dissertação de mestrado trabalha a visibilidade gay a partir das ações do Grupo Arco-Íris. Você acredita que a homossexualidade era invisível?
14. Qual o modelo de homossexual que você quer projetar na sociedade?
15. Qual a imagem homossexual que o Grupo Arco-Íris deseja projetar quando divulga suas ações na mídia?
16. Você acredita que houve alteração nas imagens veiculadas na mídia sobre a homossexualidade? A que você atribui isso?

17. Houve alguma resistência a sua homossexualidade entre as pessoas que você interagira na escola, família e amigos no início da sua descoberta?
18. Qual sua avaliação sobre o desenvolvimento da temática da homossexualidade na educação?

- **AS MÃES HOMOSSEXUAIS COM FILHOS/AS MATRICULADOS/AS NA REDE DE ENSINO**

1. Você poderia definir sua concepção de família?
2. A sua família se organiza segundo a concepção descrita por você na pergunta anterior?
3. Em algum momento você observou que seu arranjo familiar esteve representado nas atividades desenvolvidas na escola de seu/sua filho/a?
4. Caso positivo, como?
5. Caso negativo, a que você atribui esse quadro?
6. Qual a imagem de família você observou nas atividades da escola de sua/seu filha/o?
7. Você em algum momento reivindicou que fosse pluralizado o modelo familiar adotado como imagem nas atividades escolares de seus/suas filhos/as?
8. Caso positivo, qual foi a reação da escola?
- 8.1. Caso negativo, por quê não?
9. (Caso o modelo familiar abordado na escola não contemple a da entrevistada). Em algum momento você observou algum constrangimento em sua/seu filha/o motivado pela discordância entre o modelo familiar abordado na escola e ao qual ela/ele se insere?

- **AOS ESTUDANTES DO GAI**

1. Qual sua idade, sexo e nome?
2. Qual sua orientação sexual?
3. Quando você percebeu que era homossexual?
4. Qual foi sua atitude diante da sua homossexualidade?
5. Você teve problemas em assumir para si sua homossexualidade? Por quê?



6. Antes de se assumir, o que você achava da homossexualidade?
7. A partir da sua orientação sexual. Você teve alguma resistência em assumir-se?
8. Seus familiares sabem de sua orientação sexual?
9. Como tratam a questão?
10. Houve alguma resistência?
11. Caso positivo, como você tratou essa resistência?
12. E na escola, as pessoas sabem?
13. Você teve alguma resistência?
14. Como você tratou essa resistência?
15. Na escola foi possível conhecer outros meninas e meninos homossexuais? Como?
16. Caso seja positivo. Vocês costumam sair juntos?
17. Para aonde?
18. Você procurou saber informações na escola sobre sexualidade e, especificamente, sobre a homossexualidade?
19. Caso positivo. Você percebe alguma resistência em falar da temática na escola?
20. Caso negativo. Por quê?
21. Caso você se sinta à vontade em falar de sua homossexualidade na escola. Com quem geralmente você fala?
22. Você frequenta estabelecimentos comerciais (boates, bares, festas) voltados especialmente para homossexuais?
23. Caso o estudante tenha idade inferior a 18 anos. Como sendo menor de 18 anos?
24. Como você ficou sabendo da existência desses estabelecimentos comerciais?
25. Aonde você buscou informações sobre homossexualidade?
26. Como você conheceu o Grupo Arco-Íris?
27. Você frequenta sites da internet? (Caso negativo, pular para questão 33).
28. Aonde costuma acessá-los?

29. A internet é o seu principal meio pra buscar informações sobre a homossexualidade?
30. Caso positivo. Por que a internet?
31. Você frequenta sala de bate-papo voltado para o público homossexual na internet?
32. Caso positivo. Tem saído com pessoas que conheceu na sala de bate-papo?
33. Várias reportagens nos meios midiáticos chamam a atenção para a violência que alguns internautas foram vítimas após encontros marcados pela internet. Essa situação o preocupa?
34. Caso positivo. Quais são os cuidados adotados por você ao sair com desconhecidos?
35. Seus pais sabem que você utiliza a internet para conhecer outros homossexuais?
36. Você acredita que hoje é possível falar e viver a homossexualidade com maior tranquilidade?
37. Caso positivo. A que ou a quem você atribui esse fato?
38. Caso negativo. Por quê não?

## REFERENCIAL TEÓRICO

As sociedades ocidentais do início século XXI não são menos modernas do que as que viveram nos primeiros decênios do século XX, a afirmação é realizada por Bauman (2001) a partir das formas como as necessidades humanas ocuparam os espaços públicos de discussão em ambos os cortes temporais. Não é possível negar que as prerrogativas e necessidades de bem-estar dos indivíduos continuam a nutrir as discussões políticas dos espaços públicos que constituem a cidade. Entretanto, segundo o autor nas várias relações possíveis entre os indivíduos que compõem a *polis*, o que os distingue entre os dois inícios de século (XX e XXI) são as formas diferenciadas materializadas no campo do cotidiano para a conquista do interesse do indivíduo no espaço público.

O bem-estar da cidade e, portanto, do cidadão reivindicado pela modernidade do início do século XX, amplamente amparado na revolução universalista francesa, dera lugar aos interesses das individualidades, intensificado no final do século XX e início do século XXI. O bem-estar coletivo e universalista cede espaço às várias individualidades, munidas de força, são elas capazes de ocupar o público com as necessidades do privado e, este, quanto mais intenso e organizado mais sucesso obterá no preenchimento das discussões políticas na cidade. Assim sendo, se existe algo semelhante entre os dois inícios de século apontados por Bauman, seria a necessidade de dismantelar, recriar, destruir e substituir o atual por algo descrito como mais aperfeiçoado e infinitamente adequado às necessidades do indivíduo em somente um momento.

Algumas características da sociedade ocidental moderna do início do século XXI estão na contraposição das crenças existentes há um século atrás. A idéia em uma força ou mesmo em um *ethos* capaz de agregar as individualidades em uma prática cotidiana sem conflitos em nome de uma totalidade e de um futuro seguro a todos, foi substituída pelas práticas

individuais, inserindo as preocupações das várias identidades existentes entre as individualidades que ocupam os espaços públicos.

Munido de um discurso consciente de um "eu" que precisa manter-se alerta, a individualidade torna-se inimiga da cidadania. *O cidadão é a pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade* (BAUMAN, 2001, p. 45), ao contrário do indivíduo que, observando os interesses da cidade, portanto, do coletivo, costuma retirar-se para resguardar e garantir os seus interesses no espaço público.

Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos encham o espaço até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsas tudo mais do discurso público (BAUMAN, 2001, p.46).

Para o autor, o público se desenha como um relicário de angústias particulares projetadas sem um término estabelecido. Os indivíduos que contaminam o público com suas privacidades não permitem que as ações e qualidades coletivas ampliem sua percepção através da constatação dos vários outros. O confessionário religioso tornou-se obsoleto, o espaço público é onde se faz a revelação dos segredos e intimidades privadas. Neste sentido, a ausência dos interesses coletivos capazes de agregar os indivíduos em um *ethos*, trouxe para o cenário da modernidade do início desse século, a solidão e a insegurança. Porém, esse é apenas um dos lados do prisma, ao qual por ora concordamos. Se o público foi colonizado pelos interesses das individualidades isso parece ser consenso, apesar dos caminhos diferenciados, entre inúmeros intelectuais da contemporaneidade (BAUMAN, 2001, 2003; ELIAS, 1994; LASCH, 1986; LEOPOLDI, 2004; MAFESSOLI, 1987 entre inúmeros outros).

Mas é preciso não ter medo de repisar, de voltar à carga por diversos ângulos, pois é muito difícil apreender um fenômeno grupal, com instrumentos de análise que foram elaborados numa perspectiva política. O que, aliás, hoje em dia, provoca um equívoco bastante comum: o de analisar o recuo do

político ou a perda do sentido social em termos de ressurgimento do individualismo (MAFESSOLI, 1987, p. 122).

A ocupação do espaço público pelas individualidades possibilitou a emergência de outros atores políticos, tais como: as feministas, os negros, os homossexuais e várias outras identidades que eram invisibilizadas pelo discurso coletivo nas arenas de interesses políticos dos espaços públicos. Indiscutivelmente o quadro político dos movimentos contraculturais da década de 1960, aliado às alterações das dinâmicas do capital possibilitou condições favoráveis a emergência do movimento homossexual que foi criado entre a dor e o desejo<sup>3</sup>, sem a legitimidade das lutas de classes ou a tradição das ordens conservadoras e que nos últimos anos vem se fortalecendo internamente e insurgindo como uma força potencializadora capaz de mobilizar aliados e fortes adversários nos mais variados espaços sociais. Porém, para compreendermos melhor a conjuntura na qual emerge o movimento social homossexual iremos trazer para o cenário discursivo desse texto outros elementos.

As subjetividades humanas, sobretudo, as ligadas ao campo da sexualidade foram fortemente abdicadas em nome de uma racionalidade materialista que se expressou em várias das correntes ideológicas do século XIX. Não se pretende com isso afirmar que seja datada do século XIX ou do século das luzes a repressão aos amores entre indivíduos do mesmo sexo, até por que já são conhecidas as investidas do Estado e de segmentos religiosos. No entanto, a homossexualidade enquanto categoria irá se projetar no século XIX paralela à consolidação do Estado burguês no mundo moderno. Não por menos que Heller (1989), irá afirmar que foi a burguesia a maior produtora de preconceitos entre todas as demais classes sociais. A necessidade imediata de manter-se no controle do poder social justificaram as ações burguesas que por último acabaram por legitimar as hierarquias construídas garantindo a coesão social e mantendo o controle sobre a sociedade.

---

<sup>3</sup> Quando mencionamos desejo nos referimos à força subjetiva que é estimulada pelo interesse de viver cotidianamente a sexualidade homossexual.

Analisando a visibilidade e a prática sexual homossexual na Inglaterra, Weeks (1977), afirma que embora a homossexualidade, enquanto prática sexual, fosse datada bem antes, a cristalização do sujeito origina-se no século XIX, paralela a reformulação da família e, sobretudo, de suas práticas sexuais. Segundo a autora, o fato foi impulsionado pela vitória do capitalismo industrial e da urbanização. O período foi assinalado pela eliminação das mulheres do mercado do trabalho e da concepção de uma massa operária sujeita ao sistema familiar para se reproduzir e se manter. Por isso foi preciso a criação de um papel homossexual estigmatizado que teria a função de manter a massa da sociedade dentro dos padrões, acabando por fornecer um limite entre o comportamento permitido e o não permitido. Resultando na segregação dos que foram rotulados de “desviantes” os separando dos demais membros da sociedade, dessa forma contendo e limitando os padrões comportamentais.

Segundo Goffman (1975), as atitudes classificatórias seriam usadas como atributos profundamente depreciativos. Assim, as categorias de avaliação de indivíduos e grupos cumprem a função de confirmar a “normalidade” e “superioridade” de uns sobre os outros. Nesse caso, os emblemas distintivos, materializados nos atributos, são mantidos na sociedade ao longo da história, através de imagens construídas e assimiladas: as representações sociais.

No interior desse cenário está não somente o fato de definir e classificar sujeitos ou grupos desviantes, como também, estabelecer planos e metas no efetivo exercício do controle social. Portanto, as idéias de estigmas e desvios estão associadas nas identificações das homossexualidades. De acordo com Velho (1990), a idéia de desvio implica a existência de um comportamento médio ou ideal, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social. Portanto, a idéia parte do pressuposto comparativo de pessoas pré-definidas como saudáveis.

[...] Não existindo desviantes, mas sim, uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com o seu comportamento, limites e valores socioculturais (VELHO, 1990, p. 139).

Para esclarecer os caminhos deste trabalho, recorre-se à reflexão realizada de Fry e MacRae (1983, p. 98), quando assinalam que...*não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é homossexualidade...* As identidades homossexuais, ainda em formação, são frutos de visões estigmatizadas que servem, de um lado, como instrumentos preventivos e, portanto, repressivos e de outro, ao diálogo entre os semelhantes. No entanto, como forma de delinear os elementos de análise, o objeto deste estudo é fruto de comportamentos de indivíduos que possuem formas afetivo-amorosas de relacionamento homossexual.

Como resultado histórico, os estigmas e as idéias associadas aos desvios são frutos de pensamentos que se materializaram nos olhos da "*ciência*". De acordo com Green (2000), são elementos doutrinados pelo pensamento positivista, que se propuseram a salvar e resguardar o organismo social, como forma de assegurar o "progresso". As idéias suscitadas acima em torno da homossexualidade são facilmente entendidas se orientarmos nossas análises para os caminhos de construção da individualidade. Segundo Elias (1994), o indivíduo e a sociedade tornaram-se o dilema a ser desvendado pelas ciências humanas. A suposta oposição entre o indivíduo e os interesses da sociedade e, portanto, da supremacia de um sobre o outro foi fragilizado pela hipótese apontada pelo autor: a sociedade seria justamente a responsável pela construção do indivíduo, justamente porque ela através de seus instrumentos teria o papel de formá-lo e formando, seria reformada.

O homem não é mais considerado isoladamente. E mesmo quando admitimos [...] não devemos esquecer que se ele resulta de um corpo social e que, de retorno, volta a materializar-se nele. Não se trata, exatamente, de auto-suficiência, mas de constante retroação. Toda a vida mental nasce de uma relação e de seu jogo de ações e retroações. Toda a lógica comunicacional ou simbolista se fundamenta nisto (MAFESSOLI, 1987, p. 104).

No entanto, o indivíduo antes de interagir no meio social se configura apenas como um "indivíduo embrionário" (recém-nascido). O que se afirma é

que a individualidade não é congênita, essa é apenas o início de um longo percurso cujo “indivíduo embrionário” terá que percorrer.

A individualidade que o ser humano acaba por desenvolver não depende apenas de sua constituição natural, mas de todo o processo de individualização [...] a constituição característica da pessoa tem uma influência inerradicável em todo o seu destino. Uma criança sensível pode esperar um destino diferente do de uma menos sensível na mesma família ou sociedade. Mas esse destino, e, portanto, a forma individual que o indivíduo assume lentamente ao crescer, não está traçada desde o início na natureza inata do bebê. O que advém de sua constituição característica depende da estrutura da sociedade em que ele cresce. Seu destino, como quer que venha a se revelar em seus pormenores, é, grosso modo, específico de cada sociedade (ELIAS, 1994, p. 28).

Portanto, o que Elias afirma, é que a individualidade somente existe quando o sujeito é capaz de interagir com as regras da sociedade, mantendo através de negociações, as suas singularidades individuais; características que as crianças não possuem por estarem mais sujeitas as relações com os outros.

Se orientarmos nossas análises para a afirmação de que os estigmas da homossexualidade, presentes nas representações sociais, estão no imaginário e nas instâncias sociais, concluiremos que a escola, dada ao seu papel de formação da individualidade e, sobretudo, a clientela central de suas ações: os “indivíduos embrionários” (crianças), é também responsável pela manutenção histórica dos estigmas e pelo preconceito a homossexualidade. Os instrumentos oficiais e ocultos da escola fazem das representações, estigmatizadas ou não, os componentes de suas vivências no cotidiano. E é na vivência diária que a homossexualidade, como expressão das sexualidades, é marginalizada pelo senso comum ou pela manutenção das imagens representativas e majoritárias da sociedade: as “imagens sadias” heterossexuais.

O quadro fica ainda mais latente se observarmos os instrumentos de defesa existentes no indivíduo e na criança e como isso irá interagir no espaço escolar. Não se trata apenas que o indivíduo possua maiores elementos defensivos ou negociáveis “contra” aqueles que ele julga capaz de reprimi-lo ou



recriminá-lo. Mas, uma vez adulto, o indivíduo é capaz pela força da experiência de conhecer os códigos do meio circulante e, portanto, através da legitimidade das regras sociais manter-se por meio de uma eficiente manipulação e autocontrole que o permita configurar sua individualidade frente às diversas relações por ele estabelecidas nas instâncias da sociedade. Deste modo, o adulto já é capaz de construir e manter, por ser adulto, sua individualidade mesmo com a força e pressão da sociedade. O mesmo não se observa na criança, já que sua individualidade está a se constituir através de suas relações sociais. Portanto, para a criança e adolescente que percebe sua sexualidade e, no interior desta, principalmente a homossexual, acaba por encontrar nos espaços sociais em que circula imagens e linguagens que depreciam e inferiorizam seus desejos e comportamentos, refletindo na construção sadia de sua individualidade e logicamente da sexualidade.

As forças com que operam as normas sociais apreendidas na construção das individualidades são tão contundentes que segundo Goffman (1985), o indivíduo, mesmo quando sozinho, mantém seu comportamento no interior das regras descritas pela sociedade, ou seja, as normas sociais constituídas anteriores a sua inserção no cenário social. Segundo o autor, a sociedade engendra-se por uma complexa estruturação de encenações. Deste modo, as individualidades presentes na sociedade são comparadas a personagens, justamente porque as relações entre o "eu" e o outro seriam uma grande encenação. Neste sentido, os indivíduos estariam, independentes das circunstâncias cotidianas, interpretando, sempre dispondo de uma máscara, nunca ausente de um recurso sobressalente que visibilize o "eu" desprovido de máscara, seja para se ver no espelho ou para congregar com o outro nos espaços públicos, deste modo, seria a sua fachada a ocupar as demarcações do cenário social da cidade. O quadro de formação da individualidade descrita por Elias (1994), os estigmas e a encenação de Goffman (1975; 1985) nos auxiliam na análise da invisibilidade cotidiana e sem excentricidade como correntemente observamos nos meios midiáticos da homossexualidade.

No entanto, algumas perguntas nos são suscitadas: Como a educação escolar contribui para a construção e manutenção das classificações

hierárquicas da sociedade, sobretudo de gênero? E no interior desta, como se situa a homossexualidade do sujeito? A educação escolar, tal como ela está estruturada, funciona como agente de manutenção da classificação e hierarquização social. Por isso Silva e Moreira (1994), assinalam que o currículo (que se realiza nas práticas do cotidiano) não é apenas um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento, mas também, instrumento no controle das ações sociais. O conceito rígido, estabelecido em torno do papel masculino e feminino no interior da escola e, sobretudo, nas suas relações, traz no cotidiano, a exclusão dos agentes (que no nosso caso são os homossexuais) que não se adaptam aos comportamentos preconcebidos.

As estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com as suas armas como a violência física e simbólica) e instituições, famílias, igreja, escola, Estado (BOURDIEU, 2003, p. 46).

Ainda que a nossa maior intenção seja destacar o caráter sociocultural das identidades de gênero e sua conseqüência nos estigmas associados à homossexualidade, não podemos negar a questão biológica, à medida que é justamente através do sexo, que se materializa a primeira distinção social dos indivíduos. Entretanto, o enfoque central ao qual nos deteremos é o aspecto relacional da construção das identidades de gênero e suas conseqüências nos estigmas atrelados à homossexualidade. A respeito do caráter relacional destacamos o aporte teórico de Bourdieu (2003, p.34):

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como *habitus* viril, e, portanto não feminino, ou feminino, e, portanto não masculino.

Acreditamos que nos papéis de gênero se encontram hipóteses que acabam por resultar nas práticas preconceituosas contra as homossexualidades.

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados[...] As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (e para nós esse último é o elemento que acaba por garantir a manutenção das ordens) [...] Assinalando-lhes lugares inferiores [...] Ensinando-lhes a postura correta do corpo, atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas [...] Enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (BOURDIEU, 2003, p. 36).

Neste sentido que as homossexualidades encontram-se no campo da transgressão e, portanto, sujeitas a reação de setores adversários, justamente por encontrar-se no corpo físico, ou seja, na valoração de exposição da identidade transgressiva através do corpo, fragilizando os ditames da sociedade racional referenciada no iluminismo. Segundo Louro; Neckel e Goellner (2003), a reminiscência do humanismo ocidental instruiu-se refletir o corpo como um artefato menos valorizado em uma série de conjugações: corpo-alma, corpo-espírito, corpo-mente, corpo-razão. Nas conjugações, o corpo limitava-se aos espaços descritos pela natureza em contestação aos da cultura; o lugar do arcaico em oposição ao do civilizado; o irracional e maquinal em oposição ao racional ou ao humano. Assim sendo, o corpo, não poderia ser refletido como extensão cultural ou influenciados pelos aspectos políticos. Portanto, para os/as que se ocupam com a educação escolar, aparentemente, não estavam preocupados com o corpo. Porém, com olhar mais atento constata-se que em todos os processos educativos, em especial a escola, o corpo sempre foi o alvo a ser vigiado, controlado, corrigido e modelado para obtenção no futuro de corpos de homens e mulheres.

Os corpos foram - e são - objetos da mais meticulosa atenção, não apenas das escolas, mas de várias instâncias sociais. Eles são o alvo central de muitas pedagogias culturais que, além das instituições escolares e por vezes de forma mais sedutora e eficiente do que essas veiculam saberes, transmitem valores e, efetivamente, acabam por "produzir" os sujeitos sociais (LOURO; NECKEL; GOELLNER, 2003, p.7).

Como referência de conceito de gênero adotamos a descrita por Meyer (2003). Para a autora o conceito de gênero aponta para a noção de que o indivíduo, ao longo do seu desenvolvimento físico e psíquico, através das mais diversas instituições e ações sociais, se constitui como homem e mulher, em etapas que não são seqüenciais, contínuas ou iguais e que também nunca serão concluídas. A autora ancora-se nas análises que consideram a cultura como sendo um campo de conflito, capaz de produzir múltiplos sentidos e que nem sempre esses são convergentes nas noções de masculinidade e de feminilidade. Portanto, as noções essencialistas, universais e trans-históricas de homem e mulher (singular) são simplistas e devem ser contestadas. Justamente porque a noção de gênero destaca a diversidade e conflitualidade das etapas pelas quais a cultura constrói e marca os corpos e os sujeitos femininos e masculinos, que se torna fundamental considerarmos os arranjos de gênero com outras distinções sociais (classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade). Assim sendo, é importante admitirmos também que cada uma dessas distinções produz alterações nos modelos pelos quais as feminilidades ou as masculinidades são expressas nos diferentes momentos da vida dos indivíduos.

Nesses pressupostos inscreve-se uma articulação inerente entre gênero, homossexualidade e educação. Ampliando para além dos processos familiares e/ou escolares os processos de aprendizagem que acabam por englobar uma complexa rede de

forças e de processos (que inclui, na contemporaneidade, instâncias como meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música) no interior dos quais indivíduos são

transformados em - e aprendem a se reconhecer como - homens e mulheres (MEYER, 2003, p. 17).

Neste sentido, reconhecendo os tabus que envolvem a orientação sexual homossexual, para os indivíduos que se vêem desejando afetiva e sexualmente parceiros/as do mesmo sexo, os recursos referenciais, portanto, de formação identitária acabam quase que majoritariamente por ampliar-se para além das fronteiras da família e dado o papel de formação da escola para fora de seu muro. Por isso torna-se obrigatório para uma análise do cotidiano dos indivíduos homossexuais o encontro com os grupos de sociabilidade proporcionados pelo afeto ou pelos recursos financeiros na extensa rede de serviços oferecidos para esse segmento social.

Se compreendermos que a orientação sexual<sup>4</sup> homossexual caracteriza-se no imaginário social como a transgressão e frustração de papéis de gênero que é (facilmente observado nas expressões artísticas) exposto ao olhar do outro pela exposição do corpo, veremos que ser homossexual é, portanto, no imaginário social, abdicar das funções centrais construídas e legitimadas pela História para os gêneros. Ou seja, segundo as representações sociais majoritárias (destacamos a ampliação que a imagem homossexual vem sofrendo nos últimos anos, sobretudo entre os que possuem acesso a informação e a bens de consumo) e externas ao universo cotidiano da prática homossexual, afirmaríamos que majoritariamente para as imagens e linguagens presentes nas representações sociais, os homens homossexuais são passivos, ou seja, são depositários na relação sexual e em alguns grupos sociais, sobretudo alguns segmentos mais desinformados, são esses os “verdadeiros” homossexuais.

---

<sup>4</sup> Atração afetiva e sexual que uma pessoa sente pela outra. É o impulso erótico que atrai o desejo. Distingue-se dos outros componentes da sexualidade: sexo biológico, identidade sexual (o senso psicológico de ser homem ou mulher) e o papel social de gênero (a adesão a normas culturais de comportamento masculino ou feminino). A orientação sexual existe num continuum que varia de homo a hetero, passando pela bissexualidade. Pessoas bissexuais podem vivenciar atração sexual e erótica por pessoas do mesmo sexo ou oposto. As pessoas homossexuais são também chamadas de gays ou lésbicas. A orientação é diferente do comportamento sexual (papeis sexuais de gênero) porque diz respeito aos sentimentos e imagem que a pessoa tem de si mesma. É errôneo diagnosticarmos a orientação sexual de uma pessoa por seu comportamento sexual. Sobre o assunto ver Câmara, 1998.

Com relação às mulheres, são elas ativas reproduzindo o papel de domínio e controle presente nas esferas representativas da masculinidade. Neste sentido, para os homens que se relacionam afetivo e sexualmente com outros, desejam apropriar-se dos papéis femininos, abrindo mão do poder que seu falo pode proporcionar, conforme sinaliza Bourdieu (2003). E quanto às mulheres, por adotarem a homossexualidade estariam abrindo mão do papel de mãe e condutora do lar, para configurar-se como elemento de disputa entre os próprios homens, mas por serem biologicamente mulheres não representam ameaças concretas ao poder de dominação masculina. Novamente afirmamos que as representações sociais, acima descritas por nós, não representam a totalidade do segmento homossexual, mas encontram-se entre os seus estigmas.

A transgressão aos papéis de gênero talvez seja a maior marca das homossexualidades, sobretudo, se estiverem completamente envolvidas com as nuances das inúmeras discussões presentes no interior das organizações da sociedade civil de direitos humanos homossexuais. Assumir as tatuagens existentes no corpo do homossexual (os estigmas), por si só, já é a marca da transgressão. Se pensarmos que nossa sociedade está alicerçada na família patriarcal, os homens homossexuais estão cotidianamente abrindo mão do poder reservado ao lugar do masculino para poder viver de forma satisfatória sua sexualidade, negociando a vida com outro que também lhe foi reservado o *patri-poder* e trazendo para o campo público, outros arranjos familiares. Para esses não se trata de conduzir e ter a responsabilidade sobre a vida de crianças ou mulheres, tido na sociedade patriarcal como seres que precisam ser protegidos pela força do homem.

Quanto às mulheres, o processo transgressivo é ainda mais austero, fala-se de indivíduos que negam em sua prática cotidiana, a simbologia da dominação do homem e do poder simbólico do falo ou quando a permite, é a propósito de procriação, negando, portanto, o poder patriarcal. Assumem elas a dianteira de suas vidas, evocando sua sexualidade como elemento presente e indispensável de força e poder e não a subjugação esperada. Neste sentido, a prática da homossexualidade reside na transgressão dos papéis de gêneros

atrelados à função biológica e, portanto, são por essa ação sujeitos às violências.

Um aporte teórico que nos permite analisar as conseqüências da exclusão e da violência encontra-se na discussão do abuso. Para Costa (2003, p. 16), o termo abuso inclui *prevaler-se de, aproveitar-se de, praticar excessos que causam ou podem causar dano*, assim como o uso de palavras para desqualificar, ridicularizar, fazer zombarias, injúrias, insultos, “usar mal ou inconvenientemente de qualquer situação de superioridade de que se desfruta” e exceder-se em limites que ultrapassam o respeito pelo outro. O termo “abuso”, neste sentido, inclui agressões que, mesmo não ferindo o corpo, ferem a sensibilidade, as emoções, a auto-estima e desrespeitam a identidade e singularidade da pessoa atingida, podendo causar transtornos ou desconforto emocional, que podem traduzir-se em “subalternização”.

Nesse caminho é importante enfatizar a conseqüência da humilhação, que pode ser tão traumática quanto os efeitos da lesão física, já que suas ações atingem a valorização pessoal, a autoconfiança e a confiança no outro. Portanto, a conseqüência última do abuso também é a homofobia<sup>5</sup> internalizada, ou seja, o medo e o ódio irracional da homossexualidade, não permitindo que o indivíduo vivencie de maneira plena e satisfatória a sua sexualidade. Neste sentido, mais eficaz do que as ações preventivas e/ou repressivas dos aparelhos de controles sociais é a postura do indivíduo que é levado a repudiar seus desejos, em detrimento do histórico estigmatizado, não os vivenciando ou mantendo-os na invisibilidade.

Portanto, a invisibilidade da homossexualidade do indivíduo adotado como prática profilática à agressão dos preconceituosos, encontra-se no campo da violência simbólica descrita por Bourdieu (2003). O exercício diário da ocultação seja na família, no trabalho, na universidade, na igreja ou na escola é motivado pela internalização nos indivíduos homossexuais dos valores sociais que engendram a sua orientação sexual nos campos do pecado, do erro, da culpa, da sujeira entre vários outros adjetivos de cunho pejorativo aos quais os “indivíduos embrionários” são levados a crer sobre os seus desejos

---

<sup>5</sup> Distúrbio psicológico que produz aversão e violência contra homossexuais

homossexuais. Desta forma, quando adultos e vivendo sua individualidade essas ações acabaram por resultar na ofensa da subjetividade e nos valores que integram a qualidade de vida, a auto-estima e o bem-estar do indivíduo no exercício cotidiano e político da cidadania na *polis*.

O abuso reflete diretamente nas ações da escola, repercutindo no bem-estar social subjetivo de seus agentes. Segundo Ryff (1989), o bem-estar subjetivo inclui auto-estima, auto-aceitação, autodeterminação, relações sociais positivas, orientadas pelo respeito, qualificação e acolhimento, superação de medos, opressões e fatores de tensão que prejudicam o exercício pleno da vida. As conseqüências do conceito de bem-estar subjetivo são legitimadas pelos dados da pesquisa realizada por Rangel (1995), onde se verificou que a aprendizagem, quando associada às ações de afeto, eleva o processo de aprendizagem ao *status* de prazer, condição essa que a relação educativa pode e deve proporcionar. Portanto, a forma como o indivíduo que está sendo "olhado" age, está diretamente ligada à maneira como o outro o vê.

As representações sociais legitimadas pela linguagem e mais amplamente pelas imagens são os limites da publicização das homossexualidades. A dificuldade de alcançar a extensão das questões culturais que envolvem esse tema, incluindo dados estatísticos de violência física, em diversas formas e situações, já foram sinalizados pelos autores que discorrem sobre a temática. A invisibilidade é apontada como a maior fronteira entre a hipótese e o conhecimento. Isso decorre do silenciamento em que o ato sexual está aprisionado, pois segundo Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 62) *o fazer* (a prática sexual real) *se inscreve na vida privada* e no que tange as homossexualidades o fazer é parte integral de sua visibilidade. Nesse sentido, o desejo do outro "igual" é componente central na demarcação de um espaço de desejo diferenciado do hegemônico, o heterossexual. Não podemos afirmar que a prática sexual seja elemento único e central de uma vivência homossexual. Nem que a mesma seja o eixo central das classificações e identificações realizadas correntemente na sociedade para as homossexualidades. Entretanto, acreditamos que esse elemento, por si só, é capaz de interferir nas relações sociais dos indivíduos homossexuais.



O olhar e as imagens já assimiladas pelo outro invisibilizam as sexualidades que não estão no interior da padronizada, a heterossexual. Nas normatizações de algumas imagens, sejam heterossexuais ou homossexuais, o que é predominante no interior do espaço escolar é a imagem padronizada da heterossexualidade. A vivência em um lugar hetero-normatizado obriga o jogo dissimulado da duplicidade (considerando que é um lugar da imagem padronizada), a pessoa encontra-se no "entre-lugar": aquele que traz para as suas práticas, a sensibilidade e postura do lugar que ocupa, mas, por conhecer e incorporar os códigos predominantes, induz a negociação com a vigilância do olhar do outro. Como diz Bhabha (1998), esse espaço intermediário é um espaço de intervenção no aqui e agora. Esse quadro explica a astúcia e o cuidado para olhar, ouvir, sentir e tocar as inúmeras situações em que as homossexualidades são visibilizadas, ou então, conhecendo seus limites de visibilidade, mantê-las invisíveis.

Os estigmas e a violência física e psíquica associados à homossexualidade se por um lado marginalizam os indivíduos, por outro possibilitam uma rede de sociabilidade constituída, sobretudo, pela solidariedade. Segundo Mafessoli (1987), a solidariedade pode servir de justificativa para os fenômenos grupais. Fato que ocorre, particularmente, quando associado à lógica da identidade. Portanto, a aparência do corpo, ou seja, daquilo que o indivíduo projeta ao público irá influenciar na constituição dos grupos aos quais irá pertencer. Nas redes de sociabilidades constituídas pelo afeto é comum que os/as homossexuais, dados os estigmas a eles/as associados/as, sejam obrigados a manter invisível sua sexualidade, no entanto, para os pares é possível o reconhecimento dos códigos. Mas para o público o(a) homossexual obrigado(a) a invisibilidade

representa papéis, [...] no seio das diversas tribos de que participa. Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi* (p. 108).

No entanto, pensar a invisibilidade provocada pelo preconceito como mero agente repressivo é supervalorizá-lo e colocá-lo em um patamar superior. No que tange ao desejo, o preconceito não é capaz de eliminá-lo, à medida que o desejo é capaz de criar e recriar estratégias que assegurem e garantam, mesmo na vigilância, a sua realização e manutenção, justamente porque, diferentemente de outros organismos vivos, os humanos possuem capacidade criativa de reagir à coação, seja através do confronto direto, seja nas táticas de escamotear respostas às regras opressivas.

As ações de inviabilidade e táticas de sociabilidades são motivadas pelo preconceito social em que pensam encontrar autonomia.

Nós mesmos construímos nossa autonomia psicológica, individual, pessoal por meio das dependências que suportamos, que são as das famílias e a dura dependência na escola [...] é claro que, se nos falta aquilo de que dependemos, estamos perdidos, estamos mortos, nisso significa também que o conceito de autonomia não é substancial, mas relativo e relacional (MORIN, 2001, p. 282).

Essa característica impulsiona os homossexuais a buscarem elementos capazes de garantir sua sobrevivência, seja escamoteando o eu, ou mesmo não deixando dúvidas do papel que assume. No entanto, independentes da forma, as táticas dos subalternizados são criadas no cotidiano:

[...] Obriga-nos a ter em conta que as esperanças e lutas dos diferentes grupos (e no interior desses, diferentes subgrupos) e classes subalternos levam a diferentes resultados históricos, por que desatam contradições internas que não são apenas contradições principais do desenvolvimento do capital [...] (MARTINS, 1989, p. 98).

O antagonismo entre os estereótipos e a práxis cotidiana dos homossexuais resulta na reinvenção das imagens da homossexualidade. Justamente porque o homossexual, que por sua situação sofre a repressão, não é necessariamente apático ao lugar que lhe é destinado: o da invisibilidade da orientação sexual e/ou a adaptação aos códigos hetero-normatizados. No

interior de seu lugar, os homossexuais são capazes de perceber os pontos e brechas deixadas pelo seu opressor e driblar as formas opressivas, vivenciando na clandestinidade ou na publicidade negociada, a sua sexualidade. Daí, o caso dos homossexuais que mesmo sob a vigilância da heterossexualidade normatizante, são capazes de observar os pontos necessários para construir na criatividade e pluralidade a sua linguagem verbal e corporal possibilitando sua socialização.

Segundo Certeau (1994), os agentes opressivos não são capazes de determinar a forma como as leis serão consumidas pelos agentes que sofrem a opressão, por isso, esses agentes são capazes de driblar ou redimensionar as leis impostas sobre seu comportamento. Não é o fabricante que determina o uso, nem tampouco o opressor que estabelece a forma e o comportamento que suas regras irão estabelecer naqueles para os quais se destinam, mas sim, o consumidor, que como receptor da ordem, estabelece a sua interpretação. Na tática o "eu" fica em segundo plano, a previsão de ações passa ser definida pelas ações que, especuladas ou não, são produzidas pelo outro: aquele que tem o poder.

A escola pode, assim, funcionar como defensora da hierarquização social, garantindo o seu papel de protetora em potencial da estrutura da sociedade. Refletindo sobre esse aspecto, é que se podem observar em práticas do cotidiano escolar, a possibilidade da escola funcionar como espaço de manutenção da ordem vigente e de suas hierarquizações. Portanto, os papéis de gênero poderiam estar no interior das hierarquizações e classificações sociais, tanto quanto nas práticas e, mais amplamente, nas ações e relações do cotidiano escolar.

Neste sentido, os papéis são as reproduções históricas dos comandos sociais. Segundo Certeau (1994), os comandos não são meras ações descritas pela voz; não existe voz "pura", ela é sempre determinada por sistemas de interesses. Deste modo, o que é relatado em uma sociedade escriturária (a que define as regras) é fruto do seu meio e é capaz de transformar a carne (indivíduo sem as normas coletivas) em um corpo social, portanto, aceito. Assim, a escola também assume o papel central em estabelecer o inscrito na

construção dessa carne que, tatuado às normas, transforma-o de corpo individual para corpo social.

Os agentes que compõem o poder estabelecem a censura do comportamento que, como já relatado, é legitimado pelas normas do corpo social. As normatizações ditadas pelo poder imperativo das “leis”,

em termos de pesquisa educacional, dão a idéia de que a identidade ainda permanece presa à visão equivocada de que são dadas ou recebidas e não negociadas, quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma: de criar formas de sociabilidade, de política e de identidades que desvinculem o eu dos discursos da biologia, da natureza e da normalidade [...] (BRITZMAN, 1996, p. 73).

Pode-se, desse modo, compreender melhor:

[...] Os processos de marginalizações que atravessam o conjunto da sociedade [...] suas formas terminais e as formas mais modernas (o esquadrinhamento social). Mas esse é apenas um dos lados do que estamos vivendo. Um outro lado é o que faz a promessa das minorias: elas representam, não só pólos de resistências, mas potencialidades de processos de transformação, suscetíveis, numa etapa ou outra, de serem retomados por setores inteiros das massas [...] (GUATTARY; ROLNIK, 1986, p. 75).

Por conseguinte, a construção das identidades homossexuais está correlacionada às reações estabelecidas por mulheres e homens, que rompem as pressões ocultas e constroem sua sociabilidade. Os estigmas e símbolos construídos não somente se constituem em referenciais negativos das homossexualidades; esse é apenas um dos lados. O redimensionamento e, sobretudo as re-significações trazem na irreverência a marca de um segmento social que somente na transgressão (oculta ou visível) é capaz de estabelecer diálogos entre os que conhecem, possibilitando, com toda a atitude “vigilante”, a sociabilidade. Acreditamos ser esse o grande desafio do movimento social homossexual, ou seja, o de criminalizar juridicamente e/ou socialmente as

classificações ofensivas, sem que esse ato venha retirar a transgressão tão presente nas nomeações das sexualidades.

Não cabem definições acerca dos adeptos a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo. Apesar do discurso científico fortemente influenciado pela modernidade de nomear os adeptos dessa prática como homossexuais, pode-se observar a multiplicidade de identidades sexuais que, somente na crise do paradigma hegemônico, puderam vir à tona. Portanto, esse quadro abre um outro leque de reflexão referente aos limites da hibridização entre as diversas identidades sexuais, com suas práticas e comportamentos, incorporados em uma única categoria, a homossexualidade, o que representa um desafio no sentido de estabelecer diálogo com o Estado e as instituições.

Se entre a homossexualidade a idéia de totalidade é fragilizada na prática cotidiana, o mesmo é possível observar-se na sociedade. A sociedade não existe sem o indivíduo e a individualidade é incapaz de configurar sua existência sem as relações permitidas na sociedade. A materialidade do meio social reside na companhia lado a lado das inúmeras individualidades. Assim sendo,

a palavra "todo" certamente parece deslocada, ao menos se seu sentido for determinado exclusivamente por uma visão de estruturas estáticas ou espacialmente fechadas (ELIAS, 1994, p. 20-21).

A totalidade não cabe para a sociedade, justamente, porque remete à idéia de harmonia, de algo que se completa em si e que, dadas as contradições, tensões e explosões que caracterizam a vida humana cotidiana, prejudicam qualquer afirmação de uma força que seja capaz de agregar as pluralidades individuais, permitindo uma única afirmação sobre o social. Portanto, a sociedade somente poderá ser entendida se observada no interior de todas as forças individuais, ou seja, grupos que nela operam e disputam os espaços públicos (MAFESSOLI, 1987).

É justamente no espaço público que as individualidades homossexuais irão se agregar nas organizações sociais da sociedade civil após a década de sessenta e, sobretudo, a partir do início do século XXI, com a desvinculação da

sexualidade homossexual da epidemia de Aids. As organizações sociais homossexuais nascem dos indivíduos que as constituem, dentro dele e é com ele que afirmamos que as organizações originam-se na necessidade de viver cotidianamente aquilo que lhe é mais íntimo, e dado às condições históricas e sociais, ainda são silenciadas: a sexualidade homossexual. Portanto, a necessidade de uma organização origina-se no universo ideal de proteção aos pares que ela é capaz de fornecer aos indivíduos que almejam a segurança da comunidade, além de auxiliar na formação identitária do indivíduo.

a comunidade é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante [...] Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala [...] Aqui, na comunidade, podemos relaxar-estamos seguros, [...] Podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos, podemos discutir - mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradáveis do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar de como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros (BAUMAN, 2003, p. 7-8).

A consciência de que a comunidade não está lamentavelmente a nosso alcance, como afirma Bauman (2003), nos configura um outro cálculo: o de que no futuro o indivíduo uma vez seguro e consciente de sua subjetividade homossexual, perceba que sua singularidade é atravessada por outras inúmeras identidades, podendo, então, se afastar da comunidade homossexual, já que essa não lhe fornece a segurança necessária para sua sobrevivência na sociedade. O indivíduo homossexual irá buscar em um eterno movimento de agregação, outras comunidades que por um dado momento lhe garantam segurança. Mas, não esquecemos que com a eterna procura por segurança, estará sempre presente a identidade homossexual. No corpo singular e consciente da sua homossexualidade, o indivíduo sempre ampliará os espaços padronizados e normatizados pelo heterocentrismo.

Mas na atualidade, frente à trajetória histórica e social ao qual a homossexualidade foi inserida, os indivíduos homossexuais ainda se encontram nos *fronts* de combate, as batalhas ainda estão sendo travadas nos espaços de sua subjetividade e somente após o fortalecimento individual é que os *fronts* poderão ser realizados em outros espaços. Observamos na contemporaneidade a ampliação e fortalecimento do movimento homossexual, inegavelmente se somam ao crescimento da visibilidade algumas vitórias junto ao Poder Público. No entanto, falamos de uma categoria de diferença facilmente escamoteada pela sanção social. É óbvio, que o quadro vem alterando-se após a epidemia discursiva da Aids que acabou por acelerar um quadro de maior visibilidade (ANDRADE, 2002). No entanto, talvez por isso sejam as organizações não-governamentais homossexuais ainda mais específicas.

Quando acusam as organizações não-governamentais homossexuais por sua situação jurídica como braço direito do projeto neoliberal justamente por dividir a uniformidade das lutas de classes, esquecem que o indivíduo homossexual antes de lutar contra a exploração econômica precisa aprender a lutar para construir sua auto-estima, o direito público e, sobretudo, visível e respeitado de socialização. Aprendendo diariamente com as conquistas o exercício de se amar.

Se é inegável que existe uma sociedade "política", e uma sociedade "econômica", existe também uma realidade que dispensa qualificativos, e que é a coexistência social, e que poderia ser a "forma lúdica da socialização" (MAFESSOLI, 1987, p. 114-115).

Portanto, a ampliação da visibilidade e respeito ao exercício da sexualidade homossexual está diretamente associada a capacidade que esses indivíduos terão de constituir para ampliar suas redes de sociabilidades. Neste sentido, superadas as etapas descritas, acreditamos que poderão ser justamente os homossexuais, conscientes de seu papel, o pólo aglutinador dessas várias bandeiras que nos últimos anos, graças a diversos fatores (econômicos, sociais e políticos), puderam tornar-se pautas nas agendas de discussão que durante anos foram exclusivas das classes sociais.

O que caracteriza nossa época é o entrecruzamento flexível de uma multiplicidade de círculos cuja articulação forma as figuras da sociabilidade (MAFESSOLI, 1987, p. 109).

O que afirmamos é que dada à transversalidade da homossexualidade às várias outras individualidades identitárias (mulher, negra, operária, mãe, ecologistas entre várias outras), poderá ser ela a liderança consciente das diversas outras identidades na construção de um modelo de sociedade plural e justa.

A sociedade assim compreendida não se resume numa mecanicidade racional qualquer. Ela vive e se organiza [...] através dos reencontros, das situações, das experiências no seio dos diversos grupos a que pertence cada indivíduo. Estes grupos entrecruzam uns com outros e constituem, ao mesmo tempo, uma massa indiferenciada e polaridades muito diversificadas (MAFESSOLI, 1987, p.124).

No entanto, ainda no momento, os indivíduos que freqüentam e falam em nome das organizações não-governamentais de direitos humanos homossexuais cumprem um duplo papel: o capacitar-se na arte de aprender a se amar, rompendo com todos os ensinamentos pejorativos que lhe foram ensinados. E se amando, aprender a jogar nas inúmeras negociações que cotidianamente são travadas nas várias instâncias de poder (Mídia, Estado, Mercado e Religião) para ampliar os direitos, promovendo e exercitando a difícil tarefa da cidadania. Assim sendo, *solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles* (GOFFMAN, 1985, p. 25).

Temos claro que a individualidade ao contrário do que nos propõe Bauman (2001), não se contrapõe a cidadania. A afirmação de que o indivíduo é inimigo do cidadão, que por definição do autor *seria a pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade* (p.45), depara com um grande dilema. A História da humanidade registra que se entendermos a cidadania como um exercício de coletivização, as identidades individuais minoritárias serão facilmente esmagadas em nome do bem-estar da cidade,



que na arena política estarão majoritariamente representadas pelas forças hegemônicas.

Se acreditarmos que o indivíduo apresentado é resultante de suas relações na sociedade e essa se altera através dos desejos dos indivíduos (ELIAS, 1994), concluiremos que as alterações da sociedade são resultantes do movimento dialógico de todos os interesses individuais que se colocam na arena política do espaço público, à medida que é justamente neste espaço que o conflito e negociação se fazem presente. Portanto, se entendermos a cidadania como um exercício político de reivindicação de bem-estar, acreditaremos que somente na individualização será ela possível a cidadania para todos. Claro que resultante da negociação com outras várias individualizações, neste sentido, nunca será a ideal de uma individualização, mas o resultante da força de mobilização e negociação dessa individualidade com as outras individualidades. Porque acreditamos que *a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero (e de orientação sexual) ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia* (FREIRE, 1999, p. 40), seja a prática preconceituosa realizada nas relações sociais externas ou internas a escola.

# 1

## CAPÍTULO

### NEGOCIANDO COM A HISTÓRIA...

#### A INTELLECTUALIDADE E O CONTROLE SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

A intelectualidade brasileira, sobretudo, da segunda metade do século XIX, trouxe para os primeiros decênios do século XX um emaranhado de pensamentos filosóficos oriundos da Europa que influenciaram fortemente a produção do conhecimento letrado no Brasil. Apesar de não nos caber uma análise dos pressupostos positivistas, não podemos negar a influência que o pensamento teve na intelectualidade brasileira, proporcionando uma metodologia científica capaz elevá-los ao posto de militantes do progresso e guardiões do conhecimento.

Neste caminho adotado, a ciência passou a ser o único percurso seguro para a civilidade. Para tanto, fazia-se necessário intervir, organizar e se possível prevenir a sociedade, evitando os perigos, excessos, falhas e desvios que ameaçassem o meio ambiente, a cultura e o indivíduo na concretização do principal objetivo a ser alcançado no Brasil: a realização plena da nação civilizada e progressiva.

Os discursos proferidos traziam em seu bojo os valores e os códigos sociais que passaram a orientar a construção cotidiana do ambiente civilizado. Os médicos e os educadores eram os responsáveis por mapear as estratégias normatizadoras capazes de regenerar a sociedade e construir um corpo social sadio.

O saber médico voltava-se para o social e assessorava a práxis cotidiana dos professores no caráter preventivo e, sobretudo, a de controlar a vida social no Brasil. A doutrina positivista legitimava nesses médicos ares de educadores,

conferido-lhes a responsabilidade de orientação e organização da sociedade, sobretudo, nos centros urbanos.

Nas articulações criadas para enquadrar a sociedade nos moldes de civilidade, encontrava-se a construção da nacionalidade brasileira, identidade ainda fortemente influenciada pelo passado colonial português. Entre as saídas encontradas pelos intelectuais e muitas dessas incorporadas pelo Estado, estava a implantação de um projeto educacional que tinha como meta a efetiva transformação dos indivíduos. Então, a educação antes menosprezada pelo Estado, como argumenta Freitag (1986), tomava ares de articuladora e, acima de tudo passava a ter o papel de preparar a população para as demandas necessárias da civilidade.

Como afirmava o médico Miguel Couto (1933, p. 26), *não há grande povo que não possua grande saber*, ou seja, para galgar a civilização se passava necessariamente pelo viés da educação. Então, para sanear, higienizar e, principalmente construir a civilização, se fazia necessário o comprometimento do Estado na construção de um projeto educacional capaz de nutrir as necessidades trazidas pelas metas do Estado e pelos intelectuais.

No interior do projeto positivista, coube a educação escolar o papel de ordenação social, ou seja, sua meta era a de impulsionar a sociedade desarmônica ao estado de plena ordem, adequando-a aos moldes capitalista (FREITAG, 1986). Para tanto, a educação tinha uma conotação repressiva, à medida que **também** seria ela, responsável por preestabelecer o papel e, principalmente, a função dos indivíduos no interior da sociedade. A escola legitimou a aprendizagem de ritos que ganhou a conotação de tradição na construção da nacionalidade ou até mesmo no controle e profilaxia dos “males” que assolaram a sociedade.

Segundo Herchmann (1992), os médicos e educadores ganharam a conotação missionária de cunho ético e moral de assegurar os passos dados na construção da nação. Todavia, se fazia necessário substituir a retórica dos bacharéis pela ação dos médicos e educadores. De acordo com Scwarcz (1993), a intenção era formar um projeto educacional capaz de reduzir os impactos

biológicos e geofísicos, acusados como responsáveis pela “degeneração” e pelo atraso do Brasil.

Conforme Peixoto (1933), era de vital importância a presença de um médico no espaço escolar. A arquitetura, o mobiliário e o horário deveriam passar pela supervisão científica, responsável por assegurar o pleno funcionamento do corpo social. Neste sentido, caminhavam juntas as palavras educação e higienização.

A interação do saber médico e pedagógico estava entre os interesses do Estado. Os detentores do saber teriam o papel de legitimar a intervenção estatal na vida privada da população brasileira. A medicina, portanto, permitiu a legitimidade de vários modelos associados aos códigos e valores liberais, como definição do perfil do bom cidadão: um trabalhador resultante de uma mão-de-obra treinada, sadia e disciplinada. Os discursos procuravam enaltecer principalmente o autocontrole dos indivíduos.

Se as paixões, o descontrole e os conflitos entre indivíduos eram associados ao atraso, o autocontrole, a solidariedade e o respeito aos interesses coletivos da nação, passaram, por sua vez, a ser relacionados às práticas cotidianas de uma vida civilizada. Assim, a escola também ganhou o papel crucial de construção e manutenção da harmonia social, além da adaptação do brasileiro ao esboço de cidadão feito pelo Estado.

Portanto, tornava-se necessário minar toda a influência que retirasse da ordem econômica e trabalhista todos os brasileiros, além de garantir a renovação da mão-de-obra trabalhadora. Desse quadro originou-se a pesquisa realizada pela intelectualidade brasileira sobre a prática homossexual masculina, datada no início da República.

Entretanto, foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) no Laboratório de Antropologia Criminal, órgão da Polícia Civil do Distrito Federal, com base nas pesquisas realizadas pelo espanhol Marañon e o italiano Cesare Lombroso, que as pesquisas empíricas se intensificaram. Os dados coletados pelo Dr. Leonídio Ribeiro, principal responsável pela implantação do sistema de identificação pelas digitais no Brasil e diretor do Laboratório, foram obtidos a partir de 128 indivíduos (todos do sexo masculino), nomeados pela Polícia Civil

como homossexuais e presos na jurisdição da Lapa, Cinelândia e Praça Tiradentes no centro do Rio de Janeiro. Destaca-se o fato da prática homossexual entre indivíduos acima de 18 anos nunca ter se caracterizado como crime penal no Brasil republicano.

Segundo os laudos do fundo documental do Instituto Médico Legal, sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia utilizava-se dos Art. 399 (vadiagem) e Art. 266 (ultraje público ao pudor) do Código Penal de 1890 para deter os homossexuais. Os diagnósticos realizados baseavam-se nos conceitos antropométricos bem difundidos na Itália e Espanha que estabeleciam através das medições do biofísico humano a predisposição para a criminalidade, adaptado no Brasil para a identificação do indivíduo homossexual.

Conforme Ribeiro (1975), a homossexualidade era uma manifestação genuinamente urbana, e dado os números de apreensões policiais e reconhecimento público de seus espaços de sociabilidade, era necessário a constante fiscalização dos meios sociais.

Expulsos dos colégios marcados com a pecha informante de invertidos sexuais, vêem-se forçados a procurar a convivência dos meios freqüentados por seus companheiros infortúnios, onde são sempre acolhidos com o espírito do proselitismo que os caracterizam (RIBEIRO, 1975, p. 84).

Com o discurso preventivo, o saber médico não se limitava a orientar os professores sobre os ensinamentos, a arquitetura e os mobiliários da escola. Os profissionais nela inseridos passaram a não somente trabalhar, como, a ser eles os principais agentes a sofrerem a fiscalização da política de alerta e controle dos cientistas brasileiros.

[...] Ganha papel fundamental, os erros ou defeitos de educação dos professores. Desejo alertar os pais para que evitem os erros pedagógicos que irão privar os jovens dos elementos capazes de permitir a formação da sexualidade normal [...] Observações e pesquisas de muitos anos, que realizo sobre o assunto, me confessaram que as influências da educação são

decisivas, no aparecimento da homossexualidade (RIBEIRO, 1975, p. 91-92).

Para remediar as "tendências" homossexuais é recomendado pelos médicos o conhecimento a fundo das personalidades e os temperamentos das crianças, desde a primeira idade até a juventude, por meio de testes e exames clínicos orientados por médicos especializados, psicólogos e educadores idôneos. Na conclusão do discurso destacado por Ribeiro (1975), em muitos casos, especialmente quando estava em jogo o único filho da família, a solução era o afastamento familiar. A criança deveria conviver com outros menores de sua idade e de outros sexos, daí a defesa intransigente da escola mista, para aprender quais os recursos de defesas faces aos conflitos e lutas, perigos e dificuldades. A alteração do quadro seria alcançada pelos esportes mais indicados a cada caso concreto.

No bojo desta discussão, na disputa entre os saberes médico e jurídico se encontrava no Brasil e em vários países europeus a necessidade de retirar da esfera da Justiça Penal, o ato homossexual. A composição física supostamente diferenciada do homossexual masculino era a principal arma na sua identificação. Drº Ribeiro dialogou com o Professor Alfredo Kinsey da Universidade de Indiana nos Estados Unidos e o citou em seus artigos dizendo que os homossexuais eram quase sempre menos robustos que os demais, e de aspecto efeminado, exercendo de preferência as profissões de cabeleireiro, atores, enfermeiros e assistentes sociais (RIBEIRO, 1975).

Na discussão em torno da identificação via de regra se descrevia a composição física do homem através da anatomia da mulher. O estudo da homossexualidade masculina estava nitidamente ligado ao entendimento da fragilidade do corpo da mulher.

Já na infância, alguns homossexuais, começam a manifestar modos, atitudes afetivas e preferenciais do sexo feminino. Escolhem a sociedade mais suave das meninas [...] Pelo mesmo motivo, quando forçados a procurar trabalho, preferem certos meios femininos [...] As pensões de prostitutas são preferidas por jovens invertidos como lugar de trabalho. Provavelmente intervirá aí o prazer de viverem em um

meio assiduamente freqüentado por homens. Ou será o efeito de um mecanismo inconsciente de projeção (RIBEIRO, 1938, p. 151).

A alusão da homossexualidade à frustração de papel de gênero a tornava objeto da intervenção médica. O Código Penal de 1940 assegurava no Artigo 146, inciso 3º no parágrafo I que a intervenção médica ou cirúrgica, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificava quanto eminente perigo de vida. Era mais um “problema social” capaz de encontrar sua solução definitiva no campo científico.

A medicina, já havia libertado os loucos da sentença da justiça, depois de comprovar que os doentes mentais não poderiam ser responsáveis por seus atos. Portanto, os homossexuais não deveriam, igualmente aos loucos, passar pela humilhação de serem considerados passíveis de castigos, já que eram vítimas de anomalias, acima de suas vontades ou caráter, por conta de suas condições psicopáticas.

O castigo é injusto e não tem a menor razão de ser. É pela educação, e não pelas penalidades, que se deve lutar contra eles. Pois suas perversões traduzem o horror do incesto e o desejo de escapar ao conflito de Édipo (RIBEIRO, 1938, p.167).

Os questionamentos científicos acerca da origem e cura da homossexualidade podiam ser explicados no interior da revisão do Código Penal de 1940. O Dr. Ribeiro era o porta-voz e legítimo representante do saber médico contra o Projeto de Lei nº 258 do Professor Alcântara Machado que previa punição às relações sexuais homossexuais. O diretor do Laboratório de Antropologia Criminal, Dr. Ribeiro, levantou a preocupação com o papel da sociedade e com a finalidade das leis e dos códigos com relação à prática homossexual, destacando que as mesmas não podiam continuar a se configurar em um cenário de pura e simples repressão, porque os objetivos das leis e dos códigos eram proteger a coletividade e ao mesmo tempo defender o indivíduo. Neste sentido, foi necessário encontrar soluções mais justas e humanas e essas somente poderiam ser dadas com base nos conhecimentos médicos. O projeto

não chegou a ser votado, sendo de imediato recusado nas comissões parlamentares (RIBEIRO, 1942).

As discussões científicas, preventivas e repressivas eram apenas um dos lados desse prisma social ao qual os homossexuais, sobretudo, masculinos estavam envolvidos. No documentário *Além do carnaval* (2000), o brasileiro James Green entrevistou homossexuais que migraram para o Rio de Janeiro no auge da Rádio Nacional na década de 1950 e que se reuniam nos vários fãs-clubes das cantoras.

Os entrevistados materializaram através da imagem em movimento exibida em uma tela de TV, as narrativas que eram conduzidas pelas fotografias dos entrevistados. A cada fotografia retirada da pequena caixa de Ramiro - nome de um dos entrevistados - levava os outros a narrarem outras novas imagens. As fotografias conduziam e estimulavam as memórias individuais e coletivas desses homens e eram trazidas para o público através das narrações. Foi assim que sabemos da origem nas décadas de 1950 e 1960 da concentração homossexual no Posto dois em Copacabana e da versão homossexual do famoso concurso de misses, realizado no Estádio poliesportivo do Maracanãzinho, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

## **NEM SOMENTE DE HERÓIS E REIS SE CONTA UMA HISTÓRIA**

O ano de 1968 foi a catarse de sentimento e atitudes que se acumularam desde do imediato pós-guerra e acabaram por se configurar numa trajetória de reivindicações, sobretudo contra o autoritarismo nas suas mais variadas formas de manifestação; o que faz deste ano um marco emblemático não apenas para o Brasil, como também para boa parte do sistema internacional.

As críticas não se limitavam ao conservadorismo ou a quaisquer correntes de dogmatismo político: a multidão, majoritariamente jovem buscava desconstruir ações objetivas que se propusessem a limitar-lhes, quiçá negar-lhes a liberdade, *não mais acreditando numa totalidade primordial que existiu uma vez, nem numa totalidade final que espera por nós numa data futura* (DELEUZE; GUATTARI, 1977 Apud BAUMAN, 2001, p. 29). Neste quadro de



alterações comportamentais, a despeito da repressão, homossexuais emergem demarcando seus lugares na agenda política de países da Europa Ocidental e Estados Unidos.

Quando se fala atualmente do ano de 1968, seja no Brasil ou nas grandes cidades das regiões anteriormente citadas, as reações oscilam em dois extremos: saudade e frustração. Entre os membros da classe média urbana que viveu essa conjuntura, o discurso nostálgico, até mesmo decepcionado, em torno dos movimentos contra-culturais de 1968, parece se configurar como o parâmetro de análise de toda e qualquer tentativa de alteração social contra-hegemônica. No outro extremo, fortemente influenciado pelas narrativas de indivíduos presentes na práxis ou no discurso de 1968, existe a frustração de sujeitos que não atuaram nos movimentos contra-culturais e que, portanto, não poderão no futuro construir a narrativa da participação nas alterações sofridas no mundo ocidental iniciadas no passado.

O quadro favoreceu a mobilização de alguns atores sociais. Os movimentos sociais das chamadas minorias, dentre eles o dos homossexuais, emergem nos EUA e na Europa Ocidental, inebriados pelo desejo de uma humanidade que se reconhecesse em sua própria diversidade. Imbuída desse sonho, a chamada geração 1968 acabaria por questionar a legitimidade de uma racionalidade originária da perspectiva iluminista, e, portanto esmagadora de memórias, sentimentos e subjetividades.

O homem moderno, construído na racionalidade do pensamento, foi também fragilizado pelas ações de indivíduos que construíram no corpo a escrita de uma narrativa gestual que os publicizaram: visibilidade homossexual. No caminho de construção da visibilidade, os corpos circulantes nas ruas, as memórias de transgressões individuais e coletivas, passaram a ser o espaço da voz e atitude de homens e mulheres homossexuais que mesmo sujeitos as constantes vigilâncias e normatizações driblaram as regras e construíram suas redes de sociabilidades. Podendo assumir com a força da escrita uma nova versão da história construída no dia-a-dia de suas experiências.

Segundo Huyssen (2000, p. 36), *assegurar o passado não é uma tarefa menos arriscada do que assegurar o futuro [...] a sociedade precisa de*

*ancoragem temporal*. Nos paradoxos criados em torno do tempo e espaço, a memória de um novo tipo, ou seja, que privilegia outras falas sem que essas estejam diretamente ligadas à fala oficial, emergiu a partir da década 1960 como estratégia de construção de uma narrativa histórica que se contrapunha às defendidas pelos segmentos da historiografia oficial e que esteja diretamente ligada ao rastro da descolonização e dos movimentos sociais emergentes. Sob o reflexo das ocorrências, o movimento homossexual no final da década 1970, começou a se estruturar juridicamente e suas reivindicações, ainda que tímidas, surgiram no cenário político brasileiro. Os homossexuais influenciados pelos recentes movimentos feministas, segmento com o qual irá travar acalorados diálogos, irão na ditadura militar e com os olhares da esquerda voltados para as “lutas maiores”, iniciar suas trajetórias (MACRAE, 1990). A denúncia da omissão da esquerda concentrada nos partidos ou movimentos marxistas parece ser uma totalidade entre os autores que decorrem sobre a temática (HUBER, 1985; MACRAE, 1990; ANDRADE, 2002; GREEN, 2000; CÂMARA, 2002).

A emoção e a esperança, objetivadas na mobilização social e historicamente contextualizadas na “abertura” política da década de setenta, acabaram contribuindo para o posterior fim do regime militar, possibilitando o surgimento e institucionalização de diversas organizações homossexuais. Em São Paulo surgiu ainda na década de setenta, o Grupo Somos (MACRAE, 1990).

## **DO CAOS RE-EMERGE A FORÇA: AIDS E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

A força com que emergia no Brasil inúmeras organizações sociais homossexuais no final da década de setenta foi logo refreada pela epidemia de Aids nos anos seguintes. A desinformação aliada à publicização dos primeiros diagnósticos da doença a direcionou de imediato ao público homossexual.

Nós todos intuíamos que não havia apenas uma epidemia, havia uma outra trabalhando em conjunto, tão danosa quanto aquela. Era uma epidemia discursiva, um recrudescimento dos preconceitos e das discriminações contra os gays. Os jornais acusavam: câncer gay, peste gay. Os hospitais recusavam-se a

aceitar internações e queimavam até mesmo os sofás em que os gays haviam sentado (episódio ocorrido no Hospital Pedro Ernesto, Rio de Janeiro). Os religiosos clamavam que a Aids era um castigo divino (ANDRADE, 2002, p. 42).

Visibilizar, portanto, a homossexualidade na década de 1980, atrelava o indivíduo sob a tutela do *câncer gay* ou *peste gay*, como ficou conhecida a Aids na maior parte desta década.

*Ninguém ou nenhum movimento tinha coragem de assumir sua homossexualidade nos anos iniciais da epidemia. Falar que era homossexual era estar contaminado pela Aids e, portanto, alguém sentenciado a morrer. Mais antes de morte, contaminar* (Ézio Távora - Grupo Pela Vidda-Rio).

Como se bastasse a impossibilidade pública do relacionamento afetivo, os indivíduos que amavam outros do mesmo sexo eram tatuados com outras marcas, agora as oriundas da epidemia. A agregação da epidemia a discursos religiosos aprofundava a idéia de que o amor homossexual era pecado e que, portanto, a Aids seria o castigo.

*Eu nasci na era Aids. Eu me entendi como gente quando a Aids já estava aí. Isso não trouxe tantas conseqüências na minha vida, eu sempre a vi tão longe de mim, mas inicialmente a Aids era para mim a morte. A imagem que tenho é a do ator Lauro Corona definhando na sua última novela, a outra era o Cazuzu. Todos eram bonitos e tornaram-se feios, magros e morreram. Fulano e Beltrano diziam: ele morreu de Aids, ele era gay ou então, ele não pode ter morrido de Aids, ele era casado, ele tinha mulher* (Felipe Gomes - 24 anos).

É inegável que o temor da epidemia estava presente em todas as relações sociais inclusive entre os indivíduos homossexuais. A desinformação sobre a epidemia na década de oitenta e início dos anos noventa construiu individualmente sentimentos e táticas diferenciadas para negociar o desejo por parceiros do mesmo sexo. Cada sujeito dentro do que a epidemia lhe trazia

enquanto imagem e conseqüência para suas vidas deslumbraram e construíram sua forma de driblar ou não a epidemia.

*Eu não tinha muita informação sobre a Aids. A única coisa que sabia era que os gays estavam sendo contaminados e que nos Estados Unidos a doença estava se alastrando. Pronto! Não ficava nem com americano e nem com quem tinha vindo de lá. Foi a forma que encontrei para me salvar (Luiz Carlos Freitas – 46 anos).*

As ações profiláticas contra a Aids não se limitavam aos gays, os comerciantes redimensionavam suas atuações e recusavam qualquer associação a gays ou a Aids.

*Era comum que as boates e ambientes públicos homossexuais fossem invadidas pela polícia (Luiz Carlos Freitas – 46 anos).*

*[...] As boates gays proibiam a divulgação e distribuição de preservativo. A boate que eu trabalhava a Papagaio quis proibir. Fui eu que disse: que isso? Sou associado ao GAPA (Grupo de Apoio a Prevenção a Aids, fundado no Rio de Janeiro em 1986), não posso deixar que essas pessoas distribuam camisinha.<sup>6</sup> (Lorna Washington).*

A visibilidade e mobilização dos homossexuais refrearam com a associação da epidemia à população. As notícias e a desinformação alastravam a violência e garantiam as manchetes dos jornais.

Quando houve a peste suína no Brasil, a solução foi a erradicação completa dos porcos ameaçados de contágio. Portanto, a solução tem de ser a mesma: a erradicação dos elementos que podem transmitir a peste gay. Só assim se acabaria com a Aids (JORNAL

---

<sup>6</sup> A transformista (artista masculino que se veste com roupas e acessórios atribuídos para as mulheres) Lorna Washington no debate realizado pelo 1º Cabo Free. O evento foi promovido em Cabo Frio-RJ entre os dias 8 e 10 de julho de 2004.

No entanto, se a epidemia discursiva inicialmente refreou a mobilização de setores homossexuais e agregou estereótipos, por outro, ela trouxe para o cenário social de maneira ainda mais forte a necessidade de nutrir o movimento homossexual embrionário de força e mobilização. A partida de amigos, parentes, irmãos, companheiros criou em torno da epidemia uma rede de solidariedade. A resposta dos homossexuais junto com a parceria de setores do Estado, sobretudo, o Programa Nacional de DST/Aids - Ministério da Saúde, impulsionou a alteração do quadro desenhado na década de 1980.

De imediato o surgimento da epidemia de Aids veio acompanhado de luto, dor e intensificaram-se as ações violentas contra homossexuais masculinos. A resposta à epidemia foi dada pelas próprias vítimas, mesmo com o temor de associar o contágio à prática homossexual, muitos dos indivíduos que antes mantinham invisível a sexualidade, já não viam motivos para mantê-la oculta, acabando por torná-la pública.

A epidemia obrigou a sociedade a discutir sexualidade. Independente da forma como foi orientada a temática, ela passou a estar presente nas agendas e preocupações familiares, escolares e estatais. O surgimento da Aids abriu espaço para a visibilidade homossexual, ainda que se tenha inicialmente refreado as tentativas de mobilizar setores do movimento homossexualidade. A doença foi também uma das principais responsáveis pela força com que esse movimento re-emergirá na década de noventa.

A visibilidade de indivíduos homossexuais, em resposta a desvinculação ao universo da Aids foi usada pelo movimento social homossexual brasileiro para desvincular as imagens presentes no imaginário social que associava as homossexualidades ao contágio da doença. Independente do quadro desenhado na década de oitenta e das perdas significativas nas décadas seqüentes, o movimento homossexual no cenário brasileiro contemporâneo, fortemente atrelado na década de oitenta ao combate da epidemia de Aids, re-emerge na década de noventa associando outras bandeiras ao controle da doença. A parceria realizada entre os programas estaduais, municipais e,

sobretudo, federal de HIV/Aids com várias das organizações homossexuais em estados de maiores incidências epidemiológicas possibilitou a profissionalização e dedicação de inúmeros ativistas que associaram o combate à epidemia de Aids a bandeiras políticas de promoção da cidadania e direitos humanos.

Vários grupos no Brasil vinham desenvolvendo projetos de prevenção à Aids junto a Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde. Isso representava também uma alternativa para as dificuldades financeiras de várias entidades. A mesma passagem aérea que levava um ativista gay a um congresso sobre prevenção à Aids permitia que, ao término do encontro, outra reunião fosse realizada, agora específica do movimento organizado de gays, lésbicas e travestis. Já havia se consolidado na Coordenação Nacional de DST e Aids a idéia de que era necessário fortalecer a organização dos grupos mais vulneráveis à epidemia. A promoção da auto-estima e a organização dessas populações seriam mais um caminho para o combate ao HIV/Aids (ANDRADE, 2002, p. 118).

As estratégias adotadas por setores do movimento homossexual de dissociar as imagens da homossexualidade do universo da epidemia de Aids trouxeram outros componentes para auxiliar a fragilização da discriminação, sobretudo, contra os gays. A imagem de homossexual bem sucedido, sério, saudável e responsável despertou o interesse de outros setores voltados ou não exclusivamente para o público. Os interesses mercadológicos ao lado dos programas estatais de combate à Aids foram os maiores parceiros da re-emergente visibilidade. As imagens veiculadas nos meios de comunicação foram fortemente massificadas, sobretudo, a partir da década de 1990. A insurgência do movimento homossexual brasileiro após o recuo com a epidemia de Aids aliada às políticas públicas de saúde que o financiaram e a descoberta do nicho mercadológico, também fortemente influenciado por setores do movimento, contribuíram para a diversidade e a massificação da visibilidade. Essas imagens eram estrategicamente veiculadas com a proposta de construção de referenciais positivos que desmascarassem a idéia unilateral e "pejorativa" de gays, lésbicas e transgêneros.

## **ASSUMIR-SE ADQUIRINDO TAREFAS**

Para a maioria dos adolescentes homossexuais, perguntas sobre a sexualidade são realizadas no silêncio do inconsciente. As ações são provocadas pelas experiências já vividas quando os sentidos perceberam as reações que aqueles/as que poderiam dar as respostas apresentaram diante da homossexualidade. Perguntar torna-se então um grande desafio.

O riso, a zombaria e desaprovação diante da homossexualidade são cotidianamente observados. A memória é capaz de arquivar as imagens, verbalizações e gestos diante daquele/a que desperta a vontade de perguntar, seja por curiosidade ou por observar na homossexualidade a classificação do que também sente: o desejo, amor e afeto pelo indivíduo do mesmo sexo.

Perguntar, questionar e conversar sobre a sexualidade é uma experiência individual, não existe fórmula, no entanto, apesar da pluralidade de experiências relacionadas à verbalização da homossexualidade, algo se torna presente nas experiências dos indivíduos: o temor da desaprovação.

Para alguns, as experiências vividas na vida real ou observadas na ficção televisiva já prevêem o futuro. As imagens de gays, lésbicas e transgêneros expulsos de casa, agredidos verbalmente ou fisicamente são amplamente massificadas nos meios midiáticos e difundidas nos relatos ouvidos em várias esferas sociais.

Para as famílias, escolas, trabalhos e instituições religiosas, as experiências de ouvir os relatos de agressão física e psíquica antecedem a verbalidade oral da homossexualidade. As ações que deverão ser tomadas diante do impasse que a autoridade (pai e mãe, professor/a e direção escolar e amigos/as) deve ter frente à questão da sexualidade homossexual, geram dúvidas.

Qual atitude tomar? É preciso tomar alguma atitude? As perguntas existem e as respostas são dadas, em alguns casos, pelas narrações e observações de outras experiências semelhantes. Isso permite chegar a conclusão de que a experiência alimenta o relato, este, por sua vez, utilizando-

se da oralidade, é capaz de se difundir e alcançar sujeitos propícios a ouvir e armazená-los na memória, revisitando quando necessário (CERTEAU, 1994).

Divulgar outros relatos sobre famílias e escolas que conduzem a sexualidade homossexual de seus integrantes como mais uma de suas identidades e sem a excentricidade esperada, vem ocupando as ações de várias das organizações homossexuais, parceiros no meio midiático (jornalistas, autores de telenovelas, artistas entre vários outros), setores do governo e intelectuais. São esses atores que neste momento conduzem o movimento de alterar os relatos publicizados sobre a homossexualidade ou pelos menos diversificá-los, mostrando-os sem as marcas que historicamente estão presentes em suas experiências e apresentando alternativas que não as da agressão.

*Quando contei para minha família, chamei todos os meus irmãos e irmãs. Não quis que meu pai participasse, ele já está velho e não precisava passar por isso. Não me dei por satisfeito, questioneei se permitiriam que eu visse meus sobrinhos. Minha irmã disse de imediato que nada havia sido alterado. Eu continuava sendo o irmão de todos eles (Guilherme Silva - 35 anos).*

A necessidade de referenciais positivos ancorados pelo respeito à dignidade humana alicerçada na inclusão, na qualidade de vida e na elevação da auto-estima foram nos últimos decênios a orientação de diversas organizações da sociedade civil de homossexuais. Neste dado momento, são essas que assumem a laguna deixada pela escola na promoção de informações e referências positivas a indivíduos que se identificam como homossexuais, repercutindo em menor ou maior grau na elevação da auto-estima e, conseqüente, no exercício da cidadania.



## 2

### CAPÍTULO

#### **SEUS RELATOS E NOSSAS EXPERIÊNCIAS**

#### **O PAPEL SOCIOEDUCATIVO DO GRUPO ARCO-ÍRIS DE CONSCIENTIZAÇÃO HOMOSSEXUAL**

Para definir a importância educativa que as organizações da sociedade civil assumiram para os homossexuais, conforme já sinalizado, vamos priorizar o cotidiano vivido por gays, lésbicas e transgêneros que atuam e frequentam o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual.

O Grupo Arco-Íris é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em maio de 1993 com o propósito de promover a auto-estima e cidadania da população homossexual. Para tanto, realizam-se diversas ações de sensibilização e difusão de informações, proporcionando referenciais para a construção de identidade homossexual. As atividades realizadas pelo GAI têm, por meta, informar e sensibilizar, ou seja, demonstrar as diferentes formas de manifestação do preconceito com as quais cada indivíduo tem contato diário e, na maioria das vezes, não consegue identificá-las. Uma vez sensibilizados, inicia-se o processo de implementação de ações individuais e/ou coletivas, difundindo informações adquiridas e/ou clarificadas (GRUPO ARCO-ÍRIS, 2003).

Para alcançar a descrição acima, passaram-se onze anos de atividades do GAI, conforme podemos observar nos relatos descritos:

*...Quando completamos dez anos de vida em comum viajamos para São Francisco-EUA (Luiz Carlos Freitas e Augusto Andrade)... Passeando por Castro vimos vários casais homossexuais caminhando de mãos dadas pelas ruas. Me lembro que o que mais me chamou a atenção foi um casal de idosas, bem velhinhas que se acariciavam... Ao ver as pessoas de mãos dadas, eu e Augusto resolvemos fazer a mesma coisa: caminhar de mãos dadas. O pior é que por mais que tentássemos, não conseguíamos. Trocávamos de posição, nos*

*abraçávamos, mas um sentimento não permitia que ficássemos de mãos dadas, não nos soava bem, não era confortável...* (Luiz Carlos Freitas – 46 anos).

[...] Foi um choque e um alerta. Sentimos na pele os danos que a opressão nos acusava. Constatamos, em nós mesmos, que afeto, relacionamentos e amor também se aprendem e se constroem no exercício [...] (ANDRADE, 2002, p. 21).

Alguns fatores motivaram a criação do Grupo Arco-Íris: a epidemia de Aids que se aproximava de amigos, companheiros, parentes e uma educação que impossibilitava a tentativa de viver de forma espontânea os afetos e as carícias existentes entre indivíduos do mesmo sexo que se amam.

*A morte do Didi foi um susto para todos nós... Todos nós sabíamos que logo ele iria morrer... Ele estava tão magro, mas não aceitava a possibilidade de ajuda. Foi uma vítima da Aids... Era preciso mudar esse quadro, foi o que me levou ao Arco-Íris...* (Luiz Carlos Freitas – 46 anos).

O limite imposto ao simples desejo de andar de mãos dadas, não era dado pelo preconceito externo. A fronteira imposta ao afeto partia dos indivíduos que ambicionavam a possibilidade de vivenciar de forma espontânea a afeição pública. Portanto, a voz que ecoa cotidianamente no preconceito não é simplesmente eficaz porque utiliza um “exército” sempre pronto a agredir. O abuso, ocasionado pelo preconceito, é eficiente por que é capaz de criar a impossibilidade de ousar naquele que somente ousando é capaz de ampliar seus limites.

Vários núcleos de histórias amorosas, escolares, profissionais, militantes em movimentos sociais e partidos políticos culminaram na origem ao GAI. As experiências cotidianas construídas e compartilhadas pelo grupo de amigos fortaleceram ainda mais o vínculo de afeto, que para alguns dos fundadores substituíram as relações em maior ou menor grau dos laços afetivos consangüíneos.

A idéia original sobre família é constituída, em geral, por membros consangüíneos, não havendo nenhum grau de intervenção na sua composição: famílias herdadas. Para os homossexuais que constituíram o GAI, os laços estabelecidos pelas famílias herdadas foram ampliados para os membros adquiridos pelo afeto, afinidade e companheirismo: as famílias adquiridas.

Uma vez fora dos olhares familiares, vários homossexuais migrantes buscaram redes de sociabilidades e a reconstituição de outros laços afetivos que substituíssem ou fossem agregadas aos deixados para trás. Segundo Parker (1999) e MacRae (1983; 1990), os estabelecimentos comerciais possibilitaram a construção de redes de sociabilidades que culminaram, aliados a outros fatores, na formação do movimento homossexual.

A necessidade de ultrapassar os limites internalizados pelo preconceito foi a primeira provocação realizada pelo grupo de amigos que deram os primeiros passos do GAI. As identidades compartilhadas, homens em sua maioria, classe média e homossexual, agregaram um grupo de amigos que buscaram a segurança e o afeto do convívio. As experiências do casal homossexual Luiz Carlos Freitas e Augusto Andrade foram o ponto inicial dessa trajetória.

Segundo Andrade (2002), os primeiros encontros não tinham o objetivo de culminar na formação do GAI, a preocupação inicial era com cada um dos indivíduos que constituíam a rede de amizade. O espaço fixo de encontros foi o primeiro passo na ampliação do número de participantes e de ações desenvolvidas pelos freqüentadores e lideranças. O fato de saberem quando e onde ocorreriam os encontros tornou o Grupo Arco-Íris muito mais do que uma organização de direitos humanos. Os encontros de sextas-feiras no

Arco-Íris é a possibilidade de você ser você mesmo, pensar diferente e, ainda assim caminhar juntos. Arco-Íris é a troca de idéias, informações, experiências pessoais, emoções e carinho com outros seres humanos com interesses em comum. Acreditamos que ao falarmos alto sobre o que sempre mantemos sufocado, guardado e dissimulado, o nosso interesse homoerótico, nossa afetividade orientada para o mesmo sexo, enfim, nossa liberdade de sentir,

estamos construindo algo novo, a princípio dentro de nós e entre nós e logo a seguir num universo maior de relações (JORNAL NÓS POR EXEMPLO Apud ANDRADE, 2002, p. 47).

Os objetivos dos encontros de sextas-feiras foram ampliados e diversificados. Ao longo da trajetória dos encontros semanais, inúmeras pessoas visitaram, ficaram e foram embora. Os motivos de afastamentos podem ser inúmeros: os encontros já não fazem sentido para suas individualidades subjetivas; o horário da atividade profissional é incompatível; as pessoas que freqüentam não despertam sentimento de identificação; os mais antigos apesar de reconhecer a necessidade do espaço já não conseguem lidar com as frustrações sempre muito semelhantes; um novo namorado/a e/ou ainda a discordância da forma como os trabalhos são conduzidos.

Apesar de manter algumas de suas formas originais de atuação, todas as ações do GAI foram fortemente redimensionadas. Talvez resida neste fato a maior dificuldade da Organização, ou seja, articular as aspirações da entidade, fortemente influenciada pela diretoria, com as de cada indivíduo em um espaço que prioriza a idéia de grupo. O afeto e a trajetória pessoal que se entrecruzam, podem ser apontadas como uma justificativa para a unicidade da organização.

*É preciso ter clareza que antes de qualquer ação externa, as pessoas devem estar convictas das suas questões internas. Nas reuniões de sextas, célula do Grupo, o indivíduo é o centro, ele é que merece destaque. As políticas com todos os seus desdobramentos somente fazem sentido se forem para que o indivíduo, na sua subjetividade, construa o seu amor próprio. Temos clareza das limitações existentes em nossa atuação, somos uma organização mista, mas é obvio que a freqüência majoritária é de gays e lésbicas, é uma questão de identificação identitária. Quando chega uma transgênero a recebemos como todos que recebemos, com respeito. Mas sabemos que provavelmente não irá se identificar, as discussões podem não ser de seu interesse, neste caso, a orientamos freqüentar uma organização de transgêneros, com discussões específicas (Cláudio Nascimento – 33 anos).*

As reuniões de sextas-feiras às 20:30 horas, são oficinas mediadas por facilitador/a sobre assuntos ligados diretamente ou indiretamente ao exercício da sexualidade, direitos humanos e cidadania. Os primeiros encontros, ainda em 1993, foram realizados sem roteiros e objetivos claros. De imediato se transformaram no rodízio de catarse. O simples estímulo realizado por alguém rememorava as trajetórias individuais e à medida que vinham a público, outros sucessivos relatos disputavam o espaço. Foi quando perceberam (Augusto e Luiz Carlos) que o caminho deveria ser o de promover encontros semanais, sempre às sextas-feiras no mesmo horário, mediadas por um facilitador com objetivos claros, para evitar as dispersões ocorridas em encontros anteriores.

Segundo Andrade (2002), nos primeiros encontros se buscou discutir a percepção que cada indivíduo tinha da homossexualidade, o resultado não foi satisfatório e acabou por motivar outras questões paralelas. A estratégia adotada após a experiência inicial foi a de discutir a vivência individual e as formas possíveis que cada um teve e pôde adotar para melhorar sua qualidade de vida não abrindo mão do exercício da homossexualidade. A homossexualidade passou a ser trabalhada como categoria dada, portanto, o eixo central era a forma como a sexualidade fora vivenciada.

A estratégia das reuniões era trazer a público os preconceitos mais íntimos construídos e existentes em cada freqüentador. Era preciso estimular sua divulgação a fim de redimensioná-los. O ideal era que as críticas, franjas nas testas, gritos e estranhamento ao relato não fizessem parte daquele espaço.

O momento do relato, o protagonismo é do sujeito que narra. As discussões somente poderiam ser iniciadas quando esse terminava. A indignação de relatar, mais do que divulgar as angústias e os limites do exercício da sexualidade tinha como eixo a necessidade de retirar do interno as experiências do indivíduo. As possíveis sanções eram à medida do possível excluídas das práticas do GAI. Desde sua fundação, o Grupo irá se constituir como um espaço de vivência compartilhada.



**Fotografia do encontro semanal do GAI, 25 de fevereiro de 2005.**

Nos relatos apresentados nas reuniões de sextas-feiras, o sujeito narrava sua identidade através das experiências e segundo os seus desejos, podendo ser real ou ideal. Se orientarmos nossas análises em Moscovicini (2003), afirmaremos que todo ideal tem como base referencial a experiência do real, portanto, no relato era facilmente verificável a presença das relações familiares e escolares. Na oralidade era possível perceber os outros que direta ou indiretamente interferiram em sua subjetividade, portanto, na construção de sua identidade sexual. A idéia pejorativa da homossexualidade, presente na mídia e mais amplamente nos diversos espaços sociais, estava hodierno. Não por menos, que os conceitos de pecado e culpa, estejam presentes em muitas das narrativas dos indivíduos homossexuais.

A solução das memórias traumáticas parecia se configurar no primeiro caminho adotado pelas lideranças do GAI entre os freqüentadores das reuniões de sextas-feiras. Neste sentido, a oralidade na primeira pessoa é estimulada, justamente porque somente nesta, era possível encontrar os "monstros" a serem desconstruídos acerca da homossexualidade.

Segundo Andrade (2002), a origem do nome atribuído à organização: Grupo Arco-Íris de **Conscientização Homossexual** decorreu da necessidade

de desnaturalizar as idéias majoritárias e pejorativas da homossexualidade no imaginário social e, conseqüentemente, entre freqüentadores do GAI. As discussões eram encaminhadas de modo a contextualizar historicamente os conceitos e imagens, problematizando o dito e conhecido sobre as sexualidades. *Acreditava-se que tornar conscientes alguns processos de significação era dar uma referência para os freqüentadores e permitir-lhes uma escolha mais embasada. Era dar-lhes ferramentas para perceber a possibilidade de mudança* (p. 87).

As estratégias adotadas pelos/as facilitadores/as nos encontros de convivência tinham resultados claros nos seus freqüentadores. O fato de poder falar e ser ouvido sem reprovação gestual ou oral, por si, já representava um outro quadro no cotidiano dos freqüentadores. Nos encontros de sextas-feiras ou mesmo em outras atividades a duplicidade não era necessária. A vivência em um espaço predominantemente homossexual não obrigava os/as freqüentadores/as ao jogo da ambigüidade.

*Foi ouvindo outros colegas do Arco-Íris que pude perceber que minhas dúvidas e angústias não eram somente minhas. Saber que existe um espaço aonde eu posso ser exatamente como eu sou e que minha homossexualidade não provoca nenhuma reação diferenciada foi para mim muito importante. (...) foi com os colegas do Grupo que pude vencer minhas limitações* (Charles Toniolo – 28 anos).

A experiência de ouvir o outro e nesse outro se ouvir trouxe mais um componente para a discussão: o afeto. As agressões verbais presentes em discussões acaloradas eram correntemente abafadas, graças ao afeto constituído pelas relações anteriores ou adquiridos a partir dos encontros semanais. Quando o mesmo não ocorria e o tom de voz tornava-se mais agressivo, o facilitador da reunião assumia a autoridade e conduzia a reunião.

*... Em alguns momentos existem impasses entre os sentimentos e as expectativas individuais. Nesta hora, é preciso ter muito jogo de cintura e*

*clareza que é no exercício que se aprende a também amar* (Luiz Carlos Freitas – 46 anos).

*Não se trata de uma assembleia sindical, as discussões não giram em torno de verdades. Aqui no Arco-Íris todo mundo tem o direito de ser diferente e ainda assim ser respeitado em sua individualidade. Para nós do Arco-Íris o exercício do ouvir é fundamental. Cada pessoa tem seu valor por aquilo que ele é* (Cláudio Nascimento – 33 anos).

As redes de solidariedades e amizades ocorreram de forma muito forte e se ampliaram para além dos limites do GAI. As pessoas que chegaram as reuniões de sextas-feiras eram trazidas por outras que eram motivadas por terceiros ou ainda souberam, ouviram ou leram na internet, materiais informativos, televisão e/ou jornais.

A publicidade de um espaço de convivência sem as características dos estabelecimentos comerciais onde pudesse ser possível conversar, paquerar, construir redes de amizades e namorar estimula um número em média de trinta pessoas a cada reunião, segundo dados da organização.

Ainda na conjuntura atual, os espaços sociais para o exercício da afetividade e sexualidade homossexual são quase restritos às casas noturnas. Embora sirvam como lugares de sociabilidade, são limitados em suas possibilidades. As dificuldades financeiras ou a faixa etária incompatível com a permitida - 18 anos – impede a frequência de vários homossexuais. Neste aspecto, os grupos organizados representaram importante alternativa, como espaços de convivência, sem as normas hostis, ou ainda, com as restrições dos estabelecimentos comerciais.

A estratégia corrente nas práticas do GAI e constantemente verbalizada pelas lideranças é a valorização da individualidade e no seu interior a homossexualidade. O indivíduo precisava ser fortalecido, deveria ter ciência de sua particularidade e do afeto que deveria acumular por agregar às suas demais identidades a de homossexual. Portanto, observamos que a visibilidade resulta da aceitação e valorização repercutindo na elevação da auto-estima.



Entretanto, se de imediato foi observado nas primeiras atividades do GAI a valorização das experiências e memórias; com os anos, fruto da própria percepção das lideranças e dos freqüentadores, a atuação da organização buscou outros caminhos paralelos aos que já tinham. A massificação de referenciais positivos sempre foi algo destacado entre os freqüentadores do GAI, cujas representações majoritárias observadas e publicizadas nos meios midiáticos, ainda, não eram contemplativos.

## **FORTALECENDO O INDIVÍDUO E DIVERSIFICANDO AS IMAGENS: O USO EDUCATIVO DOS MEIOS MIDIÁTICOS**

As imagens homossexuais massificadas nos meios midiáticos ligadas às frustrações dos papéis de gênero, à marginalidade, à violência ou à epidemia de Aids na segunda metade da década de noventa já não representavam novidade, a representação excêntrica da homossexualidade veiculada nos meios de comunicação fora fragilizada pela imagem alternativa de um homossexual masculinizado, bem sucedido profissionalmente, classe média, branco e casado oferecida pelas lideranças do movimento social homossexual.

*A invisibilidade é o nosso maior problema. Temos de aproveitar enquanto ainda somos um assunto exótico para abriremos espaços de visibilidade a nosso favor (MASCARENHAS Apud ANDRADE, 2002, p. 48).*

Talvez pela excentricidade, a visibilidade não foi confortável para todos. Muitos freqüentadores do GAI julgaram necessárias as ações de visibilidade das lideranças, mas em detrimento de várias questões individuais não tomaram para si a tarefa de visibilizar sua sexualidade. Dentre os motivos, podemos descrever o desejo por serem tratados e visualizados cotidianamente por aquilo que acumularam em sua personalidade e não somente pela identidade homossexual.

A tarefa assumida pelas lideranças do GAI articulou outro grande desafio: o de divulgar a vida pessoal. Conforme nos afirmam Certeau, Giard e Mayol (1996), a idéia de sexualidade se limita no cotidiano de suas práticas ao

campo da intimidade, no caso das homossexualidades, dadas as redes de preconceitos que se constituíram e se mantiveram ao longo da história, essas intimidades são ainda mais acentuadas. Nas experiências vividas pelo GAI a intimidade foi parte de sua atuação política. A publicidade do desejo e da forma como esse desejo foi vivido precisava estar claro para aqueles que adotaram para si a tarefa de tornar pública a sexualidade.

A tarefa da visibilidade individual acaba por quase se limitar a ativistas das organizações dos direitos humanos homossexuais.

Nossa visibilidade foi ao encontro de várias expectativas. Além de atrair novos frequentadores, atendeu aos anseios do público interno. Para o público gay externo, servimos como referência de uma experiência de relacionamento pouco conhecida. Aparecíamos como um casal de homens que se amava, vivia junto há dez anos e era feliz. Esses espaços na mídia poderiam servir também em caso de denúncias de violações de direitos mais pungentes (ANDRADE, 2002, p.100).

A visibilidade oferecida à mídia pelas lideranças do GAI ia de acordo às necessidades dos meios midiáticos com a polarização das discussões propiciadas pela, então, deputada federal Marta Suplicy com o projeto de lei da União Civil apresentado na Câmara dos Deputados em 1995: PL nº 1151/95 (O projeto que aguarda votação no Congresso Nacional é o substitutivo apresentado em 1996 pelo Deputado Federal Roberto Jefferson (PTB/RJ), passando a ser nomeado como Parceria Civil, no entanto, manteremos a classificação original).

O PL nº 1151/95 resultou em uma grande discussão que mobilizou os mais variados setores da Câmara, repercutindo graças aos opositores e aliados, em sua publicidade nos meios midiáticos. Nas programações televisivas observamos que poucos conheciam efetivamente o projeto, no geral a proposta foi correntemente ligada à representação de casamento, quando na verdade se trata de um contrato de parceria. A ideia de *casamento gay* foi vendida pela mídia, despertando e intensificando a oposição de setores religiosos e partidos políticos representados no Congresso Nacional.

A oposição na estrutura do Poder Público foi apenas um dos lados do prisma. Se, no Poder Legislativo as forças opositoras ao projeto de lei atuaram com maior desenvoltura, no Poder Judiciário, a união civil entre homossexuais vem sendo reconhecida. Um dos casos de maior repercussão midiática se deu em torno da guarda de Francisco Ribeiro Eller pela companheira da cantora Cássia Eller, Maria Eugênia Vieira Martins. O caso mobilizou a sociedade brasileira em favor da companheira da cantora que acabou por receber a guarda provisória do menino concedida pela Justiça. Todos os Tribunais Superiores, inclusive o eleitoral, já julgaram e reconheceram casos relacionados a relação afetivo-sexual homossexual.

Nos últimos anos companheiros homossexuais passaram a reivindicar no Poder Judiciário nas mais diversas instâncias e tribunais equiparações de direitos aos heterossexuais, sobretudo, em caso de herança de bens. As resoluções do judiciário têm sido tomadas com base em interpretações pessoais da legislação vigente, que no geral, vem sendo extremamente satisfatórias.

Os homossexuais, por sua vez, de forma orquestrada, vêm ampliando seus direitos nas instâncias que não possuem tanta intervenção eleitoral; como, o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (Poder Executivo Federal).

*Acredito que o movimento de ampliação da cidadania se dê de forma lenta, mas contínua. Eu quero que meu companheiro seja coberto no meu plano de saúde, por isso, estou entrando com a solicitação no Banco do Brasil. Se vou conseguir, não sei. Mas pelo menos se cria uma discussão (Augusto Andrade – 46 anos).*

A possibilidade de oficializar a relação conjugal mais do que ampliar as fronteiras dos trâmites legais do Estado brasileiro, despertou em muitos homossexuais, sobretudo de classe média, o sentimento simbólico de cidadania.

*Seria como reconhecimento pelo Estado da minha possibilidade de amar (Cláudio Nascimento – 33 anos).*

Enquanto espera a votação do PL nº 1151/95, inúmeros programas com pesquisa de opinião de telespectadores, são realizados nas mais diversas emissoras de televisão. As conclusões são as mais variadas possíveis e, no geral, são motivadas pela forma como o programa é conduzido.

Independente de o projeto ser aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, o fato é que já resultou em uma ampla discussão na sociedade auxiliando na visibilidade temática da homossexualidade.

A visibilidade homossexual foi fortemente influenciada por uma gama de acontecimentos que culminaram na ampliação dos seus direitos civis. Mas todas foram obtidas a partir da mobilização social, a exemplo das Paradas do Orgulho GLBT.

A mobilização homossexual no Brasil, como das demais nacionalidades, globalizou a rebelião homossexual ocorrida em Nova York contra policiais que reprimiam sua sociabilidade no bar *Stonewall*. O evento local ocorrido em 28 de junho de 1969 passou a ser o referencial do movimento homossexual.

O fato dos homossexuais em *Stonewall* romperem com a subalternidade historicamente esperada em mais de três dias de confrontos representou no campo simbólico mais do que uma revolta contra a Polícia. Para os homossexuais presentes era a garantia de um espaço de sociabilidade. Para outros, era a resposta à opressão.

Especialmente nos meses de junho e julho, bandeiras com as cores do arco-íris, símbolo do movimento que representa a integração da diversidade humana, são movimentadas em diversas partes do mundo. O evento ocorrido na efervescência da década de sessenta, em Nova York, tornou-se para a mobilização homossexual a referência de luta pelo exercício do afeto e da visibilidade. Estabelecendo as diversas Paradas do Orgulho, um espaço musealizado, vivo e interativo de atuação político e de memória.

A estratégia corrente utilizada por diversas organizações homossexuais no Brasil foi a demarcação de um espaço público de memória, a exemplo do que é realizado pela mobilização social dos negros com o Dia Nacional da Consciência Negra- 20 de novembro. Não por menos, que no Brasil, a partir da

década de noventa, nos meses de junho e julho, ocorreram as Paradas do Orgulho de GLBT e, conseguinte nesses meses, a homossexualidade mais se projeta e se diversifica nos meios midiáticos e conseqüentemente no imaginário social.



### **8ª Parada do Orgulho GLBT Rio-2003 / Copacabana.**

O orgulho, a elevação da auto-estima motivada pela manifestação do afeto e das singularidades é a maior contribuição que as Paradas realizaram. Por hora os espaços de afeto e de vivência homossexual com as paradas se ampliaram para além dos limites da intimidade da casa, dos estabelecimentos comerciais, da sede da organização GLBT, do quarto do hotel e da escuridão da noite.

*Exercer minha sexualidade, olhar, paquerar, namorar é um exercício político na Parada. Mais do que nunca eu tenho orgulho de ser homossexual (Felipe Gomes – 24 anos).*

O controle dos gestos, a repressão e o silenciamento do desejo são substituídos pela espontaneidade na avenida que transcorre a Parada. Assim sendo,

se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências

informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas [...] (FREIRE, 1999, p. 49).

Indiscutivelmente as Paradas ainda ocupam o lugar da excentricidade. Porém, acreditamos que será a História construída pelas ações dos indivíduos que alterará esse quadro. As excentricidades existentes no imaginário social modificaram-se ao longo da formação da sociedade brasileira, nos permitindo afirmar que o que ontem era espetáculo, agora se perde na alienação cotidiana do indivíduo (HELLER, 1989).

Outro fator que intensificou a visibilidade homossexual originara no mercado a partir da difusão da sigla *GLS* (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Amplamente divulgada e massificada na segunda metade da década de noventa, a sigla passou a nomear, fortemente influenciada pela imprensa, os estabelecimentos comerciais de entretenimento que permitiam o exercício da afetividade de homens e mulheres homossexuais.

A sigla aproximou o público homossexual do estabelecimento comercial de lazer sem que fosse rotulado, permitindo que seus freqüentadores se invisibilizassem na sombra do S de simpatizante. Segundo Nunam (2001), simpatizante seria o indivíduo que não possui preconceito contra homossexuais e que opta por interagir socialmente com este setor da população. A incorporação da letra S permitiu que esse espaço comercial, amplamente freqüentado e reconhecido como estabelecimento voltado para a população homossexual, passasse a ser freqüentado também por heterossexuais.

Gonçalves (2000), afirma que o surgimento da sigla trouxe para o Brasil a idéia estadunidense de *gay friendly* e teria sido criada por André Fischer em 1993 e adotada em 1994 para a amostra de filmes sobre sexualidade: *Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual*. A estratégia de marketing da empresa nos materiais de divulgação era alcançar a ampliação e diversificação dos freqüentadores do festival, permitindo a freqüência de homossexuais não assumidos publicamente como, também, os heterossexuais que estariam interessados na mostra de filmes, sem que para isso, sua identidade sexual viesse a ser fragilizada pela dúvida. Apesar das alterações provocadas pelo fenômeno mercadológico e de sua intervenção direta no comportamento social,

é comum que os simpatizantes sejam estigmatizados como "suspeitos" ou "sem coragem de assumir".

A popularidade e ampliação do mercado *GLS* não pode ser analisado como fenômeno isolado de tantos outros que envolveram os segmentos sociais homossexuais. Há de se destacar na temporalidade desses fenômenos: a pauperização e feminilização da Aids; o aumento significativo da visibilidade midiática; a flexibilidade da repressão ao exercício da sexualidade e o crescimento da demanda por parte da população consumidora homossexual.

As análises dos fenômenos mercadológicos realizados no Brasil são resultados da visibilidade que o segmento homossexual obteve nos meios de comunicação. Independente do forte preconceito social existente, todas as ações podem ser justificadas por pesquisas que afirmaram o alto poder aquisitivo do segmento homossexual<sup>7</sup>. Um elemento central nas pesquisas que orientaram o mercado é a estimativa numérica da população homossexual.

Acredita-se que cerca de 4% da população ocidental adulta nos centros urbanos seja composta de homossexuais (SMALL, 1996 Apud NUNAN, 2001). Ações do Ministério da Saúde do Brasil trabalham com a estimativa de 6% da população. Independente da fonte utilizada, alcançar o número estimado ou exato da população homossexual vem se caracterizando como a grande fronteira, tanto do capital como também dos movimentos sociais nas inúmeras reivindicações ao Poder Público.

Segundo Albuquerque e Ceballhos (2002), a visão de que a população homossexual seria um nicho mercadológico é beneficiada pela inexistência de crianças e de gastos com membros familiares dependentes. Algo semelhante foi apontado por Bowes (1996) e Prithard (1998) nos Estados Unidos, segundo os autores a inexistência de crianças levaria o segmento homossexual a possuir mais tempo livre e, portanto, mais condições de se dedicarem a práticas de consumo para o seu bem-estar físico e psíquico.

---

<sup>7</sup>. Dados fornecidos no site do Programa Nacional de DST- Aids do Ministério da Saúde nos endereços: { HYPERLINK "http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20130%20-%20mulheres.ppt" }. http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20129%20-%20homens.ppt.

A relação familiar homossexual foi abordada na campanha publicitária da *Fiat do Brasil*. No ano de 2003, a empresa do ramo automobilístico, querendo associar a sua marca a revisões de valores, chamando de arcaico os que não são suscetíveis a mudanças, lançou a campanha *você precisa rever seus conceitos*. No comercial a temática da homossexualidade foi abordada em uma reunião de pais na escola de Pedrinho. A professora destacava a presença da mãe de e em seguida, perguntava sobre o pai. Na tela da televisão foi focalizada ao lado da mãe uma outra mulher que levantando a mão se identificava como pai. Em seguida um narrador complementava: *você precisa rever seus conceitos*.

O comercial abriu um leque interpretativo, era possível pensar que a companheira da mãe estava assumindo o papel do pai, portanto, tínhamos a associação do casal homossexual ao modelo familiar hegemônico: Pai, Mãe e Filho. Outra interpretação era a de que duas mulheres mantinham uma relação afetiva homossexual e junto com o filho apresentavam outro arranjo familiar, sendo a professora despreparada para lidar com outras possibilidades. A campanha foi vencedora no 3º Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos na categoria Responsabilidade Social no ano de 2004

A publicização da clientela é, para alguns empresários do setor de entretenimento, o limite da permissividade. No caderno do Rio Show - Jornal O Globo de 27 de maio de 2003- era capa com letreiro preto com fundo rosa em degradê o título "Orgulho gay" e um dos subtítulos era "a galeria de tipos homossexuais que animam a cidade" entre dez tipos divididos entre homens e mulheres tínhamos:

"Pão com ovo" para homens, a descrição era:

Vive borboleteando em torno de mulheres e trata a si próprio no feminino: "Ih, a bicha tá louca hoje!" A grana é curta, mas o visual é over: tintura no cabelo, os brincos, colete, pulseiras e anéis. Tudo ao mesmo tempo agora; tudo baratinho, baratinho.

Para as mulheres tinha a "caminhoneira":



Com ela não tem frescura. A roupa é prática, na linha boot, jeans e camiseta lisa. Nunca usa maquiagem, (coisa de bicha!), não dá bola para coisas de mulher. Fala grosso e duro, mas chora muito quando a namorada dá o fora.

Sete dias após a publicação do artigo, freqüentadores e ativistas do GAI foram proibidos de entrar na casa de show *Boogaloo* que funcionava no espaço da ONG *Casa Brasil-Nigéria*, a razão descrita pela gerente era que a casa havia saído no jornal como um espaço de freqüência gay e a coordenação da ONG temendo a repressão do Governo do Estado, que havia cedido o espaço, não gostaria de associar-se aos gays e entre o grupo estava presente uma transgênero. A entrada dos gays por adotar uma identidade visual masculina seria permitida, no entanto, sem a presença da transgênero, visivelmente homossexual.

Segundo Júlio Moreira, ativista do GAI, após cinco ligações para polícia e divulgação para o atendente que se tratava de uma queixa de ativistas e que o não atendimento seria entendido como descaso e preconceito, chegaram três patrulhinhas com quatro policiais cada (doze policiais). Com auxílio policial o grupo entrou na casa de entretenimento *Boogaloo*.

As empresas parecem estar dispostas a anunciar seus produtos para homossexuais, contanto que estes não demonstrem abertamente sua orientação sexual [...] os modelos são todos brancos, jovens ricos, bonitos, bem sucedidos e masculinos, conformando-se à moral burguesa em todos os aspectos exceto o da orientação homossexual [...] negando a diversidade da comunidade homossexual [...] homossexuais considerados "ameaçadores" tais como os negros, pobres, velhos, doentes, travestis, *drag queens*, transexuais, homens "efeminados" ou mulheres "masculinizadas", raramente são retratados na publicidade dirigida a homossexuais (NUNAN, 2001, p.100).

As visibilidades homossexuais nos últimos dez anos sofreram indiscutivelmente alterações. Os interesses do capital e as estratégias de segmentos do movimento homossexual permitiram pluralizar a visualização de

homossexuais que quase sempre eram abordadas de formas marginais. As temáticas homossexuais com títulos grotescos eram capas de manchete nos jornais sensacionalistas, o tom humorístico e as páginas policiais eram os espaços quase sempre destinados aos homossexuais. No entanto, há de se destacar que o

mercado promove a assimilação da subcultura homossexual à uma cultura nacional homogênea, encorajando a diferença de identidade apenas nos aspectos em que pode servir para estabelecer um segmento de mercado [...] Para serem aceitos, os homossexuais precisariam minimizar suas diferenças com relação à sociedade mais ampla [...] é mais fácil ser aceito aparecendo de acordo com o padrão heterossexual do que em oposição a ele (CHASSIN, 2000 Apud NUNAN, 2001, p.101).

As notícias sobre a população homossexual ainda permanecem veiculadas especialmente nas pequenas e médias cidades nos cadernos policiais dos periódicos. Mesmo com as alterações sofridas com a visibilidade homossexual nos meios televisivos.

As telenovelas, os programas humorísticos entre várias outras programações televisivas abordaram os/as homossexuais durante muito tempo em uma perspectiva unilateral, quase que os/as limitando aos estereótipos correntes e atrelando-os/as a oposição das expectativas de papéis gêneros. Apesar das imagens veiculadas ainda obedecerem a esse roteiro, é possível observar a diversidade midiática da homossexualidade, especialmente, nas telenovelas.

Correntemente o Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual fora procurado pelas produções televisivas e teatrais, a fim de prestar assessorias sobre os personagens homossexuais retratados nas telenovelas e espetáculos teatrais. Inegavelmente, a visibilidade do movimento social favoreceu as iniciativas de outros homossexuais e/ou aliados na divulgação de personagens que em nada lembraram o já conhecido tom humorístico de suas retratações.

## **AS TELENÓVELAS E A VISIBILIDADE HOMOSSEXUAL**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001), dos bens duráveis, somente o fogão (97% dos lares) é mais comum do que a televisão (89%). Não podemos negar a força que as programações televisivas exercem sobre a população brasileira. Vários autores discorrem sobre o papel educativo das telenovelas (CAMPEDELLI, 1990; TÁVORA, 1996; LACERDA JUNIOR, 1999), por esse motivo optamos por privilegiar essa programação televisiva para refletir a ampliação e diversidade da imagem homossexual.

Destacamos que priorizamos a análise de dezesseis telenovelas (listadas na referência) exibidas a partir de 1990, na Rede Globo de Televisão. A opção motivou-se pela audiência, concentrando os telespectadores das mais variadas faixas etárias, classes sociais e gêneros (DIAS, 2000, p. 149). O corte temporal foi influenciado pela re-emergência do movimento homossexual após a epidemia de Aids e a seleção dos folhetins eletrônicos foi em detrimento de se encontrar entre seus/suas personagens indivíduos publicamente homossexuais.

A visibilidade da homossexualidade se diferencia nas telenovelas da Rede Globo de televisão. Alguns fatores também devem ser levados em consideração: o horário de exibição, a orientação sexual do autor ou o seu grau de envolvimento com a temática, o maior ou menor grau de intervenção do mercado e acima de tudo os números da audiência.

Os personagens homossexuais veiculados foram apresentados sobre duas matrizes basicamente: a primeira matriz encontrava-se na divulgação de uma homossexualidade já conhecida pelos/as personagens que interagiam na trama, justamente devido aos estereótipos que assumiam. Neste caso, os/as personagens homossexuais eram apresentados/as pelas frustrações nas expectativas de papéis de gênero, eram elas marcadamente exibidas na estratégia de estabelecer o tom cômico.

Observamos que em telenovelas como *Barriga de Aluguel* (PEREZ, 1999) e *Desejos de mulher* (MARINHO, 2002), a homossexualidade foi o fio condutor do humor, sendo apresentada em modelos que exaltaram a ridicularidade e destacaram a excepcionalidade quando comparadas à sexualidade normativa: heterossexual.

Outra matriz da exibição situava-se na revelação pública da orientação sexual através dos meios de comunicações (programas de comentários das telenovelas e jornais), mas na invisibilidade entre os personagens que protagonizavam a telenovela. Neste caso, a trama desenvolvida pelo personagem homossexual foi atravessada pela curiosidade das demais figuras dramáticas que especularam, desconfiaram e questionaram a sua sexualidade.

O protagonista da trama da revelação vivenciou em todo o desenvolvimento da telenovela os impasses e desejos de tornar pública a sua homossexualidade. A invisibilidade o fazia ficar suscetível a dor e ao sofrimento. Neste sentido, a hibridização entre a divulgação e os retornos dessa visibilidade, provocaram inúmeras especulações, também sendo dividida basicamente em duas matrizes:

1. O preconceito, sempre reconhecido pelos autores nas retratações homossexuais, levou o personagem que está sendo questionado ao sentimento da dor e do sofrimento devido a não ocupar as expectativas de gêneros. A angústia provocada na figura dramática, se por um lado era diretamente veiculada a irracionalidade do preconceito, por outro, era a sustentação da rede de solidariedade, conforme observamos em *Mulheres Apaixonadas* (CARLOS, 2003).

2. A ausência da solidariedade era assumida quando a homossexualidade do protagonista da revelação era foco do sofrimento de terceiros, como foi o caso de personagens casados em relacionamento heterossexuais. Na telenovela *Da Cor do Pecado* (CARNEIRO, 2004), o personagem homossexual assumia lugar estratégico de poder, o que lhe tornava sujeito às inimizades. Neste caso, a solidariedade ao sofrimento do personagem foi substituída pela chantagem. Mesmo com o fato de o personagem chantageado manter relacionamento heterossexual e estar casado, portanto, vivenciando o desejo bissexual, o que observamos foi que o casamento heterossexual foi uma estratégia para manter invisível o desejo pelo mesmo sexo, enganando, portanto, a esposa.

Mesmo quando não visibilizada no corpo com as frustrações de papéis de gênero, a descrição narrativa que revela a homossexualidade do indivíduo nas telenovelas, são amplamente difundidas com a utilização

de recursos externos ao folhetim. Os jornais nas sessões de telenovelas anunciam a entrada do personagem homossexual evidenciando a excentricidade na narrativa das "normalidades".

Os telespectadores acompanham os resumos da semana nas sessões de telenovelas publicadas nos jornais de domingo. Por se tratar de síntese, são previamente noticiadas as excepcionalidades: brigas entre personagens, traição de casais, assassinatos... e a angústia do personagem homossexual.

A figura dramática foi caracterizada pela busca da sociabilidade, aceitação e/ou ocultação, mas em sua maioria, nos casos observados, se configurou como indivíduos que se desenvolveram de modo a buscar a paixão de um/a companheiro/a que iria estar ao seu lado enfrentando as dificuldades.

Segundo Andrade (2002, p. 108),

as representações de gays e lésbicas na sociedade brasileira apontam para um indivíduo atomizado [...] sem um parceiro [...] reforçando a associação homossexualidade/sexo, marcando a imagem de uma impossibilidade de relação de amor e a impossibilidade de uma relação duradoura,

o que são reforçadas pelas telenovelas em que se desenvolveram personagens que priorizaram a dor e, em alguns casos, a solidão. Portanto, a identidade sexual, devido a dor e solidão, passou a ser o eixo central da participação do personagem na trama, outras identidades (feminina, negra, pobre, rica entre várias outras que compõem os indivíduos) foram preteridas.

O personagem homossexual nas telenovelas foi marcado pelo antagonismo de viver publicamente sua sexualidade e o cuidado com a possível rejeição que podia sofrer. Toda a trama se desencadeava de modo que os/as telespectadores acompanhassem capítulos por capítulos o sofrimento do personagem excêntrico. Sua aceitação pelos telespectadores foi monitorada pelo autor que definia sua permanência ou eliminação, como foi o caso das personagens lésbicas em *Torre de Babel* (ABREU, 1998). No entanto, destacamos que a exibição da homossexualidade nas telenovelas foi

estrategicamente calculada de modo a polarizar as discussões e divulgar a trama.

A hibridização foi o fio condutor dos personagens homossexuais. A força política do desejo ora provocava a visibilidade e, em outro momento, em decorrência da ação, alimentava o preconceito e a violência. Portanto, as homossexualidades mesmo pluralizadas nos espaços midiáticos foram atravessadas pelo sofrimento provocado pela sexualidade não hegemônica.

O sofrimento se configurava no meio encontrado pelos autores para visibilizar os personagens homossexuais, sem os estereótipos da frustração das expectativas de papéis de gêneros, de modo que a permanência dos personagens fosse aceita pelos telespectadores, como em *Próxima Vitima* (ABREU, 1995) e *Mulheres apaixonadas* (CARLOS, 2003).

Independente das imagens das homossexualidades veiculadas nos meios de comunicação, observamos a diversidade decorrente, sobretudo, a partir dos anos noventa, dessas representações. Essa diversidade pode ser explicada pela curiosidade identificada pelos autores nos telespectadores com o cotidiano dos indivíduos que não se enquadram nas expectativas atribuídas aos gêneros.

O modo de vida homossexual, neste sentido, estaria fora do universo do conhecimento público, despertando quando exibido, a curiosidade e audiência quase sempre garantida. A excentricidade homossexual se, por um lado denuncia sua limitação de espaço, por outro, o garante a possibilidade de ocupar outros espaços, como é o caso dos meios midiáticos.

No entanto, destacamos que a excentricidade homossexual, explorada nos meios midiáticos, alteraram-se ao longo da veiculação das telenovelas no Brasil. Se as exibições inicialmente limitavam-se à personagens cômicos demarcados pelas frustrações de papéis de gêneros, após Sandrinho e Jefferson em a *Próxima Vitima* (ABREU, 1995), os estereótipos foram substituídos inicialmente pela dor, mas com um final feliz.

Os deslocamentos dos sujeitos homossexuais pela trama narrativa das telenovelas foram divulgados pela verbalização e/ou expressão corporal. O corpo foi o espaço por excelência dessa visibilidade limitada pela falta de expressão afetiva. A ausência de beijo homossexual em mais de cinquenta anos

da História das telenovelas dividiu a sua visibilidade em duas estruturas narrativas:

1. No corpo sempre masculino, o indivíduo foi retratado em uma expectativa humorística.

2. Sem as marcas dos estereótipos, a visibilidade homossexual foi representada nas telenovelas pelo espectro da dor e do sofrimento, como estratégia utilizada pelos autores para a aceitação pelos/as telespectadores/as dos personagens.

O que verificamos foi que as imagens dos indivíduos homossexuais foram reeditadas e reinventadas a cada exibição, o debate em torno da visibilidade permitiu um eterno movimento de expansão e retratação das projeções exibidas nas telenovelas.

O que quero, desta vez, é não-polêmica [...] Portanto, em "Senhora do Destino", vai ser como é na vida. As parceiras da novela levarão suas vidas como levariam se fossem reais. Claro que, aqui como lá, elas enfrentariam dificuldades, mas nenhuma delas seria tão mais difícil do que as dificuldades habitualmente enfrentadas por parceiros heterossexuais (SILVA, 2004, p. 21).

Dado ao tom humorístico das telenovelas exibidas às 19 horas na TV Globo, as representações estereotipadas da homossexualidade feminina fortemente veiculada ao universo masculino não garantiriam o tom cômico. Ao homem foi atribuída a seriedade de suas ações e a racionalidade de seus pensamentos. Neste sentido, a razão e a seriedade não podem fazer parte correntemente do riso (ALBERTI, 1999).

Os estereótipos correntes em torno da homossexualidade masculina foram fortemente explorados. As exibições foram veiculadas através de homens marcadamente representados por acessórios, roupas e posturas que negavam a imagem padrão da masculinidade. A própria cor das roupas sempre em tom vermelho ou rosa evidenciava a revelação pública imediata de uma homossexualidade que tinha como papel central o estímulo ao riso.

Observamos, que a veiculação de personagens homossexuais fortemente marcados pela frustração de expectativas de papéis de gênero foi recurso corrente nas exibições das telenovelas das sete em decorrência da forte oscilação de audiência que o horário vivenciou desde da década de noventa.

O ano de 1995 foi visto por muitos ativistas homossexuais como o divisor de águas.

*No que tange as visibilidades das personagens homossexuais nas novelas, sem sombra de dúvida, elas podem ser divididas entre antes ou depois de Próxima Vítima (Cláudio Nascimento – 33 anos).*

A conjuntura pareceu fornecer elementos para a exibição de um personagem que fugiu dos trejeitos e troca de papéis de gênero correntes na visibilidade homossexual. A corrida pela audiência pôde ser garantida por uma exibição excêntrica, mas sem estereótipo. Em *Próxima Vítima* (ABREU, 1995), o ponto inicial foi o relacionamento extra-conjugal entre Marcelo (interpretado por José Wilker) e Ana (interpretada por Suzana Vieira), com quem teve três filhos. Entre os filhos do casal (Ana e Marcelo), Sandrinho (interpretado por André Gonçalves) era o mais novo. Estudante de Direito foi na faculdade que conheceu Jefferson (interpretado por Lui Mendes), um rapaz negro de classe média, filho de Fátima (interpretada por Zezé Motta) e Cleber Noronha (interpretado por Antônio Pitanga). A narrativa que revelou a homossexualidade nesta telenovela vem acompanhada de dois novos sub-temas: o relacionamento homossexual e inter-racial entre dois homens.

[...] O envolvimento entre os dois rapazes causou grande impacto sobre os telespectadores, ainda mais porque um é negro e outro é branco [...] (DICIONÁRIO DA TV GLOBO, 2003, p. 52).

Foi o afeto existente entre os dois rapazes homossexuais que motivou a revelação familiar.



*Tive uma mistura de medo e curiosidade com a novela, temia que minha mãe percebesse as semelhanças existentes entre eu e Sandrinho. Acho que até então ela não desconfiava, não sei, mas, acredito que minha mãe achava que ser homossexual era ser cheio de trejeitos (Encontro de sexta-feira no GAI – “Oficina vendo-se na TV” -06/08/2004).*

A revelação da homossexualidade de Sandrinho para a mãe foi marcada por inúmeras dúvidas. As questões ligadas às expectativas de papéis de gênero eram presentes, o grande temor apresentado pela personagem de Suzana Vieira era quanto a masculinidade de Sandro, seu filho.

*Neste dia eu cheguei da escola mais cedo, na verdade queria faltar. Todo mundo já sabia por conta dos comerciais que Sandrinho diria para mãe que era gay. Sem ter desculpas para faltar, resolvi sair mais cedo da escola. Correndo, cheguei em casa, arrumei minha roupa, respirei fundo, fui ao meu quarto. Precisava disfarçar minha ansiedade, minha mãe não podia desconfiar. Hoje acho que ela nem desconfiava do meu interesse pela novela. Na verdade, acredito que era mais medo meu. De qualquer forma não podia deixar rastros. Sentei quando recomeçou a novela. Estávamos eu e minha mãe. Sandrinho de lado e Ana do outro na televisão. Meu coração batia tão forte que mal conseguia suportar a ansiedade, queria chorar com o Sandrinho (neste momento o entrevistado chora), não podia. Como eu iria justificar aquela emoção, precisava ficar forte e me fazer indiferente aquela cena. Olhava para minha mãe com medo de que ela percebesse algo semelhante entre eu e o personagem. Afinal, ele era gay, tinha 18 anos e eu também. O interessante é que quando assumi para minha mãe aos 23 anos, após a faculdade, ela fez a mesma pergunta que Ana fez para Sandrinho: “Você não vai usar vestido, vai?” (risos)- (Encontro de sexta-feira no GAI – “Oficina vendo-se na TV” - 06/08/2004).*

A telenovela foi festejada pelos homossexuais, *Sandrinho: a vingança gay no horário nobre da Globo* (SUI GENERIS, n. 6, out. 1995) foi título de capa

da maior revista de opinião que circulava nas bancas de jornais no Brasil voltada para os homossexuais.

E agora a novidade é André Gonçalves vivendo o Sandrinho na novela. Esse personagem inaugura o primeiro gay normal da história da televisão brasileira. Sua atitude positiva tem significado mais revolucionário que o tal namoro [...] Ele tem a força para se tornar um símbolo de massa. E a televisão, o poder de apresentar aos brasileiros comuns a história de um cara gay... gente boa, com família e namorado [...] (EDITORIAL. *Sui Generis*, n. 6 out. 1995, p. 2).

O sucesso de Sandrinho parece ter aberto a possibilidade de discussão da homossexualidade no horário nobre da Rede Globo de Televisão no ano de 1995. A homossexualidade masculina foi tema de dois episódios de *Você decide!*<sup>8</sup> Nos dois casos apresentados os espectadores tiveram que se posicionar contra ou favor dos personagens homossexuais. A posição dos telespectadores dos episódios de *Você Decide!* foi favorável aos personagens. Apesar ter se caracterizado como um programa de intervenção do público de classe média, já que a votação era por telefone, o episódio *Delicadeza*, exibido na Rede Globo em 27 de novembro de 1997, demonstrou o leque de aceitabilidade da homossexualidade sem estereótipos. Dos telespectadores que telefonaram e votaram 127.749 votos foram a favor do romance entre as meninas Renata (Maria Ribeiro) e Clara (Vanessa Cardoso) e 41.307 contra. O quadro desenhava a possibilidade de discutir a temática da homossexualidade feminina nas telenovelas do horário nobre.

Acho que existe um avanço na postura da sociedade, mas ele só se manifesta quando você cria uma conjuntura em que impõe como direito líquido e certo a liberdade de opção sexual de cada um (CARNEIRO, 1995, p. 10).

O estreante Floriano Peixoto foi uma atração à parte no papel do travesti Sarita Witt, que comoveu e divertiu os telespectadores em

---

<sup>8</sup> Programa de ficção escrito por Geraldo Carneiro e apresentado por Sérgio Chapelein. Os episódios eram apresentados após a exibição da telenovela das oito, em que os telespectadores, com o auxílio do telefone, votavam em duas opções para o final da trama.

*Explode Coração* (PEREZ, 1996). A homossexualidade assumiu no papel do personagem de Floriano Peixoto mais uma de suas identidades sexuais. Vale destacar que os personagens exibidos nas telenovelas apresentadas nos horários das 18 e 19 horas na Rede Globo, apesar de caracterizados com inversões de papéis de gênero, em nenhum caso, tratava-se de travesti.

Os cabelos longos e maquiagem forte de Sarita demarcavam sua identidade e a sua representação feminina. Pela primeira vez, na história das telenovelas um travesti era representado sem que sua atuação se limitasse ao humor grosseiro. O personagem de Floriano Peixoto também não fugiu das profissões ligadas ao universo das artes, que no mundo da dramaturgia parece oferecer a liberdade de expressão e as possibilidades cômicas que as atuações necessitavam para garantir a audiência.

Na noite e oculto atrás da cortina do palco, os sonhos de Sarita eram facilmente percebidos nas luzes que piscavam na casa de show onde trabalhava. A auto-percepção da sua aceitação era medida pela possibilidade de ouvir a platéia aplaudindo sua atuação no palco.

O tom humorístico nos levou a crer que as homossexualidades, se não verbalizadas nos periódicos e/ou visibilizadas nas frustrações de papéis de gêneros, correrão o risco de se ocultar privilegiando a hetero-normatização social.

No caso de Sarita, a narrativa que revelou a homossexualidade do indivíduo, se tornou desnecessária. O personagem desde o início visibilizou sua identidade travesti, confirmando para alguns a imagem corrente da homossexualidade: a troca dos papéis de gênero.

A rede de solidariedade de amigas esteve presente nos preconceitos em que Sarita, que por ser travesti passou. Sem laços familiares, o personagem de Floriano Peixoto buscou na amizade feminina o caminho para reconstituição das redes de afetos. O personagem foi bem aceito pelos telespectadores e na cena final, semelhante a Lulu (Eric Johnson), outro personagem escrito por Gloria Perez, em *Barriga de Aluguel*, Sarita terminou em cima do palco da boate.

Três anos após, em *Torre de Babel* (ABREU, 1998), a personagem Rafaela Katz (interpretada por Christiane Torloni) foi expulsa de casa pelo pai quando assumiu que era lésbica. Seus laços afetivos com a família foram rompidos e a personagem driblou as dificuldades iniciais e tornou-se uma empresária bem-sucedida ao lado de Leila Sampaio (interpretada por Silvia Pfeifer), com quem mantinha um relacionamento amoroso.

O abandono familiar presente na narrativa da personagem não a frustrou e nem a tornou carregada de dramas pessoais capazes de criar nos telespectadores sentimentos de pena. Diferentes de todas as demais personagens apresentados nas telenovelas, Rafaela e Leila, apesar das poucas carícias, o que demarcariam suas lesbianidades, não se apresentavam como personagens marcadas pela dor ou pelo riso. A identidade lésbica das personagens era apenas mais uma nas inúmeras existentes e, portanto, sua sexualidade era vivenciada de maneira cotidiana sem que isso viesse a despertar diferenciações grosseiras frente às demais identidades (mulher, urbana, branca, empresária e etc).

O rompimento com as imagens visibilizadas da homossexualidade na telenovela *Torre de Babel*, não agradou aos telespectadores. Liderados por D. Eugênio Sales da Arquidiocese do Rio de Janeiro, as personagens foram alvo de inúmeras críticas que oportunamente vieram a repercutir nos índices de audiência. Sendo mortas na explosão do *Shopping Center Tropical Tower*, cumprindo as exigências encabeçadas pela Arquidiocese.

As frustrações existentes em torno das mortes de Rafaela e Leila, deram lugar a visibilidade ocasionada por *Suave Veneno* (SILVA, 1999). O enredo central foi a briga pelo controle da fábrica de mármore de Waldomiro (interpretado por José Wilker), que acabou por assumir um foco coadjuvante no desenvolvimento da telenovela. No folhetim, a dupla de homossexuais foi interpretada pelos atores Diogo Vilela e Luiz Carlos Tourinho que acabaram por ocupar a atenção dos telespectadores.

Diogo Vilela acabou sendo a zebra da novela *Suave Veneno*, de Aguinaldo Silva. Longe do núcleo principal, o ator, como o esotérico Uálber, roubou a cena e

ofuscou até o galã da história, José Wilker, que vive o antipático Waldomiro [...] o primeiro lugar da preferência da audiência e ser alvo constantemente de polêmicas, Uálber virou capa de CD, que traz a trilha internacional da novela. Pela primeira vez, um personagem gay merece tal destaque (COLUNA RADAR, 1999, p. 14).

Na telenovela o tom humorístico foi dado pelas situações inusitadas dos personagens Edilberto (interpretado por Luiz Carlos Tourinho) e Uálber (interpretado por Diogo Vilella). A fórmula não se diferenciou: Edilberto, o secretário de Uálber, era um homossexual marcadamente estereotipado com os traços atribuídos às mulheres. As roupas coloridas e coladas no corpo deram o complemento aos seus jargões “abalou Bangu”, “que revertério” e “tô bege”.

A gente sempre trabalha com o que observa na vida. Até por ser quase uma caricatura, é uma leitura machista do homossexualismo. A gente foi imediatamente aceito por causa disto. Se o heterossexual assiste na novela a dois homossexuais, discutindo sobre amor, ele se identifica, mas ainda assim vai se incomodar. Agora se ele rir, é fácil de se identificar [...] Para as crianças viro o palhacinho da novela, porque as mães têm medo de falar: olha a bichinha. As pessoas mais velhas também adoram. Quando passo por um grupo de garotos, penso que vou ouvir coió, mas eles riem e falam: “abalou Bangu” (TOURINHO, 1999, p. 23-24).

Já Uálber, viveu entre a revelação de sua homossexualidade para Maria do Carmo (interpretada por Eva Todor), sua mãe e a eterna briga com Genival (interpretado por Jorge Dória), seu pai. Sua trajetória ganhou a simpatia dos telespectadores, seu sofrimento ocasionado pela paixão não correspondida por Leonardo (interpretado por Mateus Rocha) e a paranormalidade descontrolada deu o tom de humor que garantiu a aceitação do público.

No dia 02 de setembro de 1999, Uálber decidiu revelar sua homossexualidade à mãe. Em uma cena de forte teor dramático auxiliado pela música instrumental, os personagens dialogaram por 9 minutos e 20 segundos, sem a interrupção de nenhum outro personagem. O teor dramático foi marcado por lágrimas e posições firmes de ambos lados. A narrativa da revelação foi

finalizada com um forte apelo afetivo. O companheirismo existente na relação familiar entre os personagens de Diogo Vilela e Eva Todor superou as frustrações e expectativas que durante anos ocultou a homossexualidade de Uálber.

As cenas protagonizadas por Uálber e sua mãe Maria do Carmo trouxeram para a discussão vários dos elementos que também tramitam no imaginário social, sobretudo, das camadas populares. Partindo do que foi dado e hegemônico: a heterossexualidade produtiva, a homossexualidade de Uálber foi obrigada a negociar com várias de suas representações correntes: anormalidade, pederastia, doença, feio, errado e rejeição.

Apesar da singularidade das experiências vivenciadas sobre a revelação familiar da homossexualidade, os relatos hegemônicos ouvidos junto aos freqüentadores do GAI, caminhavam em torno da negociação entre o que é público e hegemônico em torno da homossexualidade e a forma particular de ver e viver a sexualidade homossexual.

Quatro anos após Uálber e Edilberto em *Suave Veneno*, e tendo se restabelecido da rejeição de Rafaela e Leila em *Torre de Babel*, as lésbicas foram subtemas desenvolvidos em *Mulheres Apaixonadas* (CARLOS, 2003). A trama central da telenovela era a história de Helena (interpretada por Christiane Torloni), que após muitos anos de casamento com o músico Téo (interpretado por Tony Ramos), impulsionada por memórias e histórias do passado que ainda estavam latentes, começou a questionar se era feliz ao lado de Téo. Helena era professora de História e trabalhava como diretora na Escola Ribeiro Alves, propriedade de seu marido e da sua cunhada Lorena (interpretada por Suzana Vieira).

Foi na Escola Ribeiro Alves que Clara (Alinne Moraes) e Rafaela (Paula Picarelli) se conheceram e de uma amizade forte e intensa, as personagens se perceberam mulheres apaixonadas. A paixão foi alvo de duas grandes adversárias: a mãe de Clara e a colega de escola Paula, o sofrimento tão presente nas narrativas das homossexualidades nas telenovelas novamente foi pano de fundo para visibilidade da paixão das personagens. As personagens de

Clara e Rafaela não eram marcadas por trejeitos ou ridicularizadas com falas que visibilizassem suas privacidades.

Os acontecimentos ocorridos em *Mulheres apaixonadas*, premiada na 3ª Edição do Prêmio Arco-Íris de Direitos Humanos, mobilizaram a opinião pública. O fenômeno era observado pela publicidade da temática na televisão. No mês em que as personagens homossexuais voltavam-se para a possibilidade de morar juntas, a temática foi abordada em 01 hora, 05 minutos e 51 segundos, nos canais televisivos<sup>9</sup>.

[...] Acho que a polêmica em torno dos romances homossexuais nas novelas é sempre meio fabricada. Acho, mais ainda, que esse tipo de romance algumas vezes é colocado nas novelas com esse objetivo: despertar polêmica, discussão e notícias na mídia [...]  
(SILVA, 2004, p. 21).

A narrativa em torno do preconceito existente contra a homossexualidade foi marcada em todo o desenvolvimento do folhetim eletrônico. No entanto, se de um lado existia o preconceito protagonizado pela mãe de Clara e pela colega Paula, de outro, coexistia uma forte rede de solidariedade à relação afetiva das personagens lésbicas.

O sofrimento provocado nas duas adolescentes ganhou a simpatia do público. Era comum ouvir nas rodas de senhoras, adolescentes na escola, entre os freqüentadores do Grupo Arco-Íris os comentários sobre os últimos acontecimentos trazidos nos episódios anteriores. O sentimento em torno da trama ganhou corpo entre os freqüentadores, com a possibilidade das duas meninas se beijarem na boca na telenovela.

A necessidade de um beijo, mesmo que rápido era o que os/as freqüentadores/as das reuniões de convivência de sextas-feiras do GAI desejavam. Havia torcida pelo casal de lésbicas e pela possibilidade de um relacionamento sem o final trágico como foram visibilizados nas telenovelas

---

<sup>9</sup> Globonews: Jornal das 10 (03/08), Sem Fronteiras (07/08); Rede Globo: Bom dia Brasil (04/08), Fantástico (10/08); TV Bandeirantes: Jornal da Band (04/08); CNT: JN do Meio Dia (04/08); TV Futura: Sala de notícias (29/08). Maiores informações; empresa Link TV: multimedia clipping.

anteriores. Em 1974, na telenovela *Rebu*, de Bráulio Pedroso, Conrad Mahler (interpretado por Ziembinsky) matou uma mulher que paquerava o seu namorado Cauê (interpretado por Buza Ferraz). Glorinha (interpretada por Isabel Ribeiro) que era casada com Conrad ficou decepcionada com o marido e virou lésbica no fim da novela, fugindo com Roberta (interpretada por Regina Viana). Narrativa escatológica também ocorreu em 1988, na telenovela *Vale Tudo* de Gilberto Braga, Laís (interpretada por Cristina Prochaska) e Cecília (vivida por Lala Dehenzelin) não tiveram um relacionamento tão interessante. Meio apagadas e apáticas foram separadas pela morte de Cecília. A personagem Laís, no final da novela, ficou com a personagem de Bia Seidl (FERNANDES, 1992).

Na última cena as personagens Rafaela e Clara interpretaram a cena de morte do casal heterossexual no clássico "Romeu e Julieta" de Shakespeare. O beijo frustrou os frequentadores do GAI, a expectativa era que as duas meninas se beijassem como mulheres e não assumindo uma representação heterossexual. No entanto, o beijo protagonizado pelos subpersonagens "Romeu e Julieta", foi o comentário dos jornais no dia seguinte. Os papéis assumidos pelas personagens lésbicas passaram a ser versões mais cotidianas que foram consumidos até então pela sociedade.

Mesmo o mais sofisticado dentre nós encontra componentes de seu "conhecimento" que deriva em parte, ou mesmo totalmente de representações ficcionais. Poucos dentre nós já esteve num presídio ou num tribunal [...], no entanto, todos nós possuímos imagens e informações sobre esses lugares [...] desse modo no Brasil, muitos heterossexuais, se solicitados a descrever um bar gay, provavelmente recorrerão a imagens originárias da televisão (ANDRADE, 2002, p. 135).

As constituições das identidades sejam elas homossexuais ou não são atravessadas pelas imagens que são trazidas internamente pelos indivíduos e possuem papéis preponderantes nas (re) produções e/ou elaborações de valores a serem empregados socialmente. Apesar de reconhecer que as identidades são influenciadas pelas forças subjetivas internas ao indivíduo, não



devemos esquecer o poder que as regras e normas sociais exercem sobre o resultado “final” da identidade. Os valores das imagens midiáticas são de extrema importância, quando pensadas como um dos primeiros contatos de indivíduos com os códigos culturais homossexuais.

No caso da TV [...] ela não leva a ver nem a compreender os acontecimentos na especificidade própria (histórica, social e cultural), mas os expõe a todos indiferentemente segundo idênticos códigos, que surge ao mesmo tempo como estrutura ideológica e como estrutura técnica - isto é, no caso da TV, o código ideológico da cultura de massas [...] e o modo de corte e de articulação do meio de comunicação impõem determinado tipo de discursividade, que neutraliza o conteúdo múltiplo e móvel das mensagens (BAUDRILLARD, 1970, p. 150).

Mas, é inegável que a presença da homossexualidade nos meios midiáticos contribui para uma alienação cotidiana e, portanto, a retirada da excentricidade. Se por um lado a estigmatização durante anos foi uma das visualizações que contribuíram para a identificação da homossexualidade; por outro, muito influenciado pela diversidade e ampliação da visibilidade proporcionada pelo movimento social e atrelada à relação que o autor da telenovela tem com a temática, emergiu a necessidade de demonstrar personagens homossexuais “reais”, sem a polêmica da dor ou sofrimento. Foi o que visualizamos na telenovela *Senhora do Destino* (SILVA, 2004).

O ex-ativista gay, Aguinaldo Silva, em *Senhora do Destino*, criou dois casais homossexuais: as lésbicas Jennifer (Bárbara Borges) e Leonora (Mila Christie) e o bissexual Turcão (Marco Veloso) e o gay Ubiraci (Luiz Henrique Nogueira). Vários componentes novos foram apresentados. O casal de lésbica, diferente de todos os demais apresentados nas telenovelas brasileiras, foi apoiado pelos membros familiares, mesmo quando esses apresentavam os estereótipos da desinformação e criminalidade (Geovani- personagem interpretado por José Wilker) ou da severidade (Sebastião- personagem interpretado por Nelson Xavier). As personagens lésbicas foram gradualmente sendo aceitas pelos telespectadores.

Sem se submeterem aos desejos familiares e almejando vivenciar os entrelaces de uma vida conjugal, inclusive adotando um filho negro que fora abandonado por uma mãe heterossexual em um latão de lixo, Jennifer e Leonora garantiram o espaço na telenovela. No entanto, vale sinalizar alguns pontos que diferenciaram as personagens das demais. Desde o início da divulgação do casal de lésbica, a atriz Bárbara Borges periodicamente pousou em trajes de banho ou nua em diversas revistas masculinas e jornais populares, a exemplo da Revista mensal Playboy de fevereiro de 2005. Acreditamos que a exacerbação pública de sua feminilidade foi usada para desvincular a personagem lésbica da figura pública da atriz.

Outra novidade foi o fato de haver dois casais com parceiros do mesmo sexo. Além do casal de mulheres lésbicas, um outro de homens, sendo Ubiraci (Luiz Henrique Nogueira), gay e Turcão (Marco Veloso), bissexual. Os personagens masculinos viveram basicamente no barracão do Grêmio Recreativo Unidos de Vila São Miguel, aonde Ubiraci era carnavalesco. A novidade não se encontra em Ubiraci, seu personagem não fugiu dos estereótipos da frustração de papel de gênero marcadamente presente nos traços, mas residiu no fato de que seu personagem não vivenciou a angústia e solidão, presentes em outras narrativas (*Barriga de Aluguel, Pedra sobre Pedra* entre outras).

Inicialmente tímido, com poucas falas na telenovela, o personagem do ator Luiz Henrique Nogueira, garantiu espaço para viver a sexualidade e o par romântico com o bissexual, profundamente masculinizado e fisiculturista Turcão, juntos garantiram o tom cômico da telenovela.

O fato foi que na telenovela *Senhora do Destino*, os personagens puderam interagir sua orientação sexual *sem ser dissecadas como fossem duas libélulas cristalizadas, séculos atrás, numa placa de âmbar, mas como pessoas de vida contemporânea e - é terrível que ainda seja assim, mas essa é a palavra - normal* (SILVA, 2004, p. 21).

A projeção homossexual nos meios midiáticos sempre foi atravessada por inúmeros interesses (econômicos, ativistas entre outros), mas indiscutivelmente foi através da mídia que muitos adolescentes passaram a ter

contato com a imagem homossexual e tiveram a possibilidade de re-significar sua imagem e adaptá-la as suas reais condições.

# CAPÍTULO

## ENTRE A VISIBILIDADE TEMÁTICA E A OCULTAÇÃO: A SITUAÇÃO DO/A HOMOSSEXUAL NA ESCOLA

### OS SENTIDOS QUE IDENTIFICAM E DELIMITAM OS ESPAÇOS

Foram com os sentidos que certo dia passando pelo corredor decorado com cores masculinas e femininas da escola, ouvimos a professora da 2ª série que pinta de rosa ou vermelho as atividades das meninas e azul as dos meninos, relatando a experiência que havia tido com seus filhos. Logo perguntou aos seus alunos e alunas se tinham contato com crianças recém-nascidas, a pergunta tinha a estratégia de conduzir a aula de modo a introduzir o tema sobre os sentidos (audição, visão, olfato, tato e gustação). Após os relatos fixou na parede uma mão: o tato; um ouvido: a audição; uma boca: a gustação; um nariz: o olfato e por último um imenso olho: a visão.

O olho era proporcionalmente maior que os demais sentidos. Nos equivaleria dizer que no imaginário da professora, o olho assumia um posto de destaque sobressaindo aos demais sentidos. Obviamente, os limites do corpo físico no meio ambiente não são conduzidos somente por um dos cinco sentidos. A tarefa é desenvolvida pela junção de todos os limites que o tato, a audição, a gustação, o olfato e a visão nos permite, em estado saudável, conhecer.

Os sentidos são os que identificam, avaliam e estabelecem a aproximação e os limites entre os sujeitos. No entanto, são os olhos que se sobressaem na tarefa da identificação, mesmo para os cegos, correntemente são atribuídas ao tato as tarefas dos olhos, não por menos que correntemente ouve-se dos deficientes visuais frases como: *minhas mãos são os meus olhos*.

Na visão a identificação é feita pela íris, a parte colorida do olho, que fica atrás da córnea (é vista porque a córnea é transparente). A íris possui em seu centro um orifício chamado pupila, conhecida popularmente como "menina do

olho". A pupila é responsável por regular a entrada de luz e se contrai em ambientes iluminados e dilata-se no escuro. A luz estimula a retina (camada mais interna do olho) que formada por receptores especiais sensíveis à luz, transformam os estímulos luminosos em estímulos nervosos, sendo levados para a parte do cérebro onde se processa o fenômeno de "formação de imagens".

As imagens são formadas em cores masculinas, femininas e assexuadas. Sendo essas utilizadas inclusive para nomear a autoridade. Quem nunca ouviu falar que azul é a cor da força? Talvez por isso seja uniforme dos militares. No interior das expectativas, ao homem de respeito às cores vermelho, rosa entre outras, não são recomendadas, podem suscitar dúvidas. As dúvidas são também, elementos provocados na construção das imagens, são elas levadas ao cérebro pelo olhar e automaticamente nos remetem às representações cotidianas. Conforme podemos observar no trecho da música a seguir:

Se tu quer uma gatinha e que ela não te traia, ela é  
quase mulher, eu estou falando da lacraia. Vai lacraia  
[...] Mc Serginho.

Mc Serginho e o personagem Lacraia, representada pelo bailarino Wolpy Jonnes, tornaram-se conhecidos nas rádios cariocas. Apresentando-se inúmeras vezes nos programas televisivos, as fronteiras da dupla romperam os limites do Estado do Rio de Janeiro. A televisão e as ondas eletromagnéticas das rádios foram espaços conquistados pelo próprio apelo popular. O sucesso os fez recordistas, ganhando o disco de ouro pela venda de mais de 100 mil cópias. Oriundos da favela do Jacaré, Zona Norte do município do Rio de Janeiro, os passos coreografados com os braços para cima em movimentos circulares, contrastantes com o movimento da cintura e complementados com os pés, que ficam na ponta dos dedos, nos lembram os passos de um bailarino clássico. Nas festividades escolares quando permitido o ritmo musical funqueiro, os/as adolescentes emplacam em várias reproduções seriadas os passos construídos pelo bailarino Wolpy Jonnes.

Com a roupa colada ao corpo sempre com "cores femininas" e uma boina virada para trás, seu corpo rebola com tanta intensidade que se duvida da

existência de ossos, talvez seu pseudônimo tenha se originado da forma vibrante com que dança reproduzindo o já conhecido exemplar do homossexual. O modelo Lacreia de homossexual também dá lucro. Os vendedores ambulantes estendem suas esteiras no chão amarradas com cordas nas pontas a espera da simples repressão da autoridade azul da Guarda Municipal e comercializam os artigos que remetem à personagem Lacreia. Já outros vendedores, já autorizados pela burocracia municipal, armam suas barracas à espera daqueles ou daquelas que como a Lacreia usam a boina com a costura de cinco triângulos presos a uma pequena aba de modo que tenha uma caída para o lado, mas não deixando de demonstrar o contraste da pele negra com o cabelo loiro (linguagem corporal adotada pelos funqueiros no Rio de Janeiro) e o rosto pintado com uma maquiagem forte de modo que esconda as marcas da masculinidade.

Os bailes *funks*, as escolas de samba e as festas de rua são freqüentados pelas reproduções massificadas das Lacreias. Os homossexuais masculinos residentes nas favelas e freqüentadores das festividades massivas, como são os bailes funk's, encontraram na personagem Lacreia a forma de demarcar seus espaços e de visibilizar através do olhar do outro sua sexualidade. No entanto, a visibilidade da Lacreia permite a invisibilidade de outros segmentos homossexuais, sua imagem explorada pela mídia associa-se para muitos, sobretudo, as de camadas populares como a única forma de expressão da sexualidade homossexual. Em alguns aspectos, sobretudo no que tange a sexualidade, a necessidade de estabelecer o que é e como é feito, ainda, como no positivismo, continua sendo o meio utilizado para definir os espaços do indivíduo.

O que nos chama a atenção é que os limites entre os indivíduos salvos quando a vida está em risco, somente existe em função de resguardar um em detrimento do outro. Neste sentido, é como se estabelecesse uma fronteira invisível, mais forte e poderosa, capaz de dizer os limites que devem ser assumidos para que um dos lados não seja confundido e suas imagens não sejam associadas as do outro que se encontram na chancela da transgressão.

O limite não é seguro e forte somente porque coage um dos lados, mas, eficaz porque é internalizado por ambos. De um lado o hegemônico e poderoso, dito como o referencial, temendo a possível fragilidade da sua posição e da força que a classificação hierárquica lhe confere: a heterossexualidade. De outro, diante do poder e fragilizado pela possibilidade de vitimização legitimada, a homossexualidade. A ação da centralidade heterossexual se justifica se levarmos em consideração que as palavras, as imagens e o meio circulante dos indivíduos são capazes de afirmar sua confiabilidade na sociedade e no que tange a homossexualidade, ainda que o quadro tenha alterado-se, setores conservadores dos mais diversos espaços ainda insistem em desqualificá-los.

Quando uma criança quer ofender um colega os nomes mais usados remetem ao sujeito homossexual, a ação não se limita em agredir o outro, mas afastar de si a idéia da homossexualidade. Talvez nenhuma outra identidade possua tantas classificações: "Viado", "Bicha", "Sapatão", "Sandálinha", "Frutinha", "Boiola", "Égua", "Baitola", "Vera Verão", "Rogéria", "Lacraia"...

A força com que essas categorias intervêm são tão fortemente associadas aos indivíduos agredidos que chegam a substituir ou são agregados ao nome de batismo nas pichações dos banheiros, paredes e carteiras escolares: Fulano Boiola ou Beltrana Sapatão, etc. Não se trata em saber se o indivíduo agredido confirma na sua vivência cotidiana a orientação sexual homossexual, o objetivo é desqualificá-lo: "Seu viado!" e/ou "Vai Lacraia!".

Deste modo, diante da construção da individualidade, em que as crianças se inserem segundo Elias (1994), observar que os desejos possuem nomes e que alguns desses, remetem a imagens depreciativas são por si só eficientes na homofobia internalizada, afetando diretamente a auto-estima e o bem-estar subjetivo do indivíduo quando adulto.

O preconceito não é eficaz porque agride o corpo físico, suas classificações pejorativas quando internalizadas são capazes de estabelecer limites ao exercício da cidadania, justamente por levar o indivíduo à naturalizar os limites públicos de sua sexualidade.

Os espaços não vigiados pelo poder docente ou da guarda da ordem escolar são os privilegiados da discussão temática da homossexualidade. O banheiro, sobretudo, masculino, parece o espaço favorito da visibilidade discursiva das categorias agregadas à homossexualidade. Claro que da forma como é estigmatizada, está diretamente atrelada a categorias inferiores e degradantes (viado: quadrúpede, bicha: verminose, sapatão: objeto usado nos pés), ou ainda, destacam nas pichações o ápice da homofobia:



**A frase encontra-se pichada no banheiro masculino do 1º andar de uma faculdade pública de formação de professores do Rio de Janeiro. Pichação semelhante foi encontrada na faculdade de educação de outra universidade pública federal.**

O olhar e as imagens já assimiladas pelo outro, invisibiliza as sexualidades que não estão no interior das padronizadas. Nas invisibilidades ou normatizações de algumas imagens, seja heterossexual ou homossexual, a temática da sexualidade quando discutida nas escolas são quase sempre confundidas com o ato sexual e passam a ser tema quase que exclusivo das aulas de ciência ou biologia. Nessas aulas, a sexualidade se integra às funções do corpo biológico, das transformações físicas da puberdade, das relações sexuais, DST-Aids e neste caminho cabe falar das práticas sexuais: heterossexual, bissexual e homossexual. Novamente as temáticas que envolvem as práticas sexuais ganham visibilidade sem que os sujeitos que são pluralizados sejam protagonistas.

Conceituar sexualidade com o rótulo de sexo é a forma mais eficaz de trazer a discussão, mas não permitir a visibilidade dos sujeitos, além obviamente de manter o poder do saber docente. Se orientarmos a



constituição do indivíduo como fruto do meio, verificaremos que cada ser humano, dadas às singularidades de suas redes sociais e os desejos íntimos, irá se constituir como único, e, portanto, sua sexualidade também será única. Deste modo, podemos entender sexualidade como um conceito que envolve os comportamentos, os atos sexuais em si e as noções de masculino e feminino (PICAZIO,1998).

Ao nosso ver a sexualidade será resultado do diálogo entre as configurações biológicas, os desejos íntimos e os desdobramentos sociais. Desta maneira, existem tantas sexualidades quanto existem indivíduos no mundo. Assim, dado os limites do/a professor/a seria impossível dar respostas exatas e legitimadas pelo saber científico a todas as perguntas originadas nas inúmeras sexualidades. O único caminho observado por nós seria o da visibilidade das sexualidades dos sujeitos, no entanto, não existiriam respostas coletivas originadas no conhecimento científico do/a professor/a, essas seriam mediadas pelo docente, mas construídas pelo/a aluno/a.

No entanto, no cenário atual segundo Cortez e Souza (1997, p. 20),

a escola está certamente filiada a uma tradição iluminista que se fundamenta na idéia de que o conhecimento científico tem potencial libertador. No que tange a sexualidade, a escola não é herdeira da *ars erotica*, mas da *scientia sexualis* [...].

Para Foucault (1984), haveria duas formas de apropriação da sexualidade por saberes, via uma *scientia sexualis* e uma *ars erotica*. Enquanto para a última o prazer e a subjetividade encontram-se na agenda da discussão, para a anterior a narrativa seria conduzida pela cientificidade com ênfase na preocupação com a reprodução. Conforme observamos nos relatos dos freqüentadores e ativistas do GAI, no que tange a sexualidade, sua matriz discursiva nas escolas por onde passaram encontra-se, quando protagonizada pelos docentes, na *scientia sexualis*.

A cientificidade do saber biológico é utilizada para invisibilizar o/a professor/a que dá as respostas. As afirmações informadas não são oriundas de suas experiências, mas resultantes de dados confirmados pela ciência. O

que se ignora é que a ciência, com seu discurso e a sua prática, é resultante de um dado momento histórico motivado pelo interesse de uma dada sociedade, portanto, reflexo da cultura e, sobretudo, das relações de poder. Assim sendo, a reprodução de conceitos científicos isentas, de qualquer dado de problematização, somente serve para a subalternização dos/das alunos/as, à medida que não terão espaço para refletir sobre a origem, justificativas e objetivos do dado conhecimento científico e nem tampouco, a princípio, serão capazes de se entenderem, com o conteúdo. Concretizando o sentido etimológico da palavra aluno: sem luz.

Na verdade, seria incompreensível se a consciência de minha presença no mundo não significasse já a impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a História é o tempo de possibilidade e não de determinismo [...] (FREIRE, 1999, p. 21).

Outro caminho que não deve ser ignorado é o fato de que o discurso científico biológico presente cotidianamente na escola quando se trata de sexualidade e de práticas sexuais não cumpre as previsões dos temas transversais (orientação sexual) presentes nos Parâmetros Curriculares Nacional - PCN. Segundo os PCN a sexualidade deveria ser atravessada a todas as disciplinas do ciclo básico de formação (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Educação Física), *na medida em que sua matriz está no corpo e a percepção desse resulta das determinações sociais de várias ordens: econômica, política e cultural* (BRASIL, 1998, p. 318).

Se a primeira vista a biologização da discussão em torno da sexualidade nos parece equivocada, observando criteriosamente a força da religião judaico-cristã, sobretudo, nas regiões mais pobres, nos parece que foi o caminho

encontrado pelos/as professores/as na inclusão temática da sexualidade, quando realizada. A astúcia dos/as docentes direcionam as possíveis oposições religiosas, políticas ou familiares a um ser abstrato das Secretarias ou Ministério da Educação, à medida que as ações docentes são apenas resultantes das orientações estabelecidas pelos superiores.

Apesar da forma tímida, heterocêntrica e às vezes agregada a temas considerados polêmicos como aborto, virgindade, pornografia e prostituição, o que não favorece a inclusão dos sujeitos e acaba por reconhecer a excentricidade da homossexualidade, sua abordagem temática é garantida pelo PCN a partir da 5ª série. No entanto, se na oficialidade burocrática da República brasileira a educação cumpre seu princípio constitucional de laica, não é difícil encontrar nas escolas públicas referências à religiosidade cristã afixados nas paredes ou mesmo em santuários presentes nos refeitórios e salas de aula. A idéia de *coisa pública* presente no ideário republicano é privatizada pela individualidade representativa da fé cristã.



**Imagem obtida em uma unidade da Rede de Ensino do Estado/RJ**

Segundo Hobsbawn e Roger (1984), as sociedades ocidentais assistiram, a partir do final do século XIX, à criação de inúmeras tradições que em última análise tinham como eixo central a coesão social. As dinâmicas aceleradas que alteraram as formas tradicionais e obsoletas colocaram em pauta a necessidade de novas metas, novas formas de controle social.

O discurso científico possibilitou, em certo sentido, a emancipação da biologia e do saber médico das regras limitadoras da religião, mas quando se trata de educação, as configurações políticas da república brasileira apresentam características muito próximas da medievalidade, quando a Igreja

Judaico-cristã era a tutora da educação escolar e estabelecia o que deveria ser ministrado nas escolas.



*O diálogo entre as várias esferas do Poder Público Federal e o movimento homossexual se estabelece de forma muito diferenciada entre os Ministérios. Porém, a nossa maior dificuldade se encontra em estabelecer um caminho de combate à homofobia justamente no setor que considero mais*

*estratégico: a educação. Mesmo reconhecendo as especificidades administrativas da educação brasileira, é no Ministério da Educação que se estabelece as diretrizes que por ora invisibilizam a homossexualidade. Acredito fielmente que nossa dificuldade se encontra na profunda ligação da educação a CNBB e as Igrejas evangélicas (Cláudio Nascimento - 33 anos).*

O lugar sacralizado da escola também a projetou para o espaço das ações profiláticas e acima de tudo embrionárias do indivíduo para futuro. Os atos e o tempo são fundamentais para a educação escolar direcionar de maneira segura os indivíduos que nela permanece durante toda a infância e adolescência; todos a princípio, preparados para assegurar o desenvolvimento da sociedade.

Para os indivíduos homossexuais que observam e internalizam a importância da educação escolar, seus anos de escolaridades serão atravessados pela capacidade de driblar, ocultar ou mesmo vivenciar as agressões sofridas em detrimento da orientação sexual diferenciada. Os homossexuais camuflados estão cotidianamente na escola e transformam esse lugar estamental em espaço plural em que interagem cotidianamente vários indivíduos vivos, de carne e osso, com suas histórias, preferências e singularidades, em sua maioria visibilizando, quando julgam necessário e possível, a homossexualidade.

Obviamente, que em alguns momentos sem que seja premeditado no planejamento escolar, o discurso heterocentrista é fragilizado por alguém

disposto com seu corpo e fala a desestabilizar as imagens predominantes na sala de aula.



*A aula era sobre homossexualidade. Algumas coisas que eu estava ouvindo me incomodaram [...] tudo que falavam girava em torno dos travestis. Que eles ficavam de bunda de fora na Glória (reduto de prostituição no município do Rio de Janeiro). Não consegui ficar calado, levantei o dedo e comecei a falar:*

*Olha aqui! Eu sou homossexual e posso dizer que a homossexualidade não é nada disso. Disse um monte de coisas que não me lembro com detalhes, eu estava nervoso e quase cego, mas direcionei e bombardeei todo mundo. As pessoas ficaram me olhando com uma cara de assustado. O fato é que me senti tão aliviado [...]* (Otávio, 24 anos).

Em tratando-se de seres humanos é preciso ter claro que as primeiras identidades observadas (sexo, cor de pele entre outras) são apenas uma das inúmeras que os indivíduos nas dinâmicas escolares e mais amplamente nas relações sociais irão acumular ao longo de sua formação individual.

Sabemos que a realidade escolar dificulta a compreensão dos/as professores/as das subjetividades de seus inúmeros/as alunos/as, massificando-os em uma primeira abordagem, mas

é preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes, entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado, forma-se e forma ao ser formado (FREIRE, 1999, p. 25).

Acreditamos que se internalizado e adotado na práxis cotidiana docente o exercício da formação contínua, será possível driblar a massificação presente na sala de aula provocada pelo número excessivo de alunos/as, além de permitir que a escola seja um espaço de exercício para os indivíduos de consciência de si e do mundo, resultando na prática da cidadania.

Internalizar a compreensão de que a sala de aula é um espaço de formação e que todos os sujeitos que nela atuam possuem conhecimentos é o único caminho observado por nós para que absolutamente todos aprendam aprendendo e aprendendo percebam que as sexualidades, como os seres humanos que as vivem na práxis, são pluralizadas.

No entanto, é preciso ter claro que as outras imagens somente são incorporadas de forma dignificante (sem degradação) nos espaços escolares quando o indivíduo ciente de sua imagem da diferença e disposto a fazer da sua visibilidade um ato político é capaz de exigir sua inclusão. A tarefa de visibilidade do sujeito homossexual na escola não nos parece um ato simples. O motivo para que a ampla maioria dos segmentos que compõem a escola se comporte de forma a ignorar a sexualidade é justamente os que os diferenciam.

## **PARADOXO DO ATIVISMO: A VISIBILIDADE PÚBLICA E A OCULTAÇÃO NA ESCOLA**

A ação hegemônica entre os ativistas e freqüentadores do GAI que se encontram na escola é justamente a da invisibilidade da identidade homossexual. À primeira vista a ação nos parece contraditória, à medida que os ativistas e freqüentadores assumem sua orientação sexual como papel político e de fundamental importância na ampliação dos espaços de convivência e de direitos. No entanto, se analisada cotidianamente e com a sensibilidade que o tema nos sugere, podemos apontar que a ação é motivada pelo medo.



*Não tiro fotos e nem me exponho na imprensa porque apesar de ser uma lésbica assumida me preocupo com os meus filhos que podem sofrer discriminação na escola quando seus colegas e professores souberem que sua*

*mãe é lésbica* (Heliana Hemetério, 53 anos - mãe de um casal de filhos).

Segundo Moraes (1990), o medo produz inibição, em termos mais simples, difere basicamente da raiva, o que poderia justificar a atitude imediatista narrada pelo ativista Otávio. Na raiva existe uma superestimação interna do organismo, isto é, o cérebro emite ordens que disparam hormônios que produzem acelerado batimento cardíaco e a disposição para a ação "agressiva" e impensável em situação em que não houvesse estímulos externos. Já no medo, dá-se uma inibição, vale dizer que o medo é letárgico e paralisa as ações dos indivíduos.



*Exigir a discussão da temática homossexual na escola é expor a identidade sexual dos pais das crianças e sujeitá-las aos preconceitos que a gente sabe que acontece na escola* (Jussara Bernardes, 53 anos - mãe de um casal de filhos).

É inegável que a atuação da Organização não negligencia a educação escolar, todas as reivindicações junto ao Poder Público são no sentido de garantir a visibilidade temática na escola e a segurança e permanência dos sujeitos homossexuais que nela se encontram. Entretanto, as ações de seus frequentadores e ativistas geram algumas perguntas: Por que não se assumir também na escola? Por que não verbalizar o desejo e fazer da diferença uma demarcação política?

Algumas considerações devem ser apontadas antes de respondermos com os relatos dos entrevistados as questões destacadas por nós. A unanimidade do medo como categoria para justificar a invisibilidade do indivíduo entre a ampla maioria dos frequentadores e ativistas do GAI, varia de acordo com o papel protagonizado cotidianamente na escola. Neste sentido, diferencia-se entre os professores/as, alunos/as e mães homossexuais.

## **A ESCOLA DO PRESENTE E A VIDA NO FUTURO: ONDE ESTÃO OS HOMOSSEXUAIS?**

Segundo Goffman (1985), a apresentação da individualidade está cotidianamente sujeita a avaliação do outro. *Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles* (p. 25). Ou seja, as ações do "eu" estariam condicionadas às necessidades que o indivíduo possui em estabelecer-se a partir do personagem capaz de alimentá-lo e sustentá-lo frente aos espetáculos sociais, justamente porque segundo o autor, as relações entre o "eu" e o outro seriam uma grande encenação, em que o sucesso dependeria da eficácia das interpretações.

Assim sendo, o indivíduo estaria, independente das circunstâncias cotidianas, interpretando, ou seja, sempre dispondo de uma máscara, nunca ausente de um recurso sobressalente que visibilize o "eu" desprovido, seja para ver-se no espelho ou para congregar com o outro nos espaços públicos, deste modo, seria a sua fachada a ocupar as demarcações do cenário social da cidade. O indivíduo mesmo quando sozinho graças a internalização das normas coletivas, mantém seu comportamento no interior das regras descritas pela sociedade, ou seja, as normas sociais constituídas anteriores a sua inserção no cenário social.

As formas desenvolvidas para as ações dos indivíduos e as exposições das suas mais variadas máscaras no cotidiano são imprevisíveis. Por mais que suas atitudes sejam estrategicamente calculadas, nunca se concretizam da mesma forma. Ao almoçar, jantar, trabalhar e estudar entre várias outras ações, os indivíduos as realizam de forma diferenciada se observarmos atentamente aos seus detalhes. Algumas dessas ações desenvolvidas nos espaços sociais (Igreja, Família, Trabalho, Escola entre outros) possuem núcleos de imagens que basta uma palavra oral para remeter os indivíduos automaticamente às ações desenvolvidas no seu dia-a-dia. Exemplo da afirmação são as imagens das escolas que se interligam diretamente a sala de aula e essa aos papéis desenvolvidos por professores/as e alunos/as. Por mais



diferenciadas que sejam as ações e sujeitos das ações, sempre se encontram imagens das expectativas a serem desenvolvidas pelos indivíduos nos mais diversos espaços sociais.

As expectativas se materializam como núcleo das imagens apresentadas e passam a se configurar como a representação da ação, as demais em que se encontram nos detalhes que diferenciam as escolas e os sujeitos que as compõem seriam as representações periféricas ou excêntricas, mas sempre tendo um referencial que é a imagem estabelecida como núcleo. Assim sendo, são elas construídas e reconstruídas no cotidiano.

Nosso objetivo é estabelecer um diálogo entre o núcleo das imagens estabelecidas entre as expectativas construídas para escola e os gestos do silêncio para esconder as diferenças construídos no cotidiano escolar, percebidos e relatados pelos ativistas e frequentadores do GAI para invisibilizá-los/as.

O cotidiano escolar nos recorda um grande espetáculo com excelentes atores e atrizes sempre prontos ao improviso diante de um personagem que errou a fala, trocou o nome, esqueceu a marcação no palco, entrou em cena antes da hora, chorou ou riu quando a platéia estava justamente fazendo o contrário. O mais interessante é que os papéis alteram-se em alguns momentos: os/as professores/as estão no palco e os/as alunos/as são a platéia em outro momento a platéia é ocupada pelos/as professores/as enquanto os holofotes são direcionados para os/as alunos/as. Ainda existe o terceiro momento, essa cena, ainda mais longa, os/as professores/as e alunos/as assumem um personagem na sala de aula. Todos passam a atuar.

Como no espetáculo teatral em que os papéis são predefinidos e os atores assumem seus postos segundo roteiros prévios, as ações dos indivíduos sejam professores/as ou alunos/as na escola, também são conduzidas com papéis pré-definidos em roteiros pré-esquematizados. Os planejamentos escolares incluindo conteúdo, recursos utilizados, objetivos e processo avaliativo sejam eles realizados ou orientados pelos livros didáticos estabelecem o roteiro executado na teatralidade escolar.

Os/As alunos/as e professores/as são estrategicamente organizados na sala de aula de modo que se cumpra o roteiro estabelecido. Caso os papéis a serem desenvolvidos na sala de aula sejam esquecidos por algum personagem indisciplinado quebrando a orquestração, dois caminhos podem ser adotados no improviso, afinal não estava previsto a indisciplina no planejamento: 1.º. Lembrá-los/as do seu papel e da importância do seu desenvolvimento satisfatório para o bem-estar da platéia (sociedade) que ansiosa espera que no futuro seja a realidade ainda melhor que no presente. 2.º Avaliando com os sentidos, definir que o ator não é "bom" e então excluí-los/a da encenação ou mantê-lo/a vigiado em um canto qualquer da escola. Afinal, para a burocracia escolar basta que ele/a esteja nas suas fronteiras.

Os espetáculos escolares com papéis predefinidos e lugares demarcados podem também começar assim: o sinal da escola toca, os/as professores/as levantam-se em direção da sala de aula aguardando os/as alunos/as que ainda se encontram no portão sob a segurança da rua ou dos responsáveis. Dos/as alunos/as que resolvem entrar na escola, alguns se direcionam às filas indianas divididas entre os meninos e meninas em ordem crescente, de modo que o professor/Inspetor possa com os olhos observar a disciplina de todos/as. Diferente da rua a responsabilidade sob os corpos e do pensamento, se possível, dos alunos e das alunas são repassados para os profissionais que atuam na escola.

Os alunos e alunas como, um "documento" semi-escrito, mais ainda, não assinado, freqüentam a escola de modo que os/as professores/as possam também como a família, a igreja e a mídia, disciplinar seus corpos e se possível orientar os seus pensamentos. Mas diferente das outras esferas disciplinadoras, a escola possui a legitimidade culta e científica do cargo de professor e a oficialidade burocrática do saber: o diploma. Óbvio, que alguns saberes não são assinados, esses se aprendem nos momentos livres entre uma encenação e outra e estão fora da burocracia escolar registrado nos diários escolares ou nos currículos legitimados pelas ferramentas necessárias para que os/as alunos/as possam conviver em sociedade e estarem preparados para o mundo do trabalho.

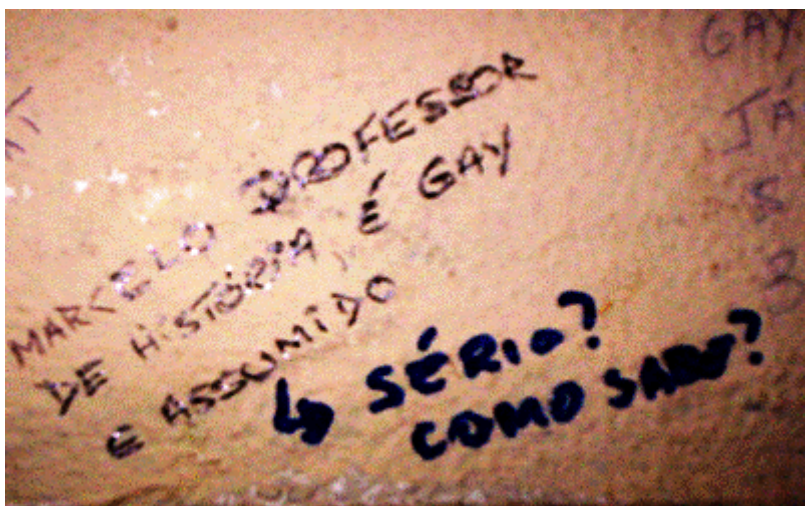
Os/as alunos/as deverão aprender com os/as professores/as. Todas as ações do momento são realizadas de modo que no futuro a realidade do presente seja garantida de forma a preservar ou melhorar o quadro atual, seja do/a aluno/a, da escola ou do país, é isso que se espera da escola e do bom professor/a, ou seja, que os anos de permanência dos/as alunos/as na escola possibilitem conteúdos e ferramentas para a vida.

O “bom professor” está do lado do nosso filho com o mesmo sentimento, bom, que nós temos. Por isso, a gente sabe que ele vai exigir que eles cumpram as tarefas, que eles sejam organizados e responsáveis, para que eles possam aprender. Afinal, é disso que eles precisam, não é mesmo? (PAI DE ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA Apud RANGEL, 1994, p. 20-21).

Diante do espetáculo encenado cotidianamente na escola que prepara os/as alunos/as para as suas mais diversas relações sociais, sempre pensado em uma perspectiva futura, já que no presente estamos todos/as aprendendo, o/a professor/a assume *a representação de um indivíduo que passa por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores a exercer alguma influência* (GOFFMAN, 1985, p. 29). Neste sentido, o/a professor/a acaba por assumir o papel referencial e, portanto, da responsabilidade sobre o/a aluno/a (RANGEL, 1994).

A acusação de que a responsabilidade atribuída ao/a professor/a não vem sendo cumprida de modo satisfatório dentro das expectativas dos pais e/ou responsáveis dos alunos/as remete ao/a professor/a homossexual o temor de que venha a ser responsabilizado ou acusado quando esse aluno ou aluna ainda na adolescência, venha a assumir-se homossexual. Já é sabido que a acusação não tem base real, no entanto, o constrangimento e vulnerabilidade que a ocasião pode proporcionar, acabam por limitar as ações de verbalidade da orientação homossexual do professor/a. O fato ganha ainda mais força se levarmos em consideração que os/as professores/as acreditam que os pais e/ou responsáveis dos/as alunos/as são homofóbicos e que, portanto, não desejariam um filho/a homossexual.

Outro dado apontado estaria presente nas relações de poder existentes dentro da escola. Neste sentido, dado aos estereótipos da homossexualidade e se entendermos que todas as relações são construídas em torno da disputa consciente ou inconsciente de poder (FOUCAULT, 1979), e que o lugar do poder não é estático. Os/as professores/as para não munir de ferramentas os/as alunos/as na disputa cotidiana pela força e controle da sala de aula preferem ficar no anonimato sem negar e nem tampouco assumir. Já é público, inclusive dos/as alunos/as que as diversas classificações remetidas sempre de forma pejorativa à homossexualidade possuem a tarefa de desqualificar o indivíduo e qualificar o sujeito agressor a um papel de superioridade.



**Fotografia obtida na porta do banheiro masculino de uma unidade de ensino/RJ.**



*Outro dia ouvi o aluno da 6.<sup>a</sup> série falar com outro aluno: olha o professor viado! Naquele momento preferi abstrair (Guilherme Silva – 35 anos).*

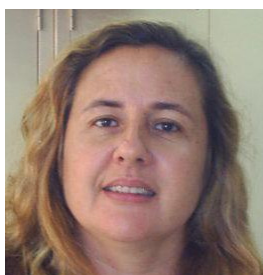
Ainda nas relações de poder mais amplamente nas instâncias de decisões formais da escola (conselho de classe), muitos/as professores/as preferem manter-se no interdito. Preferem não verbalizar por conta própria o que muitos já são capazes de ver, já que lhes foram fornecidas pistas e, nem

tampouco, negam as dúvidas que suscitam no imaginário curioso da escola. A atitude é legitimada pela frase:



*Nunca me perguntaram* (Marcio Alonso – 35 anos).

O interdito também é capaz de gerar incômodo. *Essa escola é anormal!* A afirmação foi realizada por um professor de história da escola do município do Rio de Janeiro na Zona Oeste da Cidade e foi motivada por outra experiência.



*...Fomos todos comemorar o aniversário de uma colega da escola e eu levei minha namorada. Eu não falei que ela era minha namorada, mas tenho certeza que todos sabiam que era... Outro dia, na sala de professores estávamos conversando e de repente o professor de história bateu na mesa e disse:*

*Nesta escola só tem sapatão e mal amadas. Por alguns segundos ficamos todos em silêncio. Sabia que se direcionava pra mim, mas preferi ficar em silêncio, foi uma colega que estava conosco, ela é hetero, que respondeu de imediato. — Pra você ver como você está em baixa, deve ser por isso que você está sozinho* (Marina – 40 anos).

A realidade da visibilidade homossexual do ativista que por ora é docente irá se diferenciar segundo sua relação empregatícia. Quando se trata de funcionário/a da rede particular de ensino, agregada a fragilidade do poder diante dos/as alunos/as existe o temor do desemprego. Os ativistas homossexuais docentes possuem medo de que diante da verbalidade de sua orientação homossexual, pressionados pelos pais ou pela possível imagem

negativa que a escola possa assumir, os/as chefes venham a despedi-los/as. O temor aumenta quando pensam que sua orientação sexual possa influenciar na procura por emprego, à medida que no magistério as ofertas de vagas são quase sempre preenchidas por indicação de colegas.

A dinâmica do capital inverte o jogo nas escolas particulares quando se trata de alunos/as homossexuais. O fato de serem os/as alunos/as consumidores da mercadoria/educação escolar, os/as protegem de possíveis agressões verbais e/ou inibem ações que destaquem alguma excentricidade do/a aluno/a por parte de professores/as e colegas de turma. Mas, nem por isso se garante que a escola venha a inserir a temática, seja de forma espetacularizada como ocorrem nas datas comemorativas dos índios (19 de abril), dos negros (20 de novembro) e das mulheres (08 de março) ou cotidianas como a escola trata seus rituais diários.

A negação dos sujeitos homossexuais retira a responsabilidade da escola em discutir um assunto que segundo a crença seria sensível e podendo provocar reações dos pais ou responsáveis. *O assunto não está na proposta pedagógica da escola*, afirmou a orientação pedagógica de um grande Colégio particular e construtivista do bairro da Tijuca/RJ, quando oferecida uma atividade orientada pelo Grupo Arco-Íris em parceria com a empresa Mix Brasil.

Na ritualidade teatralizada da escola o assunto homossexualidade, se não está nos roteiros escolares, é vista por esta como algo pertinente às encenações desenvolvidas nas relações familiares, ou seja, da ordem familiar e por ela deve ser abordada e tratada, caso julguem também necessário. Independente da procedência jurídica da escola, o fato de ignorar a temática e mais amplamente os sujeitos transeuntes que visibilizam sua homossexualidade, está inserido na estratégia de ocultá-lo das interpretações desenvolvidas nas escolas, à medida que a sua ausência no espetáculo escolar provoca a inexistência de dados de agressões. Além do fato de que exigiria do empregador a qualificação do corpo docente e de profissionais de apoio que como seres humanos estão carregados de solidariedade, mas também de experiências e imagens preconceituosas.

As pessoas que freqüentam a escola mantêm a teatralidade necessária para fazer dela um espaço de saber. O que seria da educação escolar se o/a professor/a cotidianamente afirmasse que não daria aula porque os/as alunos/as indisciplinados, com fome e sem o material minimamente necessário não os/as permitem desenvolver seu trabalho ou se o/a professor/a afirmasse que não daria aula porque no dia anterior foi agredido verbalmente pelo/a aluno/a em uma das inúmeras vezes em que ele/a, para manter o controle na sala, foi para o *front* afirmando em alto e bom tom: *Quem manda daquela porta para dentro sou eu.*

Se ao invés de professores/as fizéssemos o mesmo exercício com os/as alunos/as. Esses afirmariam que não assistiriam mais aulas, justamente por que estão cansados de assistir, querem na verdade atuar e desejam profundamente se observar no dito e nos vários conteúdos descritos cotidianamente na sala de aula.

Em algum momento no cotidiano escolar algum personagem retira a máscara prevista para o bom andamento do planejamento escolar. Na ocasião o ritual teatralizado é fragilizado. Mas o interessante é que mesmo retirando a máscara já descrita, outra é imediatamente posta no rosto, nunca é possível ver um indivíduo sem máscara nem quando ele está sozinho. A inserção do indivíduo na sociedade e, portanto, nas regras de convívio, são capazes de internalizá-lo sentimentos de controles das ações mesmo quando esse se encontra fora dos olhares de terceiros.

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra "pessoa", em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento de fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel [...] É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos (PARK, 1950 Apud GOFFMAN, 1985, p.27).

A relação entre professores/as e alunos/as e professores/as com professores/as parece-nos a mais teatralizada. Inúmeras pessoas que não

possuem vínculo sanguíneo ou grau de parentesco oficializado encontram-se cotidianamente na sala de aula. A ritualidade somente é possível quando todos se comprometem a cumprir o roteiro do espetáculo, já há tempo conhecido. No entanto, às vezes a ritualidade é quebrada, ouve-se no fundo risos ao simples mencionar do número 24.

O/a professor/a na praticidade diária substitui o nome de batismo por números ao verificar se o aluno ou aluna está na sala. O preenchimento do diário escolar é burocraticamente exigido, independente do momento que venha a ser realizado. Algumas orientadoras convencidas do constrangimento que o número 24 ocasiona, tentam de toda forma inserir nomes de alunas no respectivo número de identificação, a princípio, a integridade feminina não é afetada pela comparação com o número 24. Mas quando não ocorre, a risada é inevitável.

O/a professor/a, se sensibilizado, é capaz de perceber ao realizar o registro de frequência o quanto é traumático ver a masculinidade sendo remexida pela fragilidade deste registro. Observamos que os corpos se mexem a espera do número 24. Dois movimentos básicos são realizados, o da risada e o do encolhimento, a ação de reclusão é provocada diante das risadas coletivas.

Entre as imagens da masculinidade construídas e assimiladas sobre o papel do homem não cabe o número 24 - utilizado para classificar o quadrúpede veado no jogo de bicho - já que esse representa a frustração dos papéis de gênero.



*Tem um rapaz da turma que sofre, coitado! Nunca falei com ele, não sei porque... Não quero que aconteça comigo o que está acontecendo com ele. Na hora da chamada a galera cai na pele dele. O número dele nem é o 24 ... É só a professora mencionar o número que a galera logo fala: responde Paulo...*

*A professora não está nem aí, acho que ela age como se não estivesse entendendo o que está acontecendo... Não sei se ele é gay, mas todo mundo*



*diz que ele é. Outro dia Luan (namorado) foi me buscar na escola, neste dia, preferi sair sem me despedir de ninguém... Fomos para minha casa (Daniel – 17 anos).*

Algumas considerações devem ser destacadas quanto ao comportamento e convívio escolar do adolescente homossexual. A sua posição na escola está diretamente atrelada à eficácia de sua invisibilidade frente aos colegas de turma e aos professores/as. A capacidade de camuflar a sua identidade pode retirá-lo/a do rol dos/as alunos/as agredidos/as fisicamente ou verbalmente, porém, independente do sujeito conseguir com seu comportamento invisibilizar as frustrações de papéis de gênero, ainda assim, está sujeito às inúmeras limitações devido ao personagem heterossexual que interpreta.



*Procuro não estar próximo quando os meninos começam a falar das garotas que saíram na festa. Por mais que eu invente, tenho medo de não acreditarem em mim. Na verdade evito o contato com eles (Daniel – 17 anos).*

Assim sendo, *verificamos que há muitas representações que não poderiam ser feitas se certas tarefas não tivessem sido realizadas (GOFFMAN, 1985, p.48).* A atuação de uma falsa apresentação em público poderia deixar dúvida, e é justamente neste movimento, que reside a preocupação de manter-se distante do relato de experiências que por mais que sejam conhecidas através do relato, ainda assim, possuem por menores, que somente são possíveis obter o conhecimento se experimentadas.

Como elemento resultante também das relações sociais, a escola é também responsável pela manutenção histórica dos estigmas, seus instrumentos oficiais e ocultos fazem das representações, estigmatizadas ou não, os componentes de suas vivências no cotidiano. É na vivência diária que as homossexualidades, como expressão da sexualidade, são marginalizadas

pelo senso comum ou pela manutenção das imagens representativas e majoritárias da sociedade: as "imagens sadias" heterossexuais que predominam na escola.

Algo que a nós chamou a atenção nos relatos apresentados foi o fato de que a escola se constituiu o primeiro espaço em que os ativistas e freqüentadores do GAI se viram classificados pelas categorias atreladas no imaginário social à homossexualidade. Uma das justificativas para o fato relatado é a de que independente da freqüência majoritária das mulheres, sendo elas alunas ou professoras, suas ações nas escolas reproduzem, como reproduzidos com elas ao longo da vida, as expectativas dos papéis de gênero que garantem tanto para as mulheres como para os homens as funções que deverão assumir no futuro quando adultos. A aprendizagem dos papéis de gênero, independente de encontrar-se carregadas de valorações que as hierarquizam quase sempre impondo aos homens as funções mais valorizadas na sociedade, limitam as possibilidades de construção de novos papéis nas expectativas de gênero atribuídas às mulheres e aos homens.

Sabemos todos que há um jeito de ser feminino e um jeito de ser masculino, há comportamentos, falas, gestos, posturas físicas, além de atividades e funções, que são socialmente entendidas como adequadas, "naturais", apropriadas, etc. para as mulheres ou para os homens. Nossa referência a muitas dessas características é percebê-las quase como uma extensão da "natureza" de cada sexo. Assim, os gestos largos, a fala forte, os passos amplos, a dedicação a tarefas que exigem força física, o maior desembaraço nas ações públicas, etc. são usualmente atribuídos aos homens; enquanto que, em contrapartida (já que o conceito de gênero é relacional), se espera que as mulheres sejam mais discretas no falar e no andar, tenham gestos mais delicados, sentem-se e movimentem-se com graça e pudor, desempenhe-se com maior desenvoltura no cuidado de crianças e no trato com assuntos domésticos, etc. (LOURO, 1992, p.58).

As crianças que por ventura não cumprem as expectativas de papéis de gêneros são carimbadas como homossexuais. Segundo Louro (2001, p. 14),

*aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambigüidades nem inconstância.* Esses meninos e meninas que frustram com o seu corpo e comportamento as ações esperadas para as mulheres e para os homens são constantemente abusados, afetando, portanto, o seu bem-estar subjetivo com palavras que irão marcar fortemente suas vidas, podendo, inclusive afetar sua auto-estima levando em muitos casos a evasão escolar e/ou a depressão.

## **A VIOLÊNCIA LEGITIMADA: A OCULTAÇÃO E/OU A CULPA NO INDIVÍDUO HOMOSSEXUAL**

As atitudes da escola não se alteram quando as suspeitas da homossexualidade são confirmadas pelos indivíduos. A desinformação agregada a insensibilidade e o preconceito resultam quase sempre em violência. Na escola, assim como em outras esferas sociais, a sexualidade passa a ser responsabilizada pelo preconceito e violência física ao/a qual o/a homossexual é sujeito. A culpa da violência sofrida recai sobre as ações e comportamentos do indivíduo, seria ele o responsável pela agressão sofrida. Segundo Moraes (1990, p.25), *a violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo físico, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o indivíduo é arrancá-lo da sua dignidade física e mental.*

*O que me dá mais ódio é que eu era agredido e minha mãe era chamada para ouvir as reclamações da professora que sempre dizia que eu que ataçava os meninos pra me baterem. Se um dia você ouvir que alguém jogou uma bomba naquela escola pode saber que sou eu. Eu odeio aquela escola (Felipe, nome fictício).*

A culpa da violência no indivíduo homossexual e/ou a ocultação aos fatos de agressões realizadas na escola legitimam e incentivam em certo ponto as ações realizadas contra o indivíduo homossexual. Fato a nós relatado que

ganhou destaque foi a ação realizada pela orientadora pedagógica da escola estatal em que Paulo quando tinha 14 anos estudava. Após o enfrentamento familiar ocorrido aos 13 anos que resultou na expulsão de casa e na moradia por um tempo com outros amigos, Paulo foi novamente acolhido pela mãe. Sem temer a repressão familiar passou a caminhar com outros amigos e voltou a escola ao qual havia se ausentado no período que esteve fora da casa da mãe. Ao retornar a escola vendo a orientadora as companhias de Paulo o convocou para uma conversa:



*Ela me chamou e perguntou quem eram aqueles rapazes que estavam comigo na escola. Respondi que eram meus amigos, aí ela disse que meus amigos eram estranhos e se eu também não achava isso. Respondi que não e ficou nisso mesmo. Na semana seguinte eu fui para escola com uma camisa dizendo "Eu tenho orgulho de ser gay", logo ela me chamou e perguntou se eu era gay. Respondi que sim, ela disse que eu*

*estava cometendo algo errado e era para eu procurar uma psicóloga. A forma como ela disse pra mim... Em pé encostada na mesa, olhando para os meus olhos, segurando minha mão e uma voz baixa me deixou muito mal... naquele momento achei que estava errado e que eu era doente, aliás, ela me mandou para uma psicóloga.*

O fato de Paulo ter consciência de sua identidade homossexual e fazê-la de bandeira do seu protagonismo juvenil acirraram as suscetíveis investidas da orientadora que acabou por levá-lo a evasão escolar. No momento relatado por Paulo, suas relações escolares não se configuravam entre as prioridades nas dinâmicas desenvolvidas por ele. A essa altura seu nome já se encontrava pichado no banheiro agregado ao prenome viado e bicha louca. O acontecido acabou por acelerar sua evasão escolar.

O fato é que usualmente a homossexualidade visibilizada de um determinado indivíduo não é desejada na escola. As ações são de modo a

ocultar a existência das diferenças que ainda não são legitimadas nos discursos presentes; como, a da negritude, o da pobreza, o da mulher, entre vários outros que já estão entre as práticas discursivas presentes no cotidiano escolar. Dissemos práticas discursivas, à medida que na práxis, ainda oculta-se o protagonismo dos que quebram a hegemonia branca, classe média, masculina e heterossexual da escola brasileira.

O fato é que no que tange ao indivíduo homossexual o desejo é que ele não exista na escola porque existindo, a escola novamente se observa como mais um desafio entre os demais encarados cotidianamente. Graças ao preconceito o indivíduo homossexual é levado a se retirar da escola, conforme observamos no registro do Disque Defesa Homossexual.

*O usuário, inicialmente confuso, relatou que na última terça-feira, foi chamado pela diretora do Colégio (Rede do Estado), situado em Bento Ribeiro, onde estuda, sendo acusado de trazer problemas de casa para a escola, de ficar desfilando pelo corredor e de ter escrito uma carta amorosa para um colega. Diante destas acusações, segundo o usuário não verdadeiras, a diretora proibiu seu acesso à sala de aula e mandou que procurasse outra escola. Ao entrar em contato com a diretora da escola, esta explicou que o usuário é um aluno que apresenta problemas há cerca de dois anos, assediando alunos e professores, acha que ele tem problemas de sexualidade. Ela está disposta a fazer com que (ele) deixe a escola, pois teme que os alunos o espanquem (Disque Defesa Homossexual -Registro nº GE-318/00).*

A discriminação contra os/as homossexuais de acordo com Abramoway, Silva e Castro (2004) demarcaria a diferença de um com relação ao outro, afirmando o papel daquele que discrimina e a inferioridade e desvio daquele que é discriminado. A idéia de desvio implica a existência de um comportamento médio ou ideal, que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social. Portanto, a idéia de desvio parte do pressuposto comparativo de pessoas predefinidas como saudáveis (VELHO, 1990). O que agrava o quadro de violência contra os homossexuais é

a legitimidade que esse ato provoca. É comum que a discriminação não sofra as sanções sociais e legais, a última por inexistir, sendo muitas vezes ovacionada.

Em pesquisa coordenada por Carrara, Silva e Caetano (2003), aos presentes na 8ª Parada do Orgulho GLBT realizado em Copacabana/RJ em junho de 2003, perguntou-se sobre os locais e os autores das agressões mais marcantes, pouco mais da metade das agressões que foram apontadas como mais marcantes ocorreram em locais públicos (50,2%), acompanhado do número expressivo nas dependências da casa da vítima (14,9%), em seguida na escola (11,9%), (11,2%) em estabelecimentos comerciais e (9,5%) no trabalho. Ainda é importante mencionar que 25,9% dos adolescentes na faixa de 14 e 18 e 20,4% dos jovens entre 19 e 21 anos foram vítimas de agressões ocorridas na escola.

Ainda com os dados da pesquisa, entre os causadores dos abusos foram indicados em ordem seqüencial: primeiro - desconhecidos, com 136 casos; segundo- colegas de trabalho ou escola com 36 casos; terceiro- familiares com 28 casos; quarto- amigos com 27 casos; quinto- policiais ou seguranças com 23 casos; sexto- vizinhos com 17 casos; sétimo- parceiro(a/s) com 13 casos; oitavo- professores ou chefes com 9 casos e por último em nona posição os funcionários públicos com 4 casos. Das agressões sofridas pelos/as homossexuais da amostra, 42 agressões foram denunciadas a órgãos públicos, das 295 apontadas como as mais marcantes.

Os resultados obtidos na pesquisa permitiram indicar que mais da metade dos entrevistados, quase 60%, já haviam sofrido algum tipo de agressão diretamente ligada à orientação sexual homossexual. O número de cem entrevistados afirmaram não ter divulgado a agressão a ninguém, o que evidencia a consequência mais marcante do preconceito: a subalternização e sentimento do medo. Este quadro confirma e aprofunda a observação de que a violência contra homossexuais é vivenciada de forma silenciosa e que a significativa maioria das agressões não só está impune como sequer foram oficializadas em registros jurídicos.

Entre os entrevistados destaca-se o alto número de vítimas de discriminação relacionada à orientação sexual homossexual (58,5%). Aos que

responderam a pergunta aberta: quais os tipos de agressões consistiam as discriminações? Os retornos alternaram e foram agrupados em três categorias: impedimento de acesso a estabelecimentos comerciais; mau tratamento por parte de servidores públicos, colegas, amigos e familiares; chacotas; expulsão de casa; problemas na escola e no trabalho. Os coordenadores da pesquisa ainda destacam que não se observou na experiência de discriminação uma diferenciação estatística alarmante entre homossexuais mais jovens (64,3% na faixa 19 e 21 anos) dos mais velhos (61% na faixa acima de 40 anos).

A vitimização por ofensas verbais relacionadas à homossexualidade foi destacada por um número expressivo de entrevistados (56,3%), o que confirma o alto grau de impunidade para ofensas verbais e a inexistência de sanções tanto criminais como sociais para as ofensas direcionadas à homossexualidade que são freqüentemente consideradas apenas piadas. O que não se observa pelo menos nos grandes centros urbanos para as mulheres e para a população negra.

Os estigmas e símbolos construídos e muitas das vezes verbalizados como arma de ofensa contra os homossexuais não somente se constituem em referenciais negativos a cerca das homossexualidades. Esse é apenas um dos lados, o redimensionamento e, sobretudo suas re-significações trazem na irreverência a marca de um segmento social que somente na transgressão (oculta e/ou visível) são capazes de estabelecer diálogos entre os que conhecem, possibilitando, com toda a atitude "vigilante", a sociabilidade.

O impasse criado entre a verbalização ofensiva das nomenclaturas correntes às homossexualidades e o pronunciamento feito pela própria população se caracteriza como o grande desafio do movimento homossexual, ou seja, o de criminalizar juridicamente e/ou socialmente as classificações ofensivas sem que esse ato venha a retirar a transgressão tão presente nas nomeações de suas sexualidades. É comum presenciar nos diálogos entre homossexuais, tratamentos como bicha, viado, sapatão entre outros.

Pesquisa no mesmo molde e coordenação foi desenvolvida em 2004, na 9ª Parada do Orgulho GLBT Rio. Diferente do ano anterior existiu no questionário, perguntas específicas a fim de mensurar a intensidade da

violência contra homossexuais nas escolas. Entre os/as freqüentadores/as da 9ª Parada do Orgulho GLBT Rio-2004, com 15 a 18 anos que responderam as perguntas sobre discriminação na escola (47 entrevistados), 40,4% afirmaram terem sido marginalizados/as por professores/as e colegas. Os percentuais diminuíram à medida que as faixas etárias aumentaram, mas ainda assim, permaneceram em números consideráveis, entre 19 a 21 anos (83 entrevistados/as), 33,3% e 26.8% entre os de 22 a 29 anos (179 entrevistados/as) sofreram discriminação no espaço escolar.

Os coordenadores chamam a atenção para o fato da discriminação ocorrer de forma diferenciada entre os homens e mulheres. Observaram que entre os/as 503 entrevistados/as, 33.1% dos homens foram discriminados seguidos de 17.7% entre as mulheres homossexuais. Os/as bissexuais localizaram-se em nível inferior aos homossexuais, 21.9%. Entre as/os transgêneros o percentual ficou no patamar de 25.8%, a incidência foi relativamente baixa, mas segundo os autores seria em decorrência da pouca freqüência de estudantes transgêneros nas escolas/faculdades.

Foi solicitado aos entrevistados, a exemplo do ano anterior, que sinalizassem a agressão física mais marcante (os dados apontados nos dois parágrafos acima referem-se à discriminação e não agressão física). Tendo como referência o relatado, foi perguntado o espaço em que ocorreu a agressão e o autor. Entre os espaços: 1º locais públicos 58.5%; 2º a casa do/a entrevistado/a com 15.1%; 3º a escola ou a faculdade, com 10%; seguidos dos estabelecimentos comerciais, com 8% e, finalizando, o trabalho, com 4.8% das agressões.

Com relação aos/as autores/as das agressões nas escolas/faculdades, em todos grupos divididos entre as faixas etárias, o maior percentual ficou com os/as desconhecidos/as. Mas entre os/as identificados/as, observam-se números consideráveis entre os/as colegas. Na faixa etária de 15 a 18 anos, 14.8% foram colegas e 3.7% professores. Entre 19 a 21, os colegas foram os agressores em 11.1% seguidos de 1,9% dos professores (316 responderam entre todas as faixas etárias dos/as entrevistados/as). Os resultados são consideráveis e emergenciam ações entre os/as profissionais de educação,



gestores de políticas públicas, entidades classistas e estudantis e movimentos sociais para solucionarem os impasses da visibilidade e evitarem a violação de direitos humanos de homossexuais nas escolas.

## **RELAÇÕES DE GÊNERO E VITIMIZAÇÃO DO INDIVÍDUO HOMOSSEXUAL**

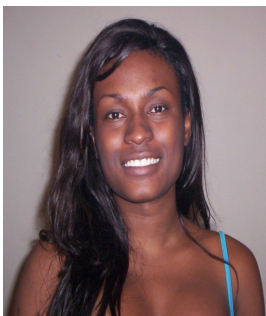
A educação escolar desta forma funciona como agente de manutenção da hierarquia e no seu interior residem os papéis de gênero que diferenciam as inserções dos homens e das mulheres, independente da orientação sexual, na sociedade brasileira. O conceito rígido estabelecido em torno do papel masculino e feminino no interior da escola e, sobretudo, nas suas relações, traz a exclusão dos agentes homossexuais que não se adaptam aos comportamentos preconcebidos para os gêneros e/ou não suportam o autocontrole diário de seus desejos, gestos e comportamentos para não serem identificados.

A capacidade de ocultar o desejo homossexual aos olhares dos transeuntes da escola irá se caracterizar como o termômetro da vitimização. Não por menos que as travestis são as de menor escolaridade. Em uma pequena amostragem de cinco (duas ligadas ao movimento de transgêneros e três profissionais do sexo que trabalham na região do bairro da Glória no município do Rio de Janeiro que se auto-nomeiam travestis), foram realizadas três perguntas: o grau de escolaridade, atuação profissional e relação familiar.

Apenas duas possuem escolaridade acima de onze anos, são as ligadas ao movimento de transgêneros e as três travestis pararam de estudar em torno dos 12 a 14 anos com apenas quatro anos em média de escolaridade. Fato que nos chamou a atenção foi que as transgêneros possuem escolaridade acima de onze anos, o que é justificada pela intervenção familiar na dedicação escolar delas. No entanto, vieram a assumir uma aparência física feminina “definitiva” após a conclusão do ensino básico, onde fragilizaram com essa opção o contato familiar. Quanto às travestis, das três entrevistadas, o contato familiar não existe com duas e uma ocasionalmente procura a família. Em relação ao universo de trabalho, das cinco entrevistadas, somente uma declarou nunca ter

atuado na prostituição (uma transgênero), sendo profissionalizada pelo movimento social de transgênero, uma é casada com um americano (uma transgênero) e três se prostituem (travestis).

Apesar de as travestis ou transgêneros serem menos de 10% dos homossexuais, segundo Cláudio Nascimento, a visibilidade homossexual caracterizada pela imagem das travestis torna-se como um grande enfrentamento para o movimento homossexual. É inegável que os interesses do mercado possibilitaram uma maior visibilidade de referenciais positivos sem excentricidade grosseiras e cômicas do sujeito homossexual, no entanto, esses não se estendem para as travestis ou transgêneros. Entre a ampla maioria dos homossexuais que não abrem mão do referencial público da masculinidade, as travestis são olhadas e tratadas com receio, repudiando qualquer tipo de associação. Prova disso são os locais de freqüência de travestis que possuem uma freqüência gay insignificante.



*Assumir a identidade de transgênero é um grande desafio. Não somente porque somos profundamente marcadas pelo preconceito da sociedade, como também são os gays os que mais nos menosprezam. Nós acabamos quase que isoladas no nosso universo e muitas de nós ainda são obrigadas a disputarem a pista (ponto de prostituição) com as demais para*

*se sustentar (Alessandra Ramos).*

Em dados verificados e apontados por Andrade (2002), se constatou que entre as camadas populares, graças ao fortalecimento das categorias e papéis de gênero, os homossexuais que demarcam sua orientação sexual de forma mais evidente ao olhar do outro, são quase que impulsionados a assumirem as características do sexo oposto, não permitindo, sendo homossexual, manter as atribuições tradicionais dos papéis de gênero.

A ação seria como uma profilaxia para que os papéis de gêneros continuem imaculados e permaneçam ao longo da história. A idéia é reforçada

pela prerrogativa da homossexualidade como “terceiro sexo”, ou seja, um “viado” não é homem, assim como a “sapatão” não seria uma mulher. A idéia é fragilizada entre as camadas médias, acreditamos que uma das inúmeras hipóteses seria a força com que atua as imagens projetadas pelo mercado, sobretudo, midiático.

A necessidade da camuflagem dificulta a possibilidade de construção de rede de amizade entre homossexuais na escola. Raramente alunos/as assumidos/as, independente de serem gays, lésbicas, travestis ou transgêneros, compartilham espaços com outros alunos/as que ainda preferem invisibilizar sua sexualidade, por mais que ela já seja pública nas relações familiares.

Através dos relatos foi possível constatar que a proximidade com o indivíduo constantemente agredido, ridicularizado e sem o apoio da representação do poder da sala de aula (professor/a) acaba por estimular no/a aluno/a homossexual o autocontrole de tudo que possa remetê-lo aos estereótipos da homossexualidade.

Talvez seja nesse dado que resida o maior desafio dos indivíduos homossexuais na adolescência. Período de profunda demarcação de singularidade que se expressa nas vestimentas, nos acessórios, cabelos, estilos musicais e na radicalização de posição frente ao poder familiar e escolar, os jovens homossexuais acabam por controlar seu comportamento, gestos e relações sociais por um desejo interno fortemente monitorado para não despertar no/a outro/a nenhuma dúvida sobre a sua masculinidade ou feminilidade.



*De vez em quando namoro algumas meninas na escola, pros caras não desconfiarem de mim (Luan, 17 anos).*

A descoberta do próprio universo do corpo e a mistificação da prática sexual são exercícios presentes na vida cotidiana de qualquer adolescente e

sempre compartilhada com amigos/as ou mesmo com os pais. A necessidade de compartilhar experiências amorosas e de ouvir relatos sobre relações sexuais é caminho que vários adolescentes utilizam para diferenciá-los da infância e das brincadeiras com as bonecas, carrinhos e outros objetos diretamente atrelados ao mundo da criança.

O primeiro beijo, a paquera na escola, a saída com a/o pretendente ao cinema, praça ou mesmo esquina, a troca de telefones convencionais e a comunicação do namoro aos/as amigos/as, todas as publicidades de experiências que romantizam a vida cotidiana dos/das adolescentes não fazem parte do dia-a-dia dos/das jovens homossexuais. A prerrogativa da solidão, o autocontrole dos gestos e o silenciamento oral dos desejos são as primeiras experiências que os/as adolescentes homossexuais são obrigados, em detrimento do preconceito, a aprender frente às relações sociais aos quais fazem parte na escola. Inicialmente as táticas de sobrevivência são forjadas individualmente entre aqueles/as que reconhecem a legitimidade que a educação escolar pode fornecer no futuro.

O que nos chamou a atenção foi perceber que nos relatos apresentados pelos/as adolescentes freqüentadores do GAI mesmo entre aqueles/as em que as famílias compartilham o conhecimento da orientação sexual, ainda assim, todos declararam preferir ocultar sua sexualidade, exercitando os papéis e os códigos esperados para os indivíduos na escola.

O autocontrole dos homossexuais para não suscitarem dúvidas sobre a orientação sexual também é exercitado diante do interesse e rendimento nas disciplinas escolares. Entre as disciplinas mais valorizadas (herança do positivismo), a língua portuguesa reconhecida pela criatividade, sutileza e capaz de registrar paixões é destinada ao universo feminino, gerando certa estranheza quando um aluno, sobretudo, se já existe a dúvida, se supera entre os demais no rendimento da disciplina; o mesmo observamos no ensino de matemática que pela racionalidade dos cálculos não caberiam para as mulheres. Para não lembrarmos do ensino de Educação Física militarizada que está fortemente presente na escola, valorizando com suas práticas a

competição entre grupos de alunos/as que acabam por isolar aqueles/as que não integram nenhum grupo.

O interessante observar são as expectativas esperadas: um homossexual masculino não pode, graças aos seus estereótipos que o atrelam ao universo feminino, ser um bom esportista, claro que no interior das exigências a um esportista do sexo masculino. Por isso, quando já identificados nunca são chamados a participarem com os demais nos grupos selecionados para competir os campeonatos, sobretudo, de futebol e nem tampouco compartilhar os espaços dos atletas.



*Estou com um problema muito grande na escola, estou muito preocupada. Tenho um aluno que esse ano assumiu que é homossexual. Os alunos o xingam o tempo todo. Já conversei com a turma um dia quando ele faltou. Falei com eles se eles gostariam de serem chamados de nomes que não gostam, não adiantou muita coisa ... Os alunos falam que se ele se assumisse tudo bem, mas ele diz que não é, apesar de andar com outros gays da comunidade. Os alunos reclamam que ele os traiu. "Professora ele ia lá em casa", os alunos falam. Ano passado ele era capitão do time de futebol esse ano ele nem chega perto (Kátia - 28 anos).*

Um homossexual masculino, dado os seus estereótipos, não pode fazer parte das práticas esportivas no interior do imaginário social observado nas reclamações realizadas para a professora Kátia. Os alunos querem obrigar o antigo chefe do time de futebol a assumir que ele é "viado", "bicha" ou "lacreia", nomes que eles atribuíram a sexualidade homossexual masculina, mas, não percebem, nem a professora em um primeiro momento, que sua orientação homossexual já está clara. No entanto, provavelmente ele não se auto-nomeia um "viado", uma "bicha" ou "lacreia", nomes que seus antigos colegas de time de futebol insistem em chamá-los.

A presença de um homossexual masculino entre os demais atletas se caracteriza dentro do imaginário uma ameaça a integridade masculina dos atletas, sobretudo, no banho. De certa forma a preocupação também se encontra nos relatos dos ativistas e freqüentadores do GAI.



*A hora do banho é um tormento. Tenho medo de ficar excitado. E se os caras perceberem? Quase sempre não faço educação física, quando faço, tomo banho depois. Prefiro evitar (Luan, 17 anos).*

A sexualidade de Luan, segundo seu relato, nunca foi questionada na escola. No entanto, o temor de suscitar dúvidas frente às expectativas esperadas para um menino de sua idade, faz com que se distancie dos demais rapazes, o mesmo observamos na entrevista concedida pelo seu namorado Daniel. Com estratégias diferentes, Luan, às vezes, namora meninas, conversa sobre possíveis relações sexuais com garotas e adota em alguns momentos o que preferencialmente é realizado pelo namorado Daniel que conheceu na internet, o isolamento dos colegas.

No que diz respeito às meninas homossexuais o bom desempenho nas práticas esportivas, sobretudo, no futebol se caracteriza um tormento. Se a dúvida existe, ela passa a se confirmar, caso a aluna faça parte do time de futebol, quando existe na escola e, sobretudo, quando sabe jogar. Os boatos e xingamentos direcionados às atletas que se destacam, independente da orientação sexual, são inevitáveis. Não por menos que as notícias veiculadas nos meios midiáticos relacionadas à seleção brasileira de futebol feminino fazem sempre menção ao uso do batom, o cuidado com os cabelos e o namorado, ou seja, uma estratégia no sentido que promover a prática esportiva e desatrelá-la dos estereótipos da homossexualidade feminina e da ofensa que essas são sujeitas.

Basta um olhar mais atento nas aulas de educação física para constatar a reprodução do que os meios midiáticos desejam ocultar com relação a atuação feminina em um esporte de predomínio masculino. A mesma sorte não

teve Pedro, filho de Jussara. Tendo percebido a tristeza de seu filho, descobriu o motivo quando uma amiga presenciou alguns meninos de mesma idade e classe social ridicularizando-o publicamente pelo comportamento dito efeminado.



*Foram anos que Pedro teve que viver aquilo. Pedro sempre foi um menino introspectivo. Um dia teve um passeio na escola e as crianças demoraram a retornar. Eu e outras mães fomos para frente da escola na Gávea, quando as crianças chegaram aos gritos, era nítida a farrá que foi aquilo tudo para ele [...]*

*Pedro estava muito triste e pediu para tirá-lo dali. Eu imagino o quanto deve ter sido difícil para ele tudo aquilo... Sua relação na escola somente começou a melhorar quando foi escolhido como monitor de física... Começamos a conversar melhor depois da minha separação, quando me assumi (lésbica)... Seu rendimento sempre foi muito bom... Foi nesta conversa sobre o rendimento escolar que ele me disse que precisava ser bom em alguma coisa<sup>10</sup>.*

O caminho encontrado por Pedro, segundo sua mãe, foi a dedicação exclusiva a assimilação dos conteúdos escolares. A sociabilidade, uma das funções da escola, não foi realizada por ele, graças a hostilidade com que era tratado pelos demais colegas. O rendimento escolar acima da média, apesar de variar segundo a identidade sexual, pode ser observado em algumas pesquisas quantitativas (CARRARA; SILVA e CAETANO, 2003) e qualitativa (RAMIRES, 2003).

No entanto, o bom rendimento quantitativo na avaliação escolar é fruto, segundo nossos dados, do preconceito. Sabemos que a apreciação e afeto dos/das professores/as estão relacionados a disciplina e o rendimento do/a aluno/a (RANGEL, 1994). Neste sentido, quando o/a homossexual consegue manter os requisitos do "bom aluno", podendo conquistar a simpatia dos/das

---

<sup>10</sup> Dado o tempo do afastamento de ensino básico e a relação traumática do filho de Jussara, optamos por não entrevistá-lo.

professores/as, sua sociabilidade entre os demais alunos/as é quase que nula, graças ao acirramento da hostilidade dos demais colegas, que disputam com ele na arena da sala de aula.

Quanto aos/as professores/as que assistem, conseguem e querem ver a hostilidade ao/a aluno/a homossexual, as ações são quase sempre encaradas como “brincadeiras de adolescentes”. O bom desempenho ao nosso ver seria resultado a compensação de isolamento dos/das colegas.

## **AS TÁTICAS DOS PRATICANTES: O USO DA INTERNET ENTRE A VISIBILIDADE VIRTUAL E A INVISIBILIDADE REAL**

As salas de bate-papo na internet ou nos telefones convencionais são habilmente freqüentadas pelos adolescentes homossexuais que possuem acesso. Os usuários inventam nomes, as recriações provocam o anonimato e possibilitam, inicialmente, a invisibilidade. Utilizando-se do reservado<sup>11</sup> das salas de bate-papo é possível aos usuários o diálogo entre duas pessoas.

As informações relacionadas às preferências culturais, as características físicas, os bairros onde se situam e as atividades profissionais são obtidas no diálogo virtual propiciado pela dinâmica do reservado na internet. O objetivo do início da conversa, depois de alguns minutos é teclado e logo aparece na tela: *vamos nos encontrar?* Pergunta um dos internautas. A ação motiva outra reação: *me dá seu número de celular?*

Segundo os entrevistados, a privacidade do aparelho telefônico celular permite que somente os/as usuários/as possam atendê-los, não correndo o risco de serem descobertas as ações, ou então, que os/as usuários/as não venham ser vítima de chantagem, motivo pelo qual muitas das vezes não é fornecido o telefone familiar. Portanto, na tentativa de encontrar aquele que possui interesses semelhantes, os/as internautas podem agendar e encontrar

---

<sup>11</sup> O reservado é um instrumento oferecido pelos provedores. Quando marcado pelos usuários, o acesso a rede é limitado às pessoas que estão compondo o dialogo construído a partir das letras presentes no teclado. O fenômeno mereceria maior atenção, é interessante observar que mesmo não estando presentes, as pessoas quando dialogando com uma única pessoa, não a faz em público virtual.



os/as seus/suas companheiros/as de sala de bate-papo na visibilidade da rua, dos shoppings, dos cinemas. Tecendo as suas redes de sociabilidades, conforme podemos verificar no depoimento de Luan.



*Conheci meu namorado na lista de e-jovem na internet, ficamos algum tempo nos falando e resolvemos nos encontrar (17 anos).*

Outro recurso freqüente utilizado pelo público homossexual é o *blogg*: um diário eletrônico disponibilizado na rede de internet, freqüentado por centenas de pessoas, que ao lerem as anotações, podem comentá-las, segundo nos sinaliza André A.

*Conheci Gustavo através do seu blogg. Achei muito legal e mandei um comentário com o meu e-mail. Sabe, com o tempo a gente costuma contar questões ligadas a nossa intimidade. Logo começamos a nos corresponder, ele faz parte do meu ICQ<sup>12</sup>, na verdade eu nunca o vi. Conheci Guilherme através dele. Guilherme veio morar no Rio. Ele é de São José dos Campos (19 anos).*

A internet é amplamente freqüentada pela população homossexual, vale destacar que existem nos sites salas de bate-papo específicas para o público GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). A invisibilidade inicial provocada pela dinâmica virtual permite que homens e mulheres, sobretudo, adolescentes venham a construir sua rede de sociabilidade. Segundo Russo (2000), existiriam no Brasil mais de 980 sites direcionados ao público homossexual, se destacando *Mix Brasil* e *GLS Planet*.

Dados apontados por Carrara, Ramos e Caetano (2003), indicam que dos 39 entrevistados entre 14 e 18 anos (faixa etária proibida de freqüentar estabelecimentos comerciais *GLS*), 43,6% freqüentam as salas de bate-papo de gays e lésbicas na internet seguidos de 20,5% que às vezes as utilizam. Neste sentido, o papel da internet foi redimensionado e/ou complementado pelos

---

<sup>12</sup> A sigla é de origem inglesa e significa *I seek you* (eu procuro você). Consiste em uma ferramenta de programa de internet que possibilita ao usuário uma vez conectado a informação de que se encontra na rede um amigo virtual que esteja cadastrado no seu endereço de ICQ.

os/as adolescentes homossexuais, permitindo, portanto, que sua sexualidade seja vivenciada driblando o controle normativo, como podemos observar no depoimento de Daniel.



*Foi na internet que busquei informações sobre homossexualidade. Usava um programa para apagar o histórico, assim minha mãe não via os sites gays que eu olhava (17 anos).*

A mesma sorte ou idéia não teve Paulo: *Minha mãe descobriu que eu visitava os sites gays, eu tinha treze para quatorze anos. À noite eu via tudo e de manhã minha mãe olhava o que eu tinha acessado. Um dia quando eu cheguei em casa ela pegou meu computador e jogou no chão com muita força. Mas já era tarde, conheci muita gente nas salas de bate-papo, íamos ao Shopping Plaza e depois à boate.*

Questionado como entrava na boate, sendo menor de idade, respondeu com um sorriso, alguns segundos após a pergunta olhando em direção as mãos:



*Simples, eu falsifiquei minha identidade (17 anos).*

Segundo Certeau (1994), os agentes opressivos, no caso os aparelhos normativos, não determinam a forma como as leis serão consumidas pelos oprimidos. Esses são capazes de driblar ou redimensionar as normas segundo seus desejos e brechas deixadas pelos aparelhos normativos.

## **NÃO SÓ DE INTERNET VIVEM AS TÁTICAS DOS PRATICANTES: OS USUÁRIOS DA ESCOLA RE-SIGNIFICANDO SUAS EXPERIÊNCIAS**

Mesmo camuflados, ainda assim, é possível conhecer indivíduos homossexuais que conseguem através de inúmeras táticas construir redes de sociabilidades na escola. Para os atores que interpretam o mesmo texto: o do segredo; descobrir que o outro está, como ele, ocultando algum detalhe, permite que ambos possam construir laços de solidariedade.

Indiscutivelmente a certeza de que na relação de amizades existem segredos compartilhados fortalece a rede. No que tange a homossexualidade, é preciso que uma das partes deixe pistas para que o outro que conhece o roteiro se sinta à vontade e confiante para que visibilize a sua orientação sexual.

*Estudei com Jefferson três anos, sempre reparei que ele me olhava. Em alguns momentos também olhava, na verdade quase sempre. Na última semana de aula ele me chamou e disse que precisava falar comigo. De alguma forma já desconfiava. Ele disse, sem muitas voltas, que estava apaixonado por mim. Fiquei feliz, meio lisonjeado e meu ego super valorizado. Mas disse que apesar de achar legal sua admiração por mim e de respeitá-lo não era minha praia. Na verdade queria muito tudo aquilo, mas ainda não tinha coragem. No meio da conversa veio um colega dele, da outra turma e ele me apresentou. Quando ele saiu, perguntei: ele é gay? Jefferson respondeu, é. (João - nome fictício, 17 anos -quando ocorreu o fato).*

O desvendamento do ponto inicial da construção de redes de amizades entre alunos/as homossexuais na escola, muitas delas ocultas, nos parece, à primeira vista, impossível. Entretanto, basta que um se revele que o caminho parece abrir-se a inúmeros outros percursos. O ponto de agregação varia dependendo dos recursos disponíveis: a admiração a algum artista que se declarou favorável aos direitos humanos homossexuais, as salas de bate-papo virtual, o posicionamento favorável à prática homossexual em alguma aula, a

admiração a algum/a professor/a que verbalizou sua homossexualidade, o encontro em algum estabelecimento comercial homossexual, nas paradas ou ainda a paixão por algum/a colega que o/a leve ao desafio de torná-la pública.

*Estudávamos no Pedro II de São Cristóvão. Começamos a nos falar no recreio. Ele gostava muito da Maddona e eu também. Coincidentemente nos encontramos em um casamento de um conhecido de nossos pais e ficamos conversando a noite toda. Pronto! Estávamos amigos. Apesar de sermos de turma diferente éramos da mesma série e estudávamos juntos para as provas... Quando ele tomava banho lá em casa, não resistia e ficava olhando, inventava alguma coisa pra ficar no banheiro... Acho que ele sabia que eu ficava olhando... Um dia ele dormiu lá em casa, no meu quarto. Minha cama tinha um colchão em baixo dela e minha mãe arrumou a cama dele do meu lado. No meio da noite joguei meu braço em cima dele e abri os olhos e ele também estava com os olhos abertos. Ficamos nos olhando, resolvi pular para o colchão, ele não recusou. Fiquei com medo, mas lhe dei um beijo (Luiz, 21 anos - nome fictício).*

Segundo Britzman (1996), quando se trata de questões relacionadas ao desejo, à paixão e ao afeto, o indivíduo é capaz de superar a si mesmo e de criar táticas de sociabilidade, de política e de formação identitária. As ações ocorrem porque se desvincula o eu dos discursos da natureza e da normalidade.

A camuflagem da orientação sexual pode também ser auxiliada pelo uso da língua portuguesa. Usualmente quando mencionado na agenda, caderno ou mesmo em carta a relação homo-afetiva, seus usuários descrevem o nome do namorado ou da namorada pelo similar no gênero oposto. A tática permite ocultar a homossexualidade, cria o registro do momento importante e auxilia a apresentação de uma heterossexualidade aos leitores.

*Hoje é quinta-feira em 1994 (15 de dezembro), estou feliz. Mas com medo, pois estou dando os primeiros passos para a conquista de um novo horizonte.*

*A vinda de um sentimento que sinto por uma pessoa há meses, mas me reprimia... Fiquei louco, mas me contive, uma vez que tudo era início e não era coerente transar com a minha namorada. Não estou me sentindo culpado (João, nome fictício, com 17 anos).*

O redimensionamento da língua portuguesa, de modo que somente o autor possa interpretá-la, também foi observado na agenda de João. Em suas anotações, o freqüentador relata suas paixões em tempo de escola. Os registros eram escritos com as consoantes ao contrário e as vogais substituídas pela letra K. A vogal era definida pelo traço acima da letra, ou seja, para a vogal "a" era utilizada um traço e assim consecutivamente até chegar a cinco traços que corresponderia a vogal "u". Assim sendo, somente o autor conhecia o que havia escrito.

Mesmo sob a imposição do espaço normatizante, os/as alunos/as homossexuais definem suas táticas e constroem suas redes de sociabilidade. Enquanto professor, utilizando-se do banheiro dos alunos de uma escola da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, observamos um diálogo entre dois rapazes pichado na porta do reservado. O texto inicial tratava-se de um convite de encontro. As palavras escritas com caracteres do alfabeto da língua portuguesa reproduziam a sonoridade da língua Iorubá - utilizada pelos cultos afro-brasileiros - o que garantia a dificuldade de interpretação.

Sabíamos que se tratava de um encontro entre dois homossexuais devido a palavra *Adé*, que apesar de possuir outro significado no candomblé é utilizada pelos homossexuais, sobretudo, de baixa renda para se autonear. Segundo Certeau, Giard e Mayol (1996, p.61),

o modo verbal sob o qual a sexualidade é semantizada [...] Pelos controles da conveniência, sobretudo na ambigüidade do sentido. Este estatuto particular da linguagem sexual tem inúmeras causas. Será facilmente evocado o peso das coerções morais, religiosas, tradicionais.

A eficácia dos aparelhos de controle sociais não se limita à disciplina do que é visível no corpo físico, mas, reside na internalização de autocontrole de tudo daquilo que o indivíduo acredita ser socialmente errado. Assim sendo, a invisibilidade é resultante do preconceito. Contudo, no que representa o desejo, o preconceito não é capaz de eliminá-lo, à medida que o sentimento motiva ações que impulsionam o indivíduo a criar e recriar táticas que garantam, mesmo na vigilância, o exercício da sexualidade. A atitude é motivada pela capacidade humana de pensar, justamente porque diferentes de outros organismos vivos, a humanidade possui envergadura criativa de reagir à coação, seja no confronto direto ou nas táticas de “trapacear” as regras.

A invenção da imagem construída no antagonismo e superioridade de um sobre o outro, aquele que por ventura ocupa o espaço destinado ao que sofre a repressão, não é necessariamente passivo, por estar no lugar de oprimido seu posto, o leva a perceber os lugares que são os pontos e brechas deixados pelo seu opressor e com criatividade driblar as formas opressivas. Daí, o caso dos homossexuais que mesmo sobre a vigilância da heterossexualidade normatizante presente na escola, são capazes, no interior de seu lugar, de observar os pontos necessários para construir na criatividade e pluralidade a sua linguagem verbal e corporal possibilitando sua sociabilidade.

Os agentes opressivos existentes, no nosso caso os homofóbicos, não são capazes de determinar a forma como as leis impostas por eles serão consumidas pelos indivíduos que sofrem as limitações. Neste caso, esses são capazes munidos pela força instintiva do desejo de driblar ou redimensionar as leis impostas ao seu comportamento e corpo. Não é o fabricante opressor que determina o uso, nem tampouco é ele que produz a forma com que suas regras serão interpretadas. Mas o consumidor, que como receptor da ordem, estabelece o significado daquilo que lhe foi dito como regra no espaço escolar.

A complexidade está instalada. Mas é necessário no interior dela, ter a consciência de que o que está em jogo não é a luta pela homogeneização de um sobre o outro, mas a denúncia da existência e, portanto, a visibilidade de atos e posturas que calam as vozes em um ritual constante de homogeneidade e normatização no espaço escolar heterocentrista.

Obviamente, que cabe aos indivíduos homossexuais a tarefa de se tornar visível, porque somente desta forma é possível atestar a existência da homossexualidade no espaço da práxis, da teoria pluralizada e democrática que defendemos para a escola da diversidade. Mas, para tanto é preciso que na escola se reúnam condições para que esses indivíduos sejam capazes de vencer o medo e verbalizar o interdito, quando existente.

Como nas expectativas escolares, as ações dos homossexuais ativistas e freqüentadores do GAI estão sempre em direção ao futuro. Assim sendo, mesmo com narrativas carregadas de memórias traumáticas sobre as experiências escolares, as ações desenvolvidas nas escolas por esses homens e mulheres do GAI para viverem sua sexualidade são lembradas com certo ar de nostalgia. Suas narrativas são relatadas com um dom de vitória, a impressão que nos provoca é que todas as coisas vividas nas escolas por onde passaram são pequenas e que agora, diante da certeza de suas identidades, construídas na adversidade, se vêem como "heróis".

O futuro é lembrado pelos/as freqüentadores/as e ativistas do GAI, independente da ação desenvolvida na escola, como algo a ser melhor do que o presente. Para os/as alunos/as que conseguiram permanecer ou que ainda continuam na escola a narrativa apesar do corte temporal, assemelha-se. Para ambos a capacidade de driblar a identificação da homossexualidade e/ou suportar a discriminação é vista como meio de alcançar a auto-suficiência financeira de modo que não dependam da família.

Neste sentido, a escola que pune também é vista como o caminho necessário a ser percorrido para no futuro sem a repressão familiar e escolar possam viver de forma mais ampliada a homossexualidade. Para os/as professores/as, a consciência do papel que devem assumir na visibilidade do sujeito homossexual também é observada. Obviamente que a publicidade se diferencia na rede estatal e particular, conforme já sinalizamos, mas o movimento já foi iniciado por alguns com que estabelecemos diálogos ao longo da coleta de dados. Assumimos neste relato a plena satisfação quando um dos relatores nos ligou perguntando a opinião diante da idéia de denunciar a 10ª CRE o constrangimento pelo qual passou na escola.



*Quando cheguei na escola na sexta-feira de imediato Marina me chamou e falou que a Denise, havia insinuado que eu era homossexual para os alunos da 6ª série. Fiquei sem entender e perguntei a Marina como ocorreu o fato. Na quinta-feira os alunos perguntaram pra ela se ela era macumbeira. A Marina*

*respondeu que não era. Foi quando ela perguntou o porquê aos alunos. Os alunos responderam que a professora Denise na aula havia dito que a escola era cheia de macumbeiros. Por coincidência nessa hora eu havia entrado na sala de aula para pegar um diário de classe, ao sair ela complementou a frase inicial "além de macumbeiros tem professor homossexual". Os alunos acabaram associando a fala dela com minha imagem. Alguns alunos acharam anti-ético a postura da Denise e falaram para Marina que é minha amiga e ela me contou. Procurei Cláudia (Orientadora pedagógica) e ela pediu um tempo para que pudesse averiguar o fato. Não acredito que seja mentira dos alunos e vou procurar a professora Denise pra conversar. Estou decidido a apresentar denúncia contra ela na 10ª CRE (Coordenação Regional de Educação), vou solicitar inquérito administrativo, não simplesmente por ter insinuado que eu era homossexual, apesar de eu achar que ela não tinha o direito de usar minha sexualidade como comentário de sala de aula... Vou denunciá-la pelo tom humorístico com que ela brincou com minha vida privada, tentando me fragilizar<sup>13</sup> (Guilherme Silva - 35 anos).*

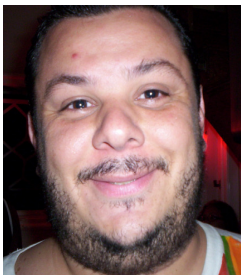
Questionamos as possíveis implicações que o ato da denúncia poderia ocasionar nas relações desenvolvidas por ele na escola. A resposta foi dada com mais ênfase: *não dá para continuar fingindo que nada ocorreu, hoje sou eu e amanhã será outro.*

---

<sup>13</sup> O registro foi efetuado pela direção a pedido de Guilherme na 10ª CRE. Segundo o professor, foi orientada pela Coordenação a inclusão de uma advertência na ficha funcional de Denise, que será analisada no fim de seu estágio probatório de três anos no funcionalismo municipal do Rio de Janeiro.



A atitude de Guilherme superou o sentimento do medo e rompeu com a subalternidade esperada do indivíduo que temendo visibilizar sua homossexualidade comporta-se como se nada tivesse ocorrido diante do preconceito. Apesar de isolada, a ação foi compartilhada com outros freqüentadores. O resultado satisfatório servirá como estímulo, a exemplo do que já destacamos no campo jurídico, é possível que outros indivíduos sintam-se fortes a ponto de romperem com o que André, outro professor do GAI, narrou:



*A violência ao homossexual é realizada porque se acredita que nunca será punida. Que o indivíduo por ser homossexual jamais irá denunciar porque teme a visibilidade de sua orientação sexual (30 anos).*

O fato é que existe na narrativa dos ativistas e freqüentadores do Grupo Arco-Íris, assim como nas ações desenvolvidas em menor ou maior grau, a expectativa de que no futuro a educação escolar esteja voltada para a diversidade humana. Mas para isso todos e todas possuem a consciência de que as configurações futuras necessitam das ações do presente. O que observamos é que as atitudes de visibilidade estão sendo realizadas dentro e, especialmente, fora da escola, cada qual no interior das suas possibilidades. Os atos são trabalhados hoje para que no amanhã se construa a escola democrática da diversidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A frustração de papéis de gênero e a nomeação de doença orientaram as imagens e as linguagens associadas aos indivíduos que se relacionaram afetivo

e sexualmente com outros de mesmo sexo. Na contemporaneidade, dada a radicalidade com que emergem as forças conservadoras orientadas pelo saber judaico-cristão e pela intransigência da família patriarcal, a violência contra os/as homossexuais ainda faz parte do cotidiano e é amplamente divulgada na imprensa nas cidades de pequeno e médio porte.

Entendemos que a violência contra o indivíduo homossexual, assim como com os negros e as mulheres, ao longo da história da sociedade brasileira sempre esteve associada à visibilidade e a forma com que é ocupado o espaço público. Para os setores conservadores visualizar as camadas subalternizadas articulando-se e reivindicando espaço de igual valor entre os interesses que circulam a *polis*, opera-se como afronta à tradição.

Olhares mais atenciosos nas paredes das escolas e bandeiras monarquistas nos espaços públicos demonstram o quanto Adolf Hitler e os defensores da moral conservadora estão garantindo adeptos. Os grupos jovens *Skinders*, sobretudo de São Paulo e na Região Sul onde são mais organizados ou mesmo os *pit boys* do Rio de Janeiro têm nos valores apontados acima seus referenciais e vêm garantindo a eficácia de suas propostas na negligência do Poder Público e especificamente na omissão da educação brasileira. Não por menos que entre os ativistas e freqüentadores do GAI é comum o relato de violência.

Inegavelmente alguns ativistas e freqüentadores do GAI possuem a consciência de que à medida que ampliarem a visibilidade homossexual estarão instrumentalizando os agressores com mecanismo de identificação. A experiência de violência contra os freqüentadores e ativistas do GAI vem aumentando, no mês de outubro do ano de 2004, a sede foi furtada, não sendo deixado nenhum objeto de valor. Nos meses seguidos os freqüentadores e ativistas foram molestados por alguns moradores, o que levou a organização a solicitar auxílio policial. Os encontros de sextas-feiras passaram a ser monitorados pela presença de dois policiais. O quadro somente alterou-se quando a diretoria do GAI solicitou um encontro com a Associação de Moradores da Rua Novo Mundo e adjacências e juntos começaram trabalhos em parceria.

A ocupação do espaço da *polis* e, portanto, na agenda das demandas a serem encaradas na escola se caracteriza como a maior dificuldade que por ora deve se encarada pelo movimento social GLBT. Não se trata de ocupar a cidade somente como historicamente vem sendo realizada nos guetos, nos pontos de prostituição, nos locais escuros e insalubres. A ocupação precisa se ampliar para a luz do dia e para o holofote da praça pública. Por mais que sua efetivação poderá instrumentalizar os adversários com supostos mecanismos de identificação, possibilitando a esses o conhecimento de espaços de sociabilidade, comportamentos e códigos para organizados agredirem os/as homossexuais, por ora, não visualizamos outro caminho.

Entretanto, entendemos que a ocupação dos espaços da *polis* pelos homossexuais apenas será possível com auxílio da segurança que o Estado pode oferecer. Entretanto, dada a situação do Estado brasileiro, suas ações concretas são resultantes de reivindicações sociais. Daí, a necessidade das parcerias e do movimento social homossexual autônomo.

Um ano depois do lançamento pela UNESCO da pesquisa realizada por Miriam Abramoway, Lorena Bernadete da Silva e Mary Garcia Castro (2004), intitulada de *Juventude e sexualidade*, denunciando a violência e a opinião sobre a homossexualidade nas escolas em 14 capitais brasileiras, ainda não visualizamos nenhuma política pública do Governo Federal e da maioria das Cidades pesquisadas para alterar o quadro de agressão física e psíquica contra a população GLBT.

As ações governamentais ainda têm se limitado a cartas de intenções que no campo prático pouco tem influenciado no cotidiano de homens e mulheres homossexuais, sobretudo, os/as que vivem fora das capitais e em cidades de médio e pequeno porte ou a margem do poder financeiro. Indiscutivelmente e infelizmente a homossexualidade, quando identificada, intensifica o grau de violência a que o indivíduo está cotidianamente sujeito.

Recentemente um assalto realizado no ônibus da linha 790 (Campo Grande-Cascadura), da Viação Transporte Oriental na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente no bairro de Rocha Miranda, às 21h30, resultou no

assassinato de Alessandro Valentim dos Santos, 22 anos, justamente porque fora identificado pelos assaltantes como homossexual (FORTUNA, 2004, p. 20).

Não podemos negar os avanços das políticas públicas obtidas, sobretudo no campo da saúde, especificamente no que tange às DST-Aids. Indiscutivelmente, se existe um lado positivo na epidemia de Aids, esse se encontra na visibilidade, protagonismo e fortalecimento de indivíduos e do movimento homossexual brasileiro. Outras ações do Poder Público têm quase que se limitado à garantia da propriedade de bens, como é o caso de reconhecimento de comunhão entre os "casais" homossexuais pela Justiça brasileira. O que para os homossexuais de baixa renda destituídos do acesso a informação em quase nada altera a realidade de violência e subalternização aos quais estão sujeitos nas famílias, bairros e escolas. Esse último ainda mais agravante por ser tratar de serviço oferecido ou monitorado pelo Poder Público.

Em 25 de maio abril de 2004, o Governo Federal lançou o Programa ***Brasil Sem Homofobia***, elaborado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos (Ministério da Justiça), Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate à Discriminação e organizações da sociedade civil de defesa de direitos homossexuais. O Programa prevê ações do governo no combate a homofobia em todas as ações dos Ministérios. Segundo estimativa de Cláudio Nascimento, o programa é uma importante conquista, sobretudo no campo simbólica, mas sua efetivação pelo governo dependerá das ações de fiscalização e mobilização do movimento homossexual.

O cotidiano de adolescentes, jovens e profissionais homossexuais nas escolas estatais e particulares depende da eficácia e sensibilidade do Estado. Não temos a ingenuidade que isso ocorrerá sem que os indivíduos, parceiros/as e movimentos sociais sejam capazes de instrumentalizar e pressionar o Poder Público de modo a garantir a visibilidade temática e do sujeito homossexual de forma dignificante nas fronteiras da escola. A educação indiscutivelmente poderá ser o caminho mais eficaz ao enfrentamento das práticas sexistas, racistas e homofóbicas presentes no imaginário social e dado o seu poder de projeção e intervenção encontra-se nos desejos e sonhos almejados pelos ativistas e freqüentadores do GAI.

O desejo e o sonho são elementos abstratos que unidos são capazes de materializar as transformações da vida. O desejo vem movendo homens e mulheres homossexuais a visibilizarem suas especificidades em um mundo público onde a diferença é capaz de gerar hierarquias. No entanto, segundo Bhabha (1998), somente demarcando os espaços da diferença é possível visibilizar as especificidades e materializar no real aquilo que ainda encontra-se nos sonhos. Os anos que se seguiram à década de oitenta, impulsionaram homens e mulheres a dar respostas à epidemia de Aids. Amigos, companheiros, paixões e amores foram embora sem que deixassem seus endereços, a morte ocasionada pelos transtornos decorrentes da Aids dava a partida aos que não sabendo as armas do inimigo, lutavam sem eficácia. Do nome originário *câncer gay* ao nome científico Aids se passaram quase trinta anos.

Os sonhos moveram e movem homens e mulheres homossexuais, a ousadia de dizer o nome de quem se ama fez com que as Paradas do Orgulho GLBT sejam hoje o ato de maior mobilização de massa do Brasil. Os dados obtidos nesta pesquisa apontam e recomendam a importância do enfrentamento de processos de exclusão social que somente será possível com a definição de políticas públicas, à medida que somente combatendo a exclusão social nos constituiremos como uma sociedade democrática, conforme nos afirma Freire (1999).

Assim sendo, o conceito de inclusão social somente será eficaz e terá sentido se levar em consideração os direitos do ser humano em práticas universalistas e agregadoras. Portanto, todo ser humano, seja caracterizado como heterossexual, seja como homossexual, tem o direito à auto-aceitação, às relações sociais positivas, orientadas pelo respeito, qualificação e acolhimento, à autonomia, à determinação de sua própria vida e realizações, à auto-estima, à razão de viver e ao crescimento pessoal e social. E são esses valores que defendemos, sonhamos e por eles nos mantemos como educador (es/as).

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOWAY, M; SILVA, L; CASTRO, M;. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004.

ABREU, S. *Próxima vítima*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1995.

ABREU, S. *Torre de Babel*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1998.

ALBERTI, V. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ALBUQUERQUE JR, D. M. de.; CEBALLOS, R. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e dor na vivência da homossexualidade masculina no nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SANTOS, R.; GARCIA, W. (Org.). *A Escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbicas no Brasil*. São Paulo: NCC-SUNY:Xamã:ABEH, 2002. p. 307-328.

ANDRADE, A. *Visibilidade gay, cotidiano e mídia: Grupo Arco-Íris-consolidação de estratégia. Um estudo de caso*. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ANDRÉ, M. E. D. *Estudo de caso: seu potencial na educação*. Caderno de pesquisa, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-54, mai. 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNERO. *Tese-guia do I Congresso da ABGLT*. Curitiba: ABGLT, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1986.

BAUDRILLARD, J. *A Sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1970.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

----- . *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helen Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOWES, J.E. Out of the closet and into the marketplace: meeting basic needs in the gay community. In: WARDLOW, D. L. (Ed.) *Gays, lesbians and consumer*

*behavior: theory, practice and research issues in marketing*. New York: Harrington Park Press, 1996. p. 219-244.

BRAGA, G. *Vale tudo*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1988.

BRASIL. *Código Penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1890.

----- . Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual – temas transversais*, Brasília, v. 10, 1998.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.21, n.1, p.71-96, jan./jun. 1996.

CÂMARA, C. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

----- . *Orientação sexual*. Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998. (Coleção Entender).

CAMPEDELLY, S. Y. *A telenovela*. São Paulo: Ática, 1999.

CAPA. *Revista Sui Generis*, Rio de Janeiro, Ano I, n.6, out. 1995.

CARLOS, M. *Mulheres apaixonadas*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2003.

CARNEIRO, E. *Da cor do pecado*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2004.

CARNEIRO, G. 1995: touché. Entrevistador: A. C. Souza. *Revista Sui Generis*, Ano 1, n. 6, p. 34, out. 1995.

CARRARA, S.; CAETANO, M.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade: 8ª Parada do Orgulho GLBT- Rio 2003*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

CARRARA, S.; RAMOS, S. *Política, direitos, violência e homossexualidade: 9ª Parada do Orgulho GLBT- Rio 2004*. (no prelo).

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis -RJ: Vozes, 1994.

-----; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

COLUNA RADAR. *Revista Sui Generis*, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 46, p.14, 1999.

CORTEZ, M. C.; SOUZA, C. de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: GROPPA AQUINO, J. (Org.). *Sexualidade da escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 199.

COSTA, L. S. M. da. *Abuso no curso médico e bem-estar subjetivo*. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COUTO, M. *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: TYP Jornal do Comércio, 1933.

DIAS, C. O Silvío que você nunca viu. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, ano 33, n. 22, p. 149, mai. 2000.

DICIONÁRIO DA TV GLOBO. Programas de dramaturgia e entretenimentos: projeto memórias das organizações Globo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

EDITORIAL. *Revista Sui Generis*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 6, out. 1995.

ELIAS, N. A. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FERRARI, A. *O que se fala e o que se cala sobre o homoerotismo masculino: discursos, práticas e posturas dos professores diante do fato e do assunto*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.

FERNANDES, I. *Memórias da telenovela brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FORTUNA, R. Morto durante assalto a ônibus em Madureira. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, p. 13, 20 jul. 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

-----, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

-----, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREITAG, B. Quadro teórico. In: -----, *Escola, estado e sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Moraes, 1986. p. 15-43.

FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).



GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: ----- . *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974. p. 11-50. (Antropologia Social).

----- . Representações. In: ----- . *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

GONÇALVES, L.C. *Matou a bicha e foi ao cinema: a representação da homossexualidade nos programas televisivos populares: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira*. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GREEN, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GRUPO ARCO-ÍRIS. *Carnaval mais seguro: proposta de projeto ONG*. Rio de Janeiro, 2003.

GUATTARY, F.; ROLNIK, S. *Cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HERSCHMANN, M. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870/1937*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

HOBBSAWN, E.; ROGER, T. *As invenções das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUBER, J. *Quem deve mudar todas as coisas: as alternativas do movimento alternativo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*, 2001.

LACERDA JUNIOR, J. A. de. Dispensáveis: pode a TV fazer alguma educação? *Revista Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, n. 112, p. 40-47, 1999.

LASCH, C. *O mínimo eu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

LEOPOLDI, J. S. Indivíduo consumidor e sujeito consumido. In: ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO CONSUMO, 1., 2004, Niterói. *Anais...* Niterói, 2004.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. S. *Naturalistic inquiry*. London: Sage Publications, 1985.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001

------. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. *Teoria e educação*, Porto Alegre, n.6, p. 53-67, 1992.

-----; NECKEL, J.; GOELLNER, S (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MACHADO, Roberto. *Danação da norma: medicina social e a constituição da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990

------.Em defesa do gueto. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2. p. 53-60, abr. 1983.

MAFESSOLI, M. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARINHO, E. *Desejos de mulher*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 2002.

MARSIAJ, J. P.P. *Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade sócio-econômica e homossexualidade no Brasil*. Toronto, 2004. Mimeografado.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política In. Louro, G. NECKEL, J.; GOELLNER, S (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

NUNAN, A. *A questão da identidade homossexual e sua influência nos padrões de consumo*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Bestseller, 1992.

------. *Beneath the Equator: cultures of desire, male homosexuality and emerging gay communities in Brazil*. New York: Routledge, 1999.

PEDROSO, B. *Beto Rockefeller*. São Paulo: TV Tupi, 1968.

PEDROSO, B. *Rebu*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1974.

PEIXOTO, A. *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

PEREZ, G. *Barriga de aluguel*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1999.

PEREZ, G. *Explode coração*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão: 1996

PICAZIO, C. *Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais*. São Paulo: Summus, 1998.

PRITHARD, A. Reaching out to the gay tourist: opportunities and threats in an emerging market segment. *Tourism Management*, v.19, n. 3, p. 273-282, 1998.

PROGRAMA NACIONAL DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS; INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa comportamental sobre as DST e Aids entre "homens homossexuais"*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20129%20-%20homens.ppt>>.

Acesso em: 30 mar. 2003.

------. *Pesquisa Comportamental sobre as DST e Aids entre "mulheres que fazem sexo com mulheres"*. Disponível em: <{ HYPERLINK "http://www.aids.gov.br/final/novidades/opp%20130%20-%20mulheres.ppt" }>. Acesso em: 30 mar. 2003.

RAMIRES, L. *Homossexuais na escola: da invisibilidade à inclusão da diversidade*, 2003. Projeto de Dissertação. 2003. Projeto de Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RANGEL, M. *Representações e reflexões sobre o "bom professor"*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

RIBEIRO, L. Causas e tratamento da homossexualidade. In: ----- . *Memórias de médico legista*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1975. v.1.

----- . *O direito de curar*. 1932. Tese (Livre-docência em Medicina Legal) - Faculdade de Direito, Rio de Janeiro, 1932.

----- . *Homossexualidade e endocrinologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

----- . Inversão sexual. In: ----- . *O novo código penal e a medicina legal*. Rio de Janeiro: Jacinto, 1942.

----- . Problema médico legal do homossexualismo sob o ponto de vista endocrinológico. *Revista Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 3, 1935.

RIO Show. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, p. 19-21, 27 mai. 2003.

RUSSO, R. Tesão on-line. *Sex Symbol*, n. 12, p. 35, jan. 2000.

RYFF, C. D. Happiness is everything or is it? Exploration on the meaning of psychosocial well being. *Journal of personality and social psychology*, v. 57, n. 6, p. 1069-1081, 1989.

SCWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpo rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, A. Dessa vez, vai ser como é na vida real. *Jornal o Globo*, Rio de Janeiro, 22 ago. 2004. Revista da TV, p. 21.

----- . *Suave veneno*. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 1999.

SILVA, T. T. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

-----; MOREIRA, A. F. (Org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.

SPENCER, C. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TÁVORA, A. A liberdade do ver. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.

TOURINHO, L. C. Entrevistador: Marcelo Morais. 1.62m de pura travessura. *Revista Sui Generis*, Ano X, n. 46, p. 23-24, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, G. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

WEEKS, C. O. *Homosexual politics in Britain: from the nineteenth century to the present*. London: Quartet Book, 1977.